

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS (PPGDPP)
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NEUSA TERESINHA LEITE MACHADO

A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
reflexões teóricas a partir do debate recente sobre o enfraquecimento dos
regimes democráticos.

CERRO LARGO
2022

NEUSA TERESINHA LEITE MACHADO

**A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
reflexões teóricas a partir do debate recente sobre o enfraquecimento dos
regimes democráticos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa 1: Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ivann Carlos Lago

CERRO LARGO

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Machado, Neusa Teresinha Leite

A crise da democracia brasileira: Reflexões teóricas a partir do debate recente sobre o enfraquecimento dos regimes democráticos. / Neusa Teresinha Leite Machado. -- 2022.

104 f.:il.

Orientador: Mestre e Doutor em Sociologia Política
Ivann Carlos Lago

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, RS, 2022.

1. Democracia; Cultura Política; Crise Democrática; Legitimidade. I. Lago, Ivann Carlos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

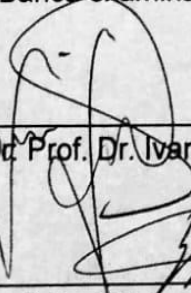
NEUSA TERESINHA LEITE MACHADO


**A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
reflexões teóricas a partir do debate recente sobre o enfraquecimento dos
regimes democráticos**

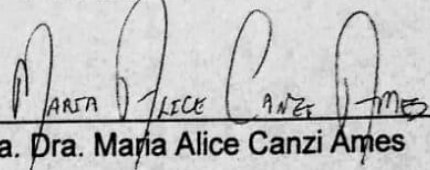
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa 1: Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento.

Esta dissertação foi defendida e avaliada no dia 14 de dezembro de 2022.

Banca examinadora


Orientador Prof. Dr. Ivann Carlos Lago


Prof. Dr. Edeimar Rotta


Profa. Dra. Maria Alice Canzi Ames

AGRADECIMENTOS

Sempre tive dificuldades para tecer agradecimentos de forma individualizada. Considero que na caminhada de cada um e de cada uma de nós existem diversas pessoas e momentos aos quais devemos agradecer. Em determinados momentos estes agradecimentos podem ser atribuídos às pessoas que, simplesmente por terem cruzado nosso caminho, foram determinantes para as escolhas e decisões que tomamos. A nossa história é composta por contribuições anônimas de outras histórias que em algum momento se aproximaram de nossa existência e nos marcaram, seja como bons exemplos, com amizade, com críticas que nos desafiaram a sermos melhores, ou gestos e palavras que simplesmente nos levaram a repensar conceitos e nossas convicções.

Agradeço imensamente aos que lutaram para que a Universidade Federal fosse uma realidade na nossa região e a todos e todas que contribuem para que a educação pública de qualidade seja uma realidade para todos/as.

Agradeço às/aos colegas que de forma muito solidária sempre compreenderam minhas limitações com o uso das tecnologias da informação via internet e me ajudaram, com amizade e carinho.

Agradeço aos professores e professoras do curso pela importante contribuição na minha formação acadêmica.

E com muito carinho agradeço ao meu orientador, Professor Ivann Carlos Lago, por sua paciência, compreensão e objetividade com que sempre me orientou.

De forma muito especial e carinhosa quero agradecer a minha irmã, Neusete, por ter me estimulado e apoiado a fazer este mestrado.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus familiares por entenderem a importância deste momento para minha vida. De forma especial agradeço aos meus filhos Rafael e João Artur, a mãe Teresa e a irmã Nelci.

Muito obrigada a todos vocês!

RESUMO

Esta dissertação tem como tema a crise da democracia liberal. Tem como objetivo analisar a democracia a partir da realidade brasileira, suas fragilidades e retrocessos no contexto atual. Inicialmente traz uma análise conceitual sobre os fundamentos da democracia, as concepções e princípios que historicamente caracterizam os regimes democráticos, os quais variam de acordo com diferentes perspectivas teóricas. Em seguida são abordadas as variações na concepção de democracia a partir de diferentes concepções teóricas e normativas e as dimensões e os critérios mais utilizados para medir os regimes democráticos em relação a sua qualidade e a crise que se apresenta na atualidade. Por último, é analisada a recente deterioração na qualidade da democracia brasileira, buscando elementos relacionados à cultura política que se destacam no contexto atual, com ênfase aos elementos institucionais e culturais, a partir das contribuições de alguns dos principais estudiosos dessas dimensões no país. A metodologia é referenciada no método crítico-dialético e utilizou como instrumento a pesquisa bibliográfica entre autores que tem se destacado no estudo sobre a democracia e os desafios da atualidade em relação à sua consolidação. A conclusão destaca que a crise da democracia brasileira faz parte de um processo resultante das fragilidades institucionais e limitações da cultura política brasileira, as quais atualmente têm sido aguçadas pelo processo de desdemocratização decorrente das políticas neoliberais e do avanço do neoconservadorismo que ocorre no mundo ocidental capitalista. Aponta também para a urgente necessidade de retomada da luta pela democratização no país.

Palavras-chave: Democracia; Cultura Política; Crise Democrática; Legitimidade.

ABSTRACT

This dissertation focuses as a theme the crisis of liberal democracy. Aiming to analyze democracy from the Brazilian reality, its weaknesses and setbacks in the current context. The first moment brings a conceptual analysis of the foundations of democracy, the conceptions and principles that historically characterize democratic regimes, which vary according to different theoretical perspectives. Then, the variations in the conception of democracy from different theoretical and normative conceptions and the dimensions and criteria most used to measure democratic regimes in relation to their quality and the current crisis are discussed. Finally, the recent deterioration in the quality of Brazilian democracy is analyzed, looking for elements related to political culture that stand out in the current context, with emphasis on institutional and cultural elements, based on the contributions of some of the main scholars of these dimensions in the country. The methodology is referenced in the critical-dialectical method and used as an instrument the bibliographic research among authors who have stood out in the study on democracy and the challenges of today in relation to its consolidation. The conclusion highlights that the crisis of Brazilian democracy is part of a process resulting from institutional weaknesses and limitations of Brazilian political culture, which currently have been sharpened by the process of dedemocratization resulting from neoliberal policies and the advance of neoconservatism that occurs in the capitalist western world. It also points to the urgent need to restart the struggle for democratization in the country.

Keywords: Democracy; Political Culture; Democratic Crisis; Legitimacy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	OS FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA.....	18
2.1	TEORIA DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA.....	24
3	A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL.....	35
4	ELEMENTOS PARA DISCUTIR A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	52
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS QUE CONTRIBUÍRAM NA CULTURA POLÍTICA.....	54
4.2	ACONTECIMENTOS QUE EVIDENCIAM A CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL.....	69
4.2.1	O impeachment de 2016: a classe média e o poder da grande mídia.....	71
4.2.1.1	A influência das instituições.....	78
4.2.2	Eleições de 2018: o antipetismo e a emergência da nova direita e do neoconservadorismo na cultura política brasileira.....	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

Desde a criação dos Estados Nacionais em sua versão na modernidade, o debate teórico sobre qual seria o melhor regime de governo colocou a democracia no centro das discussões. A preocupação maior dava-se em torno de como limitar o poder do Estado e garantir a liberdade dos indivíduos. A discussão em torno de quem governa e como exerce o poder foi sempre, em alguma medida, pautada pela questão da liberdade. Quando Rousseau publicou *O Contrato Social*, definindo que a vontade geral representava o poder soberano, ele manifestava a preocupação em garantir que a soberania, pertencendo ao povo, impediria que o detentor do poder se voltasse contra o próprio povo. Ele defendia que, ao participar da tomada de decisões, todos estariam comprometidos com o cumprimento das decisões transformadas em leis.

Porém, esta era uma questão que se refletia na condição da liberdade dos indivíduos que, dessa forma, estaria subordinada a aceitação das leis da comunidade. Para os liberais essa era uma forma de impedir que os indivíduos fossem livres. Assim, o debate sobre a liberdade é um dos principais pontos que se concretizará na formulação da democracia liberal, pois o processo de constituição da democracia moderna foi sendo forjado durante todo o século XIX sob os ideais do liberalismo.

A representação foi a medida encontrada para garantir a igualdade jurídica que, por meio do voto, assegura o exercício da soberania popular, mesmo que esta tenha sido mantida restrita aos homens de posses, pois a instituição do sufrágio universal com a inclusão das mulheres ocorreu somente no século XX. A limitação da participação popular na tomada de decisões foi uma preocupação que permeou os debates, demonstrando que os democratas liberais sempre fizeram as regras do jogo de acordo com seus interesses, no sentido de manter o poder do povo sob alguma forma de controle.

A partir do século XX, e principalmente após as guerras mundiais, a democracia liberal se manteve relativamente estável nos países desenvolvidos economicamente, como a Europa Ocidental e os Estados Unidos, onde as funções do Estado foram ampliadas para prover o bem-estar e a segurança econômica da população. No entanto, com o final da guerra fria e a expansão do capitalismo neoliberal, em sua versão estritamente vinculada ao mercado financeiro, novos ares têm sido detectados nesses países. O empobrecimento de boa parte da população e

a fragilização do Estado e de suas instituições fundamentais, que não mais garantem o bem-estar prometido pela democracia, colocam em dúvida a pertinência de continuar acreditando nos partidos e nos políticos que não conseguem resolver os problemas ocasionados pelo crescente avanço do empobrecimento da população.

No século XXI os valores democráticos estão sendo questionados por um processo que tem assustado todos os que acreditavam que a democracia havia se consolidado como um regime político inabalável. A eleição de governantes contrários aos princípios democráticos e o crescimento de partidos de extrema direita e do ultraconservadorismo têm assustado os defensores da democracia liberal e colocado em risco o que foi considerado como uma das grandes conquistas da humanidade. O equilíbrio de poder entre as forças políticas e a paz, garantido pela consolidação da democracia, não mais constitui uma certeza para o mundo ocidental.

Nesse sentido, a realização desta dissertação atende a preocupação de entender o que está fragilizando cada vez mais a democracia brasileira. Se esses movimentos estão ocorrendo somente nos países que já tinham consolidado a democracia ou também estão refletidos na realidade de países onde a democracia nunca se consolidou totalmente, apresentando momentos de maior fragilidade, a exemplo do que vem ocorrendo atualmente. Afinal, a crise da democracia seria uma espécie de doença da maturidade, que se manifesta como consequência do próprio amadurecimento do regime, ou é algo mais próximo de uma pandemia que afeta a todos os países democráticos, independentemente do tempo em que tenham aderido à democracia?

Partindo destas considerações sobre a crise da democracia em sentido geral e olhando para a realidade brasileira, é necessário considerar as diferenças sociais, econômicas, culturais e políticas que existem entre os países desenvolvidos e o Brasil, o qual teve sua formação histórica marcada pelo colonialismo e pela escravidão. A realidade é tão diversa que a constitucionalização dos direitos sociais, que ocorreu no Brasil de forma tardia em relação aos países europeus, não garantiu a sua implementação, mantendo os altos índices de desigualdade, fato que tem se agravado nos últimos anos.

Sem desconsiderar o cenário mundial de enfraquecimento da democracia, a presente dissertação pretende fazer uma análise sobre elementos históricos e sociais que marcaram o processo de formação da democracia brasileira, constituintes de uma cultura política que pode evidenciar a crise que ocorre no contexto atual. No entanto,

como a democracia é um conceito amplo e multidimensional, é necessário realizar uma abordagem acerca da sua conceituação e das diferentes noções de democracia que se encontram em diferentes campos teóricos.

A partir destas ponderações, necessárias para que o leitor e a leitora compreendam os caminhos desta dissertação, procuro estabelecer uma delimitação para orientar o seguinte questionamento: quais são as possíveis explicações para a crise da democracia no Brasil?

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a democracia brasileira a partir dos elementos gerais que a caracterizam, para então compreender a atual crise da democracia no cenário atual. E tem como objetivos específicos: 1) identificar os princípios e as concepções que caracterizam, teórica e historicamente, os regimes democráticos; 2) Identificar as dimensões e critérios utilizados para avaliar os regimes democráticos representativos em relação a sua qualidade; 3) Refletir sobre a crise dos regimes democráticos no cenário internacional; 4) Analisar, a partir de elementos culturais e institucionais, a crise atual da democracia no Brasil.

Os processos históricos são fundamentais para a explicação e a compreensão científica de diversas categorias epistemológicas. Como a política é uma destas categorias e envolve uma relação dinâmica entre as relações de poder, dominação, emancipação, conflitos e diálogo, a abordagem desta pesquisa foi realizada pelo método crítico-dialético. A apresentação das contradições que envolvem os processos históricos possibilita a construção de uma pesquisa que, além de analisar a realidade, aponta para a importância de sua transformação.

Como instrumento para o estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica em obras de autores clássicos que discutem a temática, bem como autores que se destacam na atualidade, contemplando bases teóricas diferenciadas. Isto possibilita que a análise comparativa entre as abordagens possa se realizar de forma crítica, na qual as contradições observadas oportunizem novas comparações, tecidas a partir das diferentes realidades.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo constitui esta introdução, que faz a apresentação da temática, dos objetivos, da proposta metodológica e dos capítulos seguintes. Ainda, neste capítulo apresento a justificativa para a realização desta pesquisa e a sua vinculação com o Mestrado, destacando a importância da democracia para o processo de desenvolvimento do Brasil.

O segundo capítulo trata dos fundamentos da democracia e de seus pilares teórico-filosóficos enquanto regime de governo. Está baseado em obras de autores como Norberto Bobbio (2017), Isaiah Berlin (2002), Carole Pateman (1992) e Boaventura de Sousa Santos (2003).

No primeiro momento deste capítulo, Norberto Bobbio foi o autor escolhido para referenciar a concepção da democracia liberal moderna. O autor destaca que o método democrático e os ideais liberais foram se combinando gradativamente, porém, ainda permanece uma difícil relação entre o liberalismo e a democracia. Essa relação tornou-se pacífica na medida em que a democracia perdeu seu sentido substancial e tornou-se mais procedimental. Um exemplo dessa afirmação pode ser buscado na questão da igualdade que foi definida como a única possível para a efetivação pela doutrina liberal, a qual está relacionada apenas aos princípios da igualdade jurídica, ou seja, da igualdade perante a lei.

Bobbio ressalta que um debate que nunca terminou entre os democratas e os liberais é sobre o tamanho do Estado. A exigência de um Estado que governe o menos possível, por parte dos liberais, e a exigência dos democratas, na qual o Estado tenha um governo com a maior proximidade possível dos cidadãos, revela duas formas contrastantes de entender a liberdade. Esta questão foi o centro dos principais embates entre os teóricos que defendiam a liberdade positiva, relacionada à participação popular nos moldes da teoria rousseauiana, para quem a liberdade está relacionada à autonomia, e os teóricos liberais, que defendiam a liberdade negativa como forma de garantir e defender os direitos e a liberdade individuais.

Neste momento busca-se a contribuição do autor Isaiah Berlin, que define a liberdade negativa com o sentido de liberação do indivíduo das atividades políticas da tomada de decisões. É com este sentido de liberdade que se instituiu a representação, pois ao eleger seus representantes para que tomem as decisões políticas, os eleitores ficam livres para cuidarem de seus interesses individuais. Com a crise da legitimidade da representação, na atualidade, parece ser esta uma das questões centrais para se compreender a crise que atinge a democracia contemporânea.

Essas questões serão aprofundadas no desenvolvimento do segundo capítulo, de forma a produzir uma melhor compreensão sobre os elementos que são fundamentais para a constituição da democracia até a contemporaneidade. Assim, o texto traz a contribuição de Carole Pateman que, a partir da perspectiva da teoria democrática participativa, vai referenciar o processo de formulação da teoria

democrática contemporânea. Nessa abordagem ela aponta os elementos que foram sendo incorporados ao conceito de democracia pelos teóricos contemporâneos, os quais passam a constituir um método democrático chamado de minimalista por desconsiderar a participação e priorizar o processo eleitoral. Pateman resgata o conceito Rousseauiano de participação e tenta ressignificar a participação popular na tomada de decisões dentro dos parâmetros da democracia contemporânea, defendendo a participação nos locais de trabalho como forma de educar a população para a participação e a possibilidade de se desenvolver uma cultura democrática.

Para uma compreensão mais abrangente das questões relacionadas à efetividade e as limitações da democracia, Boaventura de Sousa Santos, a partir de críticas à Teoria Democrática Contemporânea, que ele define como Teoria democrática hegemônica, diz que esta foi esvaziada da substância democrática. Ele aponta alguns limites da teoria hegemônica, destacando principalmente as suas dificuldades em resolver questões que hoje apresentam-se como problemas da democracia. Para o autor, a representação como a única forma de participação dos cidadãos para a tomada de decisões, não consegue resolver questões ligadas à autorização, à prestação de contas e ao reconhecimento das demandas das identidades minoritárias. O autor contribui no sentido de levantar o debate sobre aspectos que foram relegadas à marginalidade pela teoria democrática contemporânea, as quais ele considera que foram mal resolvidos, principalmente em relação à participação.

No terceiro capítulo faço uma análise sobre a crise da democracia na atualidade em obras dos seguintes autores: Yascha Mounk, na obra *O povo contra a democracia* (2019); Levitsky e Ziblatt, *como morrem as democracias* (2018) e Manuel Castells, na obra *Ruptura* (2018). O estudo concentra-se em abordagens sobre as variações na concepção de democracia e as dimensões e critérios mais utilizados para medir os regimes democráticos representativos em relação a sua qualidade, realizadas por autores que analisam a crise da democracia contemporânea.

Yascha Mounk (2019) destaca dois movimentos que estariam desconsolidando a democracia na atualidade. Ele considera que a união que existia entre o liberalismo e a democracia está se desfazendo. Para este autor estes dois elementos permaneceram juntos enquanto existiam condições tecnológicas, econômicas e culturais, as quais se faziam presentes na Europa Ocidental e na América do Norte.

As novas formas de regime que surgem destes movimentos seriam a democracia iliberal, ou seja, democracia sem direitos e o liberalismo antidemocrático, demarcado com a existência de direitos, mas sem democracia. Para Mounk o crescente aumento do poder das mídias sociais, a redução do padrão de vida e os constantes processos migratórios são efeitos da crise econômica do capitalismo globalizado e tem gerado apreensão e medo na população. As consequências desse processo têm se manifestado na insatisfação das pessoas com a política, suas instituições e seus agentes, e na ascensão do populismo e dos políticos autoritários e conservadores em vários países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Nessa direção, os autores Levitsky e Ziblatt (2018) fazem uma análise da desconsolidação da democracia nos Estados Unidos. Eles demonstram como as democracias podem morrer aos poucos, por práticas realizadas dentro das próprias regras do jogo democrático. Esta análise deixa claro que o processo de implantação da democracia liberal no país modelo do regime democrático não seguiu os princípios democráticos. Muitas regras foram burladas para garantir o controle político por parte das elites e para manter o povo afastado das decisões políticas.

A crise de legitimidade da representação política, que tem afastado os representados dos representantes, é o tema central da obra *Ruptura* (2018), de Manuel Castells. Para este autor a instituição da representação se encontra em verdadeiro colapso. Os cidadãos e as cidadãs não se sentem mais representados/as na prática da democracia real. Castells (2018) aponta que uma série de atos e acontecimentos têm corroído a imagem dos governantes e dos políticos em geral. Entre estes ele destaca a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, o *Brexit* no Reino Unido e o processo de desconfiguração partidária na França e na Espanha. Ele também assevera que a grande disseminação da tecnologia da informação e os efeitos da globalização são elementos que têm gerado movimentos de indignação por parte da população e provocado o crescimento de mobilizações populares contra o atual sistema de partidos políticos e de democracia parlamentar.

As análises realizadas por estes autores são embasadas em pesquisas empíricas feitas por institutos como *World Value Survey Association*, Eurobarômetro, Pesquisa Mundial de valores, *Freedom House*, Pesquisa Europeia de Valores e outras, de onde foram retirados os dados que demonstram o quão está frágil a aceitação da democracia liberal e o quanto vem se desconsolidando a qualidade democrática nos diversos países que eram considerados democracias estáveis.

Este capítulo possibilita a construção de um cenário no qual países com história marcada pelo desenvolvimento capitalista constituíram uma imagem consolidada da democracia liberal, e hoje, diante do avanço do capitalismo neoliberal globalizado, enfrentam problemas sociais relacionados ao desemprego, racismo e xenofobia. Problemas que não têm sido resolvidos pelos governos democráticos, o que, segundo os autores estudados, tem provocado a ascensão de movimentos antidemocráticos em diversos países.

No quarto capítulo realiza-se um estudo sobre a democracia brasileira diante do contexto atual. Para analisar e avaliar a qualidade da democracia que existe realmente no país, foi realizada pesquisa bibliográfica em obras de autores brasileiros como Jessé Souza (2019), José Álvaro Moisés (2008), Leonardo Avritzer (2015), Saad Filho e Moraes (2018) e Miguel (2022).

Buscou-se interpretar se os problemas vivenciados pela democracia nos países analisados no capítulo anterior são semelhantes aos do Brasil ou são diferentes devido às suas questões históricas e culturais.

A abordagem foi realizada no sentido de caracterizar a qualidade da democracia brasileira, a partir de elementos do processo sócio-histórico e econômico que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo no país e da nação brasileira, buscando destacar as instituições que sustentaram esse processo e que permanecem, mesmo que de forma invisibilizada, interferindo nas práticas sociais e políticas. O estudo buscou encontrar esses elementos nas instituições, partindo do pressuposto que delas decorrem tanto a organização da estrutura política de uma nação quanto as formas de sociabilidade que caracterizam a cultura política dos cidadãos.

Ainda neste ponto, destaco a abordagem acerca do poder da grande mídia, da manutenção dos privilégios das classes dominantes e das imensas desigualdades sociais entendendo que estes são elementos de grande impacto no processo de fragilização da democracia brasileira.

A análise em relação à crise da democracia instalada na última década trata dos movimentos que culminaram com o impeachment da Presidenta Dilma Roussef, em 2016, do Governo Temer e da eleição de Bolsonaro em 2018.

A escolha deste tema para a realização da minha dissertação junto ao Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas atende a uma expectativa relacionada a trajetória que percorri, tanto no processo de formação acadêmica como no de atuação

profissional e de militância política. A participação nos movimentos da campanha de redemocratização do país da década de 1980 me possibilitaram a compreensão da importância que a democracia tem para a organização da vida em sociedade.

Com uma formação pedagógica amparada na obra de Paulo Freire, a ideia da prática democrática como elemento capaz de possibilitar a autonomia dos sujeitos, pautou toda a minha atuação no magistério, assim como a participação no movimento sindical e partidário. Sendo professora na rede pública, atuei também como gestora na área educacional do Estado por dois períodos sob a política de governos democrático-populares. Acredito que estas experiências tenham me aproximado sempre mais da temática relacionada à democracia e, de certa forma, influenciaram de forma decisiva para o estudo da democracia brasileira.

Justifico a realização desta dissertação pela pertinência do tema e de sua relação com a temática do desenvolvimento e das políticas públicas. Trago aqui a contribuição de Celso Furtado, para quem o desenvolvimento de uma nação somente será possível se ocorrer a participação dos atores sociais e o comprometimento do Estado na implementação de políticas públicas, e que estas sejam capazes de reconhecer e valorizar as diversidades culturais e regionais. Para isso é necessário um amplo processo de reinvenção e democratização das instituições formuladoras das políticas públicas responsáveis por dar sustentação ao projeto de desenvolvimento de cada região, em consonância com o projeto de desenvolvimento nacional.

Nessa direção, Amartya Sen (1999) aponta para a democracia como um pressuposto para o processo de desenvolvimento dos países, não do desenvolvimento meramente econômico, mas do desenvolvimento social e sustentável. Para este autor, a democracia é necessária ao processo de desenvolvimento porque este necessita da liberdade, não daquela entendida pelo liberalismo, como a liberdade negativa, individualista e relacionada mais aos interesses econômicos, mas a liberdade substantiva caracterizada pelas possibilidades que os indivíduos têm de fazer escolhas sociais, de poder se alimentar, morar e viver como quiser.

Assim, o desenvolvimento como liberdade precisa da democracia para criar instrumentos capazes de promover as oportunidades necessárias ao desenvolvimento pessoal e coletivo dos seres humanos, como a troca de ideias, a criatividade e a liberdade de ser crítico às políticas governamentais. Somente um

regime democrático possibilita condições aos indivíduos para que desenvolvam as suas capacidades e façam as suas escolhas em busca da dignidade humana, da cidadania e da felicidade (SEN, 1999).

Nessa perspectiva, entendo que o Mestrado de Desenvolvimento em Políticas Públicas da Universidade Federal Fronteira Sul tem realizado importante caminhada no sentido de promover a investigação e a produção de pesquisas capazes de proporcionar importantes debates sobre o papel e a relevância da democracia para o desenvolvimento da região e do país.

Diante disso, analisar as características e as fragilidades da democracia brasileira é importante porque contribui para o fortalecimento e a compreensão dos valores democráticos. Também contribui para ativar o debate acerca da necessidade do fortalecimento de alternativas para a produção econômica baseadas em instituições e relações democráticas entre o Estado e a sociedade civil. Esta é uma necessidade que se impõe para a efetivação das políticas públicas necessárias para se contrapor ao crescente processo de exclusão social e empobrecimento da população, promovidos pelo capitalismo financeiro neoliberal.

2 OS FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA

O conceito de democracia está em constante construção, tendo passado por diversos períodos históricos e por diferentes concepções. Sua origem está relacionada com a definição de quem detém o poder soberano e como ele é exercido, sendo que, mesmo com divergências quanto a sua concepção, para a democracia o poder soberano é sempre do povo.

Na contemporaneidade, a democracia apresenta muitas diferenças em relação ao modelo grego que lhe deu origem, principalmente quanto à participação popular, na representação e na forma de entendimento da igualdade política. Os desenhos institucionais contemporâneos uniram democracia e representação, o que era impensável na Antiguidade Clássica. Para o modelo ateniense as eleições eram impensáveis como método democrático, pois elas estavam ligadas diretamente ao conceito de oligarquia, a qual se caracterizava como uma forma de governo completamente distinta da democracia (MIGUEL, 2000).

No modelo grego a palavra democracia designava um conjunto específico de instituições que tinham como objetivo permitir a participação efetiva e direta dos cidadãos na tomada das decisões políticas. Essas Instituições, como a assembleia popular e o preenchimento de cargos por sorteio, permitiam a presença do homem comum no processo decisório e colocavam os próprios candidatos à liderança em uma situação de supervisionados diretamente pelos populares. Colocava-se em prática o instituto da *isegoria*, ou seja, a garantia de que todos tivessem direito igual à fala no espaço decisório e, mais do que a liberdade de expressão, como se entende hoje, representava o direito de ser escutado durante o processo de tomada de decisão (MIGUEL, 2000).

As cidades gregas constituíam-se em pequenos núcleos populacionais, o que possibilitava participação direta na tomada de decisões, mesmo que número significativo de pessoas fossem excluídas do processo por não possuírem igualdade jurídica. A igualdade, mesmo estando relacionada apenas a parcela masculina e livre da população ateniense, era garantida entre os cidadãos, os quais tinham a liberdade para falar e serem ouvidos.

Os elementos fundantes do conceito da democracia, como a igualdade e a liberdade, carregam valores e princípios que passam por alterações do seu significado

de acordo com o contexto histórico, evidenciando novas preocupações em relação à implementação da democracia.

Um dos pilares fundantes da democracia é a soberania do povo. Enquanto na democracia dos antigos a soberania do povo era exercida pela participação direta, na democracia moderna, com o estabelecimento dos Estados Nacionais, a preocupação passou a ser a legitimidade do poder, porém, considerando a impossibilidade de participação direta do povo para a tomada de decisões diante da extensão territorial estabelecida pela configuração dos novos Estados. Para Bobbio (2007), o próprio Rousseau estava convencido de que uma verdadeira democracia jamais existiria, pois exigia, entre outras condições, um Estado muito pequeno, "no qual ao povo seja fácil reunir-se e cada cidadão possa facilmente conhecer todos os demais" (BOBBIO, 2007, p.150).

Emerge então a ideia de que somente um governo por representação, ou uma República, é capaz de garantir uma forma democrática de governo num vasto território com população numerosa. Dessa forma, a República não se constitui como oposição à democracia, mas uma possibilidade para o seu estabelecimento e operacionalização diante das condições concretas colocadas pelo desenvolvimento histórico.

A discussão sobre a necessidade de limitação do poder do Estado sobre os indivíduos constituiu outro aspecto que foi amplamente debatido entre os teóricos da política moderna. Este assunto trata da questão fundamental para a democracia, que é a liberdade. Enquanto para os modernos a liberdade consiste em garantir que os indivíduos possam gozar de seus interesses privados, sem a interferência de terceiros (incluindo o Estado), para os antigos o que estava em questão era a partilha do poder de forma que todos os cidadãos pudessem participar na tomada de decisões (BOBBIO, 2020).

Bobbio (2020) afirma que, apesar de ter sido Benjamin Constant quem levantou a questão referente à diferença entre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos, foi Isaiah Berlin, na obra *Dois conceitos de liberdade* (1959), que tratou de forma mais profunda dessa dicotomia entre os dois conceitos, destacando que a liberdade dos modernos é um tipo de liberdade negativa, concebida como a não interferência, ou no sentido de que a pessoa se encontra livre de qualquer obstrução que possa ser exercida pelos outros. Já a liberdade positiva, referente à concepção dos antigos, equivale a estar livre para participar da tomada de decisões. Sendo assim, a liberdade positiva está relacionada à natureza e ao exercício do poder, como

forma da autodeterminação, enquanto a liberdade negativa, preocupada em evitar a interferência nas ações dos indivíduos, corresponde à concepção da liberdade dos modernos (BERLIN, 2002). No primeiro caso, temos a liberdade política propriamente dita; no segundo, trata-se da liberdade econômica.

Berlin (2002) considera que a defesa da liberdade individual na forma clássica da liberdade negativa, como foi proposta por Stuart Mill, confunde duas noções diferentes, a de que a coerção, por frustrar desejos humanos, é má em si mesma, e que, por outro lado, a não-interferência, que é o oposto da coerção, é boa em si. De acordo com autor é também um equívoco de Mill acreditar que a liberdade, nesse sentido, não é incompatível com alguns tipos de autocracia ou com a ausência de autogoverno, sendo que, para Berlin, do ponto de vista lógico, esta concepção de liberdade não está relacionada necessariamente com a democracia ou com autogoverno, pois estaria apenas relacionada com a área de controle e não com a fonte da liberdade (BERLIN, 2002).

Desse modo, Berlin (2002) afirma não haver conexão entre a liberdade e a democracia e que o desejo do indivíduo de ser governado por si mesmo ou de participar do processo pelo qual sua vida é controlada pode ter a mesma profundidade que o desejo de ser livre para agir como quiser. Porém, estes desejos são muito diferentes entre si, sendo que foi essa diferença que levou ao grande conflito de ideologias, pois a concepção de liberdade positiva, ou seja, a liberdade para se levar uma forma de vida determinada, provocou, nos adeptos da liberdade negativa, a convicção de que essa seria uma forma disfarçada para a tirania das majorias.

Ao trazer o debate sobre a questão da liberdade enquanto liberdade negativa e liberdade positiva entra-se na centralidade conceitual da democracia. São duas visões distintas, as quais serão fundamentais para a constituição da democracia representativa e da democracia participativa, estabelecendo um debate que continua atual entre aqueles que defendem um regime democrático apenas formal e aqueles que entendem a democracia como um regime substancial em relação a valores e fins.

Entretanto, como o Estado liberal foi formado no processo de definição da liberdade e de alargamento da esfera de liberdade do indivíduo diante dos poderes públicos, a instituição da representação foi uma forma de garantia dos direitos naturais e invioláveis do indivíduo. Assim, ao mesmo tempo em que o cidadão fica liberado dos assuntos políticos para cuidar da sua vida privada, justifica o papel da representação com os pressupostos da doutrina liberal. Como consequência, o

cidadão moderno não se considera livre porque participa diretamente da vida política da *polis*, mas justamente pelo seu oposto: porque fica liberado da atividade política, transferida a um representante, para cuidar exclusivamente de sua vida privada. Contudo, o resultado dessa desobrigação para com a política pode ter sido responsável pelo afastamento dos cidadãos de todos os assuntos políticos, promovendo a apatia e o desinteresse sobre a política, o que tem deslegitimado o poder da representação e as próprias instituições estruturantes nas democracias da atualidade.

Assim, a instituição da representação pela democracia moderna realiza o objetivo de garantir os direitos naturais e invioláveis do indivíduo, atendendo os pressupostos da doutrina liberal; “[...] a democracia moderna não só não é incompatível com o liberalismo como pode dele ser considerada, sob muitos aspectos, ao menos até certo ponto, uma continuação natural” (BOBBIO, 2020, p. 61).

Na perspectiva de Bobbio (2007), as discussões que ocorrem no século XIX, sobre o significado de democracia, contêm uma linguagem que vai além do entendimento acerca da sua forma como o conjunto de instituições que definem quem governa e como governa, mas era também entendido como um regime de fins e valores que dão direção à ação dos distintos grupos políticos. A chamada democracia clássica, da qual Rousseau é o maior representante, tem na participação um conjunto de valores e fins que definem o conteúdo da democracia, entre os quais o princípio da igualdade. Não a igualdade formal inscrita nas constituições, mas a igualdade social e econômica, mesmo que não seja de forma ampla.

A igualdade é o elemento que traz a questão da substância democrática. Segundo a perspectiva da democracia substancial, a distinção entre um regime democrático para um não democrático se daria também pelo conteúdo desta forma. No entanto, os dois significados, de democracia formal e democracia substancial, somente podem ser encontrados de forma concomitante na teoria de Rousseau, considerado o pai da teoria democrática moderna, para quem o ideal igualitário se realiza na vontade geral, que é expressa pela soberania popular (BOBBIO, 2007).

As relações entre a liberdade e a igualdade implicam na necessidade de responder à pergunta sobre qual liberdade e qual igualdade estão sendo consideradas. Sendo que o problema se coloca ao se estender a igualdade para o seu sentido mais amplo como a esfera econômica, ou seja, para ampliar a igualdade a fim de garantir substância à democracia, é inevitável que se limite a liberdade

individual. Destarte que, para o liberal o fim principal é a expansão da personalidade individual, enquanto para os defensores da igualdade social o fim principal é o desenvolvimento da comunidade (BOBBIO, 2020).

Diante disso, compreende-se por que para os liberais a democracia formal é a única maneira de garantir a igualdade, pois ela está relacionada à igualdade na liberdade, no entrelaçamento dos princípios fundamentais do Estado liberal que alicerçou dois fundamentos, quais sejam: a igualdade perante a lei e a igualdade de direitos. Sob essa configuração, a democracia liberal somente reconhece os direitos que estão instituídos nas constituições do Estado liberal, também conhecido como Estado de direito. Trata-se da igualdade jurídica, que se adequa ao momento histórico da formulação das cartas constitucionais, variando de época para época e de povo para povo (BOBBIO, 2020).

Nessa perspectiva, nenhum princípio relacionado à igualdade, vinculado ao Estado liberal, tem alguma relação com o igualitarismo democrático, sendo que o máximo que se conseguiu expandir foi a igualdade das oportunidades, a qual iguala o ponto de partida, mas não o de chegada. Ao retirar o ideal igualitário da democracia, o liberalismo passou a ser considerado compatível com ela, e, por conseguinte, a democracia tornou-se o meio de aperfeiçoamento do Estado liberal. Ampliando-se o sufrágio universal para o maior número de pessoas, o Estado liberal possibilitou uma fórmula política para o exercício da soberania popular.

No entanto, esse longo processo que procurava alinhar o Estado liberal e a democracia esteve marcado pela disputa entre os defensores de um liberalismo mais radical, ou seja, liberal e democrático, e aqueles que se alinhavam com um liberalismo conservador, liberal, mas não democrático, os quais viam como uma ameaça à liberdade a ampliação do direito ao voto. Também entre os democratas ocorreram alinhamentos diferenciados; entre os democratas liberais e os democratas não liberais. Estes preocupados com a distribuição do poder, mais voltados para a conquista da esfera pública do que na defesa da esfera privada, serão considerados os democratas puros identificados com os primeiros movimentos socialistas. Os democratas liberais e os liberais democratas convergiram para o alargamento dos direitos políticos até o sufrágio universal (BOBBIO, 2020).

Dentre os liberais democratas, Bobbio (2020) destacou Stuart Mill, porque além de ser um defensor da democracia, este considerava ser também o governo representativo o caminho de desenvolvimento natural e, conseqüentemente, dos

princípios liberais. O liberalismo defendido por Mill contrariava os liberais que viam a necessidade de limitar o poder dos Estados para assegurar direitos naturais dos homens, e defendia que o Estado precisava garantir o máximo de felicidade para o maior número possível de pessoas, de acordo com a corrente utilitarista do liberalismo.

A liberdade pela qual se interessa Mill é a liberdade negativa, ou seja, a liberdade entendida como situação na qual se encontra um sujeito (que tanto pode ser um indivíduo quanto um grupo que age como um todo único) que não está impedido por qualquer força externa de fazer aquilo que deseja e não está constringido em fazer aquilo que deseja. Trata-se para Mill, então, de formular um princípio com base no qual seriam estabelecidos, por um lado, os limites nos quais é lícito ao poder público restringir a liberdade dos indivíduos; por outro lado, e correspondentemente, o âmbito no qual os indivíduos ou os grupos possam agir sem encontrar obstáculos no poder do Estado (BOBBIO, 2020, p. 81).

Para o autor, Mill apontava para a necessidade de que se efetivasse a delimitação da esfera privada em respeito à pública para garantir ao indivíduo uma proteção de sua ampla liberdade, sem perder de vista a necessária harmonização do interesse individual com o coletivo. Para Mill, a única justificativa para a interferência dos homens, tanto individual como coletivamente, na liberdade de ação, seria a autoproteção, limitando-se o direito do Estado de restringir a esfera da liberdade individual e de levar os cidadãos a realizarem ações com as quais não tenham vontade de participar.

A dificuldade em relação a implantação do sufrágio universal demonstrou que ao liberalismo não interessava a ampliação da participação. Stuart Mill foi um defensor de sua expansão também para as classes populares, pois via um caráter educativo na participação pelo voto, sendo que, para ele, nas discussões políticas com diferentes cidadãos, os operários passariam a entender melhor os eventos relacionados a questões mais distantes de seus próprios interesses. Foi precursor na defesa da garantia do sufrágio às mulheres, mas não considerava adequada a extensão do sufrágio aos analfabetos, considerando ser necessário que antes do voto fosse garantida a educação universal.

No entendimento de Bobbio, Mill representou um encontro muito fecundo entre o pensamento liberal e o pensamento democrático. Entretanto, os movimentos e alinhamentos políticos diferentes entre os liberais e os democratas continuaram. Os liberais questionando a crescente invasão do Estado que, segundo eles, ocorre como

consequência do processo de democratização, e os democratas denunciando a persistência de oligarquias políticas e as fortes desigualdades econômicas como consequência da morosidade ou ineficiência do processo de democratização.

Portanto, esse processo de debates que perpassaram o século XIX, colocando a democracia, originariamente, como uma forma revolucionária de estabelecer os limites ao poder do Estado, que estabelece a liberdade negativa como valor primordial e limita a soberania do povo ao processo representativo, traz o núcleo de valores que fundamentam a construção do conceito da democracia que emergiu nos países capitalistas da Europa ocidental e, principalmente, nos Estados Unidos da América no século XX.

2.1 A TEORIA DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA

Sob o olhar crítico e propositivo de Santos (2003) e Pateman (1992) será feita aqui uma abordagem referente a constituição da democracia contemporânea, destacando elementos que trazem a possibilidade para a compreensão dos motivos que têm levado ao crescente processo de crise que a democracia tem demonstrado nos últimos anos.

Na perspectiva de Santos (2003), o esvaziamento do conteúdo democrático não impediu que, no século XX, a democracia tenha ocupado lugar tão importante e central no campo político, sendo que as divergências acerca do seu conteúdo continuam a despertar, além de debates e construções teóricas, diferentes experiências em diversos locais do mundo.

Para Pateman (1992), o distanciamento que se estabeleceu entre a democracia clássica e os regimes democráticos contemporâneos ocorreu a partir da chamada “teoria das elites”. Esta teoria resultou do debate estabelecido no início do século XX, no período entre as guerras mundiais e ao longo da guerra fria, sobre a desejabilidade da democracia como forma de governo. Foi a crescente complexidade trazida pelo avanço da industrialização e o surgimento de formas burocratizadas de organização que colocou em dúvida a viabilidade de efetivação do regime democrático. Entre os teóricos que passaram a fazer este questionamento, a autora cita Mosca¹, para o qual “toda sociedade precisava de uma elite no governo” (PATEMAN, 1992, p.10).

¹ Gaetano Mosca, um dos criadores da teoria política das elites, procurava demonstrar, com pretensa base científica, que a dominação das minorias era inevitável e a democracia era impossível.

Com esta afirmação, entra no debate a defesa das instituições representativas como forma de impedir que a participação fosse ampliada restringindo a representação para membros das elites. Mesmo que a democracia ainda fosse entendida como a forma de governo ideal, havia a preocupação com a ênfase dada à participação na sua formulação clássica, o que, segundo a autora, demonstra que a rejeição às antigas teorias democráticas também se deu em razão de que suas normativas eram carregadas de valor. Ou seja, as dúvidas em relação a viabilidade do regime democrático tinham o objetivo de retirar o caráter valorativo da democracia clássica, tornando-a um conceito assentado em fatos e atitudes da vida política.

Entre os teóricos que questionavam a forma substantiva da democracia está Schumpeter, o qual criou a definição de democracia como um método político.

Nossa definição passa então a ter o seguinte fraseado: o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor. A defesa e a explicação dessa ideia mostrarão rapidamente que, no que tange à plausibilidade das suposições e defensibilidade das afirmações, ela melhorará de maneira bem pronunciada a teoria do processo democrático. Contamos, acima de tudo, com um critério razoavelmente eficiente para distinguir o governo democrático de outros de tipos diferentes. Verificamos acima que a teoria clássica encontra dificuldades nesse ponto porque a vontade e o bem do povo podem ser, e em muitos casos históricos o foram, servidos tão bem ou melhor por governos que não podem ser considerados democráticos, de acordo com qualquer aceção tradicional da palavra. Estamos agora em posição algo melhor porque, até certo ponto, decidimos frisar o *modus procedendi*, cuja existência ou inexistência é fácil de verificar na maioria dos casos (SCHUMPETER, 1961, p. 321).

Schumpeter acreditava que o povo, por ser passível de manipulação, não teria condições de exercer a sua soberania de forma racional. Para ele, nem o sufrágio universal seria necessário, servindo como qualificação dos indivíduos para a participação de critérios relacionados à propriedade, à raça e a religião, as quais, a seu ver, seriam compatíveis com o método democrático (PATEMAN, 1992).

Para Pateman (1992), o ponto de partida de Schumpeter é um ataque à noção da teoria democrática clássica, enquanto uma teoria de meios e fins. A teoria dele tornou a democracia um modelo dissociado de quaisquer ideais e fins, constituindo-se em um método político determinado por um tipo de arranjo institucional pelo qual se chega às decisões políticas que são definidas pela competição.

A principal crítica de Pateman (1992) em relação à teoria schumpeteriana é que nesta não há espaço para a participação, sendo que um número considerado

suficiente de cidadãos participa para manter a máquina eleitoral funcionando de modo satisfatório. Os únicos meios de participação seriam o voto no líder e a discussão sobre as decisões. Um pequeno número de líderes ativos, decididos e competitivos entre si em busca dos votos, é o elemento democrático no método político de Schumpeter.

No entanto, é inegável a contribuição e a influência de Schumpeter na formulação das teorias democráticas posteriores porque houve pouca discordância por parte de outros teóricos. Segundo Pateman (1992), Robert Dahl foi um dos teóricos que se tornou influente na formulação da teoria democrática a partir dos pressupostos apresentados por Schumpeter. Ele forneceu uma lista com as características necessárias para a definição de uma democracia como método político, baseada em arranjos institucionais que se centram no processo eleitoral. O argumento de Dahl, segundo Pateman (1992), é de que as eleições são a centralidade do método democrático porque este seria o mecanismo pelo qual os não líderes podem exercer o controle sobre os líderes, garantindo a estabilidade da democracia.

Na teoria de Dahl também fica evidente que o controle social deve ser efetivado pelo processo político em que grupos diversos podem se organizar para participar da competição, exercendo o controle ao transferir o apoio para outros grupos de líderes caso os eleitos na eleição anterior não tenham atendido suas expectativas. Dahl entende que o poder pode ser ampliado de acordo com o tamanho da diversidade das minorias, as quais podem tornar-se influentes nas decisões políticas. Também acredita que a sua teoria da poliarquia fornece “uma teoria satisfatória a respeito da igualdade política” (PATEMAN, 1992, p. 19).

Todavia, mesmo que na teoria da poliarquia a participação na atividade política seja de grande relevância, essa deve ser realizada somente por personalidades que sejam capazes de se adaptar aos papéis definidos pelas normas que compõem os sistemas de controle. Segundo Pateman (1992), para Dahl os grupos de pessoas de condição socioeconômica mais baixa, além de apresentarem um menor índice de participação na atividade política se revelam, frequentemente, como personalidades mais autoritárias. Dessa forma, a participação é vista como um perigo para a estabilidade democrática pois, “na medida em que a atividade política traz esse grupo para a arena política, o consenso a respeito das normas pode declinar, declinando, por conseguinte, a poliarquia” (PATEMAN, 1992, p. 20).

Nessa direção, continua Patemann (1992), Sartori segue a teoria de Dahl, e destaca que, na prática ocorreu um abismo entre a teoria democrática considerada clássica e a realidade, uma vez que a promessa da democracia não se realizou e tampouco poderia ser alcançada sendo, por isso, necessário que o ideal democrático seja minimizado para não levar as pessoas à desilusão. O receio de Sartori sobre a participação ativa da população no processo político deve-se ao seu temor de que essa participação possa levar ao totalitarismo.

Pateman (1992) aponta que a preocupação dos teóricos da democracia com a participação se dá em razão do receio de que o aumento desta poderia abalar a estabilidade do sistema democrático.

O colapso da República de Weimar, com altas taxas de participação das massas com tendência fascista e a introdução de regimes totalitários no pós-guerra, baseados na participação das massas, ainda que uma participação forçada pela intimidação e pela coerção, realçam a tendência de se relacionar a palavra “participação” com o conceito de totalitarismo mais do que com o de democracia (PATEMAN, 1992, p. 11).

O contexto pode ter influenciado os teóricos da democracia contemporânea, porém este fato demonstra que o liberalismo retirou do ideal democrático a possibilidade de autonomia e autogoverno como um bem a ser alcançado e potencializou a participação como algo perigoso, uma ameaça ao ordenamento democrático.

Para Pateman (1992), os teóricos da democracia contemporânea concentram suas atenções em desenvolver uma teoria que considere os fatos existentes em atitudes e comportamentos políticos e que, ao mesmo tempo, não coloque em perigo o sistema democrático vigente, evitando criar expectativas irreais que possam vir a provocar a desintegração do regime democrático.

É a partir das contribuições teóricas apontadas acima que Pateman (1992) afirma poder se estabelecer, em linhas gerais, uma teoria democrática comum que ela chama de teoria democrática contemporânea². Trata-se de uma teoria de caráter empírico ou descritivo, que é concentrado na realização do sistema político democrático como um todo, baseado nos fatos das atitudes e dos comportamentos políticos atuais, que são revelados por investigações sociológicas. Dessa forma, a

² Pateman considera como teoria democrática contemporânea, a teoria política inaugurada após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos escritos de Schumpeter, demarcando uma passagem de uma ciência política normativa para uma ciência política mais empirista.

democracia é vinculada a um método político ou a uma série de arranjos institucionais em nível nacional.

Nesse sentido, o elemento democrático que caracteriza o método criado por Schumpeter e complementado pelos teóricos citados, é a competição entre os líderes, que constituem a elite, pelos votos do povo, em eleições periódicas e livres. São as eleições que garantem à maioria o controle dos líderes, possibilitando assim, por meio do voto, o poder de puni-los com a perda do mandato, caso não atendam às suas reivindicações.

Nas teorias da democracia contemporânea a igualdade política está relacionada ao sufrágio universal e à igualdade no acesso aos meios de influência, ou seja, a igualdade na forma como recebe as informações sobre os líderes e o processo político e nas condições de participação. Sendo assim, a participação no método político proposto pela teoria contemporânea democrática exerce apenas o papel de proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados (PATEMAN, 1992).

Entretanto, Pateman (1992), ao desenvolver a teoria da democracia participativa, retoma as contribuições de Mill quanto ao caráter educativo da participação local e afirma que os argumentos deste foram negligenciados, embora sejam muito importantes para a teoria democrática. A autora defende que a participação no “governo” do local de trabalho é uma condição para a participação em nível nacional, e teria os mesmos impactos que a participação local defendida por Mill (PATEMAN, 1992, p. 51).

No entanto, a efetivação da participação no local de trabalho somente seria possível mediante a democratização das relações de poder, as quais devem ser alteradas, em relação a autoridade, de superioridade e subordinação para relações de cooperação com administradores eleitos pelos empregados, da mesma forma como são eleitos os representantes a nível local.

É possível ir além: o argumento de Mill a respeito do efeito educativo da participação no governo local e no local de trabalho poderia ser generalizado de maneira a englobar o efeito da participação em todas as estruturas de autoridade ou sistemas políticos das “esferas inferiores”. [...] A sociedade pode ser vista enquanto um conjunto de vários sistemas políticos, cujas estruturas de autoridade têm um efeito importante sobre as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro deles; assim, para o funcionamento de uma política democrática a nível nacional, as qualidades necessárias aos indivíduos somente podem se desenvolver por meio da

democratização das estruturas de autoridade em todos os sistemas políticos (PATEMAN, 1992, p. 51).

A autora destaca que a teoria contemporânea tem incluído em seus argumentos que os indivíduos deveriam receber uma espécie de treinamento em democracia que não fosse limitado ao processo político nacional. No entanto, reitera que os autores da teoria contemporânea não explicam como esse treinamento se daria e afirma que dentro de organizações e associações oligárquicas e hierárquicas ele seria algo paradoxal, pois uma experiência democrática somente poderia ocorrer dentro de estruturas adequadas à participação dos indivíduos.

Nessa direção, a teoria da democracia participativa afirma que a experiência da participação torna os indivíduos psicologicamente mais preparados para participar. A autora aponta que evidências quanto a este argumento podem ser encontradas em estudos empíricos sobre socialização e participação política. Além da autoconfiança na própria capacidade de participar, outro elemento importante que esses estudos sobre comportamentos e atitudes estabeleceram é a correlação entre [...] “a participação e o que se conhece como o sentido da eficácia política ou o sentido da competência política” (PATEMAN, 1992, p. 66).

O enfoque proposto por Pateman traz à discussão o tema da cultura política desenvolvido por Almond e Verba (1965), os quais, por meio de pesquisas empíricas desenvolvidas em cinco países (Estados Unidos, Grã Bretanha, Alemanha, Itália e México) realizam um estudo intercultural de atitudes e comportamentos políticos. O estudo abordou o senso da competência política e o seu desenvolvimento e descobriu que nesses cinco países havia uma relação positiva entre o senso de eficiência política e de participação política.

Almond e Verba descobriram que as oportunidades (rememoradas) de participar na família e na escola relacionava-se com uma pontuação bem alta na escala da competência política nos cinco países, sendo de particular importância o impacto das oportunidades no ensino superior. São as crianças de classe média que tendem a apresentar a pontuação mais alta na escala da eficiência, e sabemos que as famílias de classe média têm maior probabilidade de proporcionar a seus filhos uma estrutura de autoridade familiar “participativa”. Já as famílias das classes trabalhadoras tendem a ser mais “autoritárias” ou a exibir um padrão de autoridade sem consistência. Uma vez que as crianças de classe média também têm mais possibilidades de receber educação superior, começamos a perceber o surgimento de um padrão cumulativo de oportunidades de participação (PATEMAN, 1992, p. 70).

Na perspectiva de ser o aprendizado da participação política um elemento importante a partir das experiências familiares e escolares desde a infância, Almond e Verba (1965) consideram também as experiências adultas como essenciais, considerando que muitas destas experiências vivenciadas na infância são inadequadas para a aprendizagem da participação política. Este fato torna fundamental que nos locais de trabalho seja oportunizada a participação na tomada de decisões, aumentando o nível de eficiência política à medida que as experiências de participação dos indivíduos sejam cumulativas.

Outro elemento destacado por Pateman (1992) é o fato destes estudos terem evidenciado que os diferentes níveis de eficiência política estão vinculados ao *status* socioeconômico, sendo que a sensação de eficiência política baixa, de menor participação, tende a ser mais evidente nos indivíduos de menor *status* socioeconômico. Com menor margem para o exercício da iniciativa ou do controle sobre as condições de trabalho, e recebendo instruções sobre o que fazer por parte de seus superiores na organização, indivíduos são levados a sentimentos de ineficiência, desenvolvendo uma característica psicológica de apenas seguir ordens.

Embora Pateman (1992) apresente a teoria democrática participativa e estabeleça o vínculo necessário entre a participação e a adequação das estruturas administrativas e de relações de poder nas indústrias, ela aponta para importância da criação de uma cultura democrática possibilitada pelas diversas alternativas de participação existentes na sociedade, as quais elevariam a eficiência da participação política aos níveis de decisões da política nacional, “pois capacitaria os indivíduos a avaliar melhor a conexão entre as esferas públicas e a privada” (PATEMANN, 1992, p.146).

Nesse sentido, para a autora a teoria democrática contemporânea perdeu o ideal da democracia, que deveria garantir um outro significado para o voto, pois com as múltiplas oportunidades para se educar como um cidadão público, o indivíduo se tornaria mais determinado e qualificado para intervir no desempenho dos representantes, avaliando os impactos de suas decisões sobre a sua vida e de todo o meio onde vive.

Outro autor que contribui para uma análise crítica da democracia liberal é Boaventura de Sousa Santos. Na perspectiva de Santos (2003), ao conceber a

democracia como forma e não como substância, a teoria democrática hegemônica³ também deu uma resposta às críticas feitas pela teoria marxista à democracia⁴, as quais têm na soberania popular o valor fundamental do conceito. A nova definição de democracia tratou de responder as dúvidas sobre a viabilidade da realização desse regime e se constituiu em novo parâmetro para entender as atuais teorias democráticas.

Dessa forma, a construção conceitual da democracia liberal de caráter hegemônico traz consigo a contradição entre mobilização e institucionalização, assim como a valorização positiva da apatia política. Considera a capacidade ou interesse dos cidadãos em apenas escolher os líderes que devem tomar as decisões, relegando a concentração do debate democrático à questão dos desenhos dos sistemas eleitorais das democracias. A questão da participação é considerada de forma minimalista, pois ocorre apenas pela via da discussão das escalas e da complexidade (SANTOS, 2003).

Santos (2003) destaca que o desenvolvimento técnico burocrático estatal, que ocorreu nos países europeus com a implantação do Estado do bem-estar social, fortaleceu o argumento dos teóricos da democracia liberal de que o cidadão, ao optar pela sociedade de consumo de massa e pelo Estado do Bem-Estar social, renunciou ao controle sobre as atividades políticas e econômicas, entregando-as para as burocracias privadas e públicas. Dessa forma, os cidadãos se liberaram da vida política, entregando-a aos técnicos responsáveis por gerenciar a organização política e econômica, concretizando a concepção de liberdade negativa proposta pelo liberalismo.

Nesse aspecto torna-se interessante levantar a questão sobre a relação que possui, na atualidade, a crise do modelo de Estado do Bem-Estar social, produzida pelas políticas econômicas e sociais neoliberais, com a crescente onda de avanço do populismo e de partidos antidemocráticos nos países europeus. À medida em que os cidadãos não recebem mais as garantias do Estado de direitos que possibilitavam uma vida econômica tranquila e segura, ocorre uma reação contra a política, contra

³ Ao referir-se à Teoria Democrática Contemporânea, Boaventura Souza Santos usa a denominação de Teoria Democrática Hegemônica.

⁴ As principais críticas da teoria marxista à democracia liberal é que esta substituiu os valores democráticos pelo procedimentalismo eleitoral, reduzindo a soberania popular ao direito de votar para escolher os governantes, afastando o povo do poder com a minimização da participação.

suas instituições fundamentais e contra seus agentes, de forma especial os “representantes do povo”.

Nesse sentido, Santos (2003) destaca que a substituição dos mecanismos de exercício da soberania e o aumento do controle da burocracia sobre a política não darão conta de resolver e atender todas as questões que envolvem a gestão pública, pois a pluralidade cada vez maior de demandas, a diversidade de conhecimentos dos atores sociais e a necessidade de um conjunto cada vez maior de informações, impossibilitam às burocracias centralizadas executar as políticas de forma a atender a complexidade que compõem as áreas social, ambiental e cultural.

Ainda nessa perspectiva, o autor ressalta que a concepção hegemônica de democracia, ao abordar a questão da representação baseada apenas no problema das escalas, ignora que existem, no mínimo, três dimensões envolvidas: a da autorização, a da identidade e a da prestação de contas. Para Santos (2003), mesmo que a representação facilite o exercício da democracia em escala ampliada, ela também dificulta a prestação de contas e a representação de múltiplas identidades. Portanto, a dificuldade de representar agendas e identidades específicas se constitui em um elemento limitador da teoria democrática hegemônica.

Nesse sentido, os elementos constituintes da concepção hegemônica da democracia não conseguem enfrentar adequadamente o problema da qualidade da democracia liberal, que é de baixa intensidade, tornando difícil explicar o paradoxo que envolve, por um lado, a grande expansão da democracia e, por outro, uma enorme degradação das práticas democráticas.

Para Santos (2003), as questões não resolvidas pela concepção hegemônica relacionadas ao debate entre democracia representativa e democracia participativa, afloraram nos debates democráticos que foram reabertos com o fim da guerra fria e o aprofundamento do processo de globalização. Estas questões aparecem de modo mais agudo nos países com maior diversidade étnica e entre os grupos que têm maiores dificuldades para terem seus direitos reconhecidos, assim como “nos países nos quais a questão da diversidade de interesse se choca com o particularismo de elites econômicas” (SANTOS, 2003, p. 50).

Entretanto, a expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise da democracia nos países centrais, onde ela mais havia se consolidado. O aumento da abstenção nos processos eleitorais aponta que tanto a participação

quanto a representação demonstram que os cidadãos se consideram cada vez menos representados por aqueles que elegendem.

As questões abordadas neste segundo capítulo, apesar de constituírem parte do campo teórico conceitual que envolve o processo histórico da democracia liberal, estão profundamente relacionadas com a experiência proporcionada por esse regime de governo nos países do mundo capitalista ocidental. Elementos que foram estabelecidos a partir dos debates entre os defensores da soberania popular e aqueles que entenderam ser a liberdade individual o bem mais importante a ser protegido pelo regime democrático, perpassam pelos diversos períodos históricos até a contemporaneidade.

No entanto, a igualdade jurídica definida pelo liberalismo não consegue alterar as relações de poder que se estabelecem na sociedade como produto das diferenças econômicas e sociais criadas pelo sistema capitalista. Desde a formulação do conceito da democracia, os liberais trataram de deixar estabelecido que as decisões políticas devem estar voltadas a atender os interesses dos proprietários, ou seja, o poder econômico.

Dessa forma, a soberania popular ficou restrita à instituição da representação, de forma seletiva, pois o sufrágio universal foi sendo conquistado gradualmente, restringindo-se aos homens brancos de posses e alfabetizados. Num mundo onde a grande maioria da população não tinha acesso à escola e as mulheres não eram consideradas capazes de exercer a cidadania, o direito ao voto somente se universalizou na segunda metade do século XX.

A instituição fundamental na democracia moderna, a representação, hoje demonstra enfrentar uma grande crise de legitimidade. Não conseguiu historicamente, e, hoje, diante das mudanças produzidas pela expansão globalizada do capitalismo, fragiliza-se cada vez mais, ao não viabilizar que os interesses e os direitos das classes populares sejam efetivamente realizados. O fato de ter sido constituída sob os ideais do liberalismo tornou a democracia o regime de governo destinado a defender a liberdade individual, principalmente das classes com capital econômico e cultural.

Assim, mesmo com avanços em relação à garantia de direitos coletivos, atualmente o regime democrático não está sendo reconhecido por significativa parcela da população como capaz de resolver problemas que demandam a efetivação de políticas públicas relacionadas aos fluxos de imigração, também relacionadas ao racismo, a perda de direitos sociais, o aumento do desemprego e da pobreza. As

instituições da democracia não respondem de forma satisfatória aos problemas relacionados à coletividade.

Diante disso, no próximo capítulo será feita uma contextualização da crise de legitimidade da representação que tem provocado sérios problemas à estabilidade democrática nos países capitalistas. Essa análise sobre a crise da democracia no século XXI será feita a partir do que tem sido tratado pela literatura internacional em obras publicadas por diversos autores.

3 A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

O contexto apresentado no capítulo anterior nos leva a perceber que um dos elementos mais significativos da história contemporânea é a contradição que tem ocorrido entre a generalização dos regimes de democracia liberal e, ao mesmo tempo, sua crise de representação. Segundo Emir Sader (2003, p. 653), a “naturalização da democracia liberal se fez crescentemente sob o modelo norte-americano, com campanhas eleitorais midiáticas, partidos cada vez menos diferenciados, financiamento milionário, substituição das ruas e praças pela privacidade das casas”. Além disso, essa hegemonia política exercida pela democracia liberal foi naturalizada sob a base da economia capitalista de mercado.

O neoliberalismo se transformou na ideologia oficial das “novas democracias” (SADER, 2003, p. 654), as quais são julgadas pela presença maior ou menor do Estado na economia, pela maior ou menor regulação do mercado de trabalho e pela maior ou menor abertura da economia. Falar em reformar o Estado passou a significar não a sua democratização, mas a sua adequação às exigências da economia neoliberal, com a redução de suas funções reguladoras, garantindo o principal objetivo que lhe é destinado, que é realizar o ajuste fiscal e adotar um modelo gerencial de governo.

Assim, os projetos parlamentares e pospostas de políticas públicas são avaliados por sua capacidade de contribuição com o equilíbrio fiscal, e qualquer projeto de reforma política que um governo enviar ao parlamento será medido pelo quanto se deseja economizar nos gastos do Estado e quantos direitos serão cassados para atingir esse objetivo (SADER, 2003, p. 654).

Wendy Brown (2021) afirma que os efeitos do neoliberalismo na sociedade contemporânea não se restringem as condições econômicas que têm gerado movimentos antidemocráticos, pois, segundo a autora, “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração” (BROWN, 2021, p. 17). Por isso o ataque à democracia ocorre em todo lugar, mudando leis, cultura política e a própria subjetividade política. O crescimento do autoritarismo e dos ressentimentos raciais foram provocados por ataques neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade, que vêm ocorrendo por mais de três décadas, os quais também se manifestam na “perda da fé na verdade, na facticidade e em valores” (BROWN, 2021, p. 17).

Partindo das observações citadas pelos autores acima, o presente capítulo pretende apresentar análises realizadas sobre a crise da democracia liberal publicadas por Yascha Mounk (2019), Levitsky e Ziblatt (2018) e Manuel Castells (2018).

O autor da obra “o povo contra a democracia”, Yascha Mounk, faz uma análise sobre a crise da democracia liberal e apresenta possíveis remédios para salvá-la. Destaca-se aqui alguns elementos que podem contribuir no sentido de caracterização da crise ou da desintegração da democracia liberal nos países onde os sistemas de governo democráticos foram considerados inabaláveis até pouco tempo, como países da Europa ocidental e os Estados Unidos da América.

Segundo o autor, o triunfo da democracia liberal, representado pelo fim da guerra fria, produziu a ideia de que seu futuro seria longínquo e inabalável, acreditando-se que não haveria nenhuma forma de regime alternativo para ela no mundo. A ideia predominante era de que quanto mais riqueza e educação o país desenvolvesse, mais duradouro e consistente seria o regime democrático, cabendo às forças políticas a aceitação de que os resultados políticos seriam definidos pelos eleitores.

Os defensores dessas ideias, apesar de considerarem difícil a construção da democracia, acreditavam que depois de estabelecer os parâmetros fundamentais, o sistema político continuaria estável no tempo.

Entretanto, nos últimos anos têm ocorrido fenômenos aparentemente distintos nas democracias do mundo todo, os quais colocam em conflito os dois elementos centrais do sistema político: liberalismo e democracia. Segundo o autor, um desses conflitos é revelado quando se considera que a disposição para tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas por parte dos eleitores é cada vez menor. O outro movimento que atinge a democracia é que as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível, demonstrando que os poderosos estão cada vez menos dispostos a ceder às opiniões do povo (MOUNK, 2019).

O liberalismo e a democracia sempre foram vistos como resultado de uma coesão, pois os direitos individuais e a vontade popular sempre pareceram andar juntos na democracia, sendo que cada componente do sistema político é fundamental para garantir os demais. Nesse sentido, uma democracia sem direitos pode levar a uma degeneração do regime, como a “tirania da maioria”. Por outro lado, direitos sem

democracia geram cada vez mais exclusão. “Assim, presenciamos a ascensão da *democracia iliberal*, ou democracia sem direitos, e do *liberalismo antidemocrático*, ou direitos sem democracia” (MOUNK, 2019, p. 26. Grifos do autor).

A democracia iliberal ocorre em lugares onde a maioria opta por subordinar instituições independentes ao Poder Executivo ou por restringir direitos de minorias por não estarem de acordo com os seus interesses. De outra forma, os regimes liberais podem ser antidemocráticos, mesmo realizando eleições regulares e competitivas em lugares onde o sistema político favorece a elite e as eleições não servem para traduzir a opinião popular em políticas públicas. Parece ter sido o que ocorreu em significativa parte dos países em várias regiões do mundo nas últimas décadas.

Para Mounk, os movimentos migratórios que ocorrem nos últimos anos na Europa têm contribuído com o crescente apoio a políticos autoritários e partidos de extrema direita. Um exemplo é a política de acolhimento de refugiados pelo governo da Alemanha, em 2015, que provocou manifestações de contrariedade por parte de grande parte de cidadãos, alemães europeus.

A rejeição à entrada de grupos étnicos fora do “povo originário” europeu tem levado os cidadãos a anunciarem enfaticamente que se recusam a aceitá-los como parte da população; afirmam que o povo são eles e os demais não são bem-vindos. Ao declararem apoio ao “grito do povo”, os autocratas estão se sobressaindo. Esta situação tem alterado a movimentação de um dos pilares da democracia que é a estrutura dos partidos políticos europeus, a qual era marcada pela ascensão, tanto de partidos de centro-direita quanto de centro-esquerda que se revezavam no poder.

Então, ao longo dos últimos vinte anos, o sistema partidário degelou rapidamente. Em um país após outro, os partidos políticos que haviam sido marginais ou inexistentes até poucos anos antes estabeleceram-se como presenças importantes da cena política (MOUNK, 2018, p. 44).

O autor está se referindo aos partidos chamados *antiestablishment*, que também são identificados por ele como partidos populistas, os quais, na sua visão, se utilizam da democracia para efetivar o autoritarismo, pois “embora haja um elemento genuinamente democrático no populismo, ele também é, no longo prazo, muito mais desfavorável à vontade popular do que alegam seus defensores” (MOUNK, 2019, p. 47). É o discurso que apresenta soluções fáceis e superficiais que tocam o coração

do apelo populista. Diante da complexidade do mundo, parece difícil conseguir explicar soluções complicadas ao povo que, por sua vez, quer saber de ações imediatas.

A consequência desse processo é a ascensão do populismo de extrema direita, que tem crescido em várias partes do mundo. Na obra em análise, Mounk afirma que é evidente que a democracia está se desconsolidando, dos Estados Unidos ao Reino Unido, da Suécia à Austrália, pois nesses países as pesquisas demonstram que a democracia não é mais a única opção.

Uma parcela crescente dos cidadãos tem visão negativa da democracia ou crê que ela não seja particularmente importante. Uma parcela menor, mas de crescimento acelerado, está aberta a alternativas inequivocamente autoritárias, com déspotas no poder ou ditaduras militares. Entrementes, populistas com pouco ou nenhum apreço pelas normas democráticas básicas estão conquistando imenso poder – e um desses políticos há pouco abocanhou o cargo mais poderoso do mundo (MOUNK, 2018, p. 152).

No entendimento do autor, a principal causa desse desapareço crescente pela democracia é o descrédito dos políticos diante da população. A confiança nas instituições da democracia tem caído de forma acelerada nos últimos anos, o que demonstra insatisfação com o sistema político. O autor destaca que muitos cientistas políticos já vinham apontando para esta tendência, porém esses não davam muita importância para este fato. Alguns até sugeriram que a desilusão do eleitor contemporâneo poderia ser uma demonstração de maturidade, pois com mais conhecimentos sobre a forma do funcionamento dos governos tornara-se mais crítico, e que era necessário diferenciar queda da legitimidade dos governos e a queda de legitimidade do regime.

Entretanto, o autor aponta que, na prática, as instituições da democracia moderna não foram instituídas para garantir o direito do povo de governar, ao contrário, serviram para afastá-lo do poder. Porém, a ideia de que as instituições representativas concretizavam o ideal democrático foi uma força ideológica que garantiu o controle das elites e, ao mesmo tempo, o apelo popular até que, na atualidade, começa a se desintegrar.

A democracia liberal agrada a gregos e troianos: para as massas, é a promessa de deixar que deem as cartas; para as minorias, de proteger seus direitos contra uma maioria opressiva; e para as elites econômicas, de que poderão conservar sua riqueza. Essa qualidade camaleônica ajudou a dar à democracia liberal uma estabilidade inigualável (MOUNK, 2019, p. 75).

Um dos motivos para esta desintegração seria o avanço das alternativas virtuais de manifestação que levam muitas pessoas a se interessar mais em programas como *Big Brother* do que se envolver em discussões sobre políticas públicas. Outro elemento importante para essa desintegração é o isolamento das elites políticas em relação à opinião popular. Mesmo que não tenham sido criados para garantir a participação popular, a maioria das decisões era tomada por uma legislatura (MOUNK, 2019).

No entanto, com o aumento do poder dos tribunais, das burocracias, dos bancos centrais e tratados internacionais, as legislaturas ficam esvaziadas de poder e os representantes se parecem cada vez menos com seus representados. Os eleitores não se reconhecem quando olham para os políticos e nem enxergam suas prioridades nas decisões por eles tomadas. Com isso a alienação política tem se tornado cada vez maior.

Essa perda de poder dos representantes do povo não resulta de uma conspiração da elite. Pelo contrário, ela ocorreu aos poucos, e quase de forma imperceptível, como resposta a desafios reais enfrentados pelas políticas públicas. Mas o resultado cumulativo significou uma furtiva erosão da democracia: conforme cada vez mais áreas de políticas públicas eram removidas da contestação popular, a capacidade do povo de influenciar a política ficava drasticamente reduzida (MOUNK, 2019, p.82).

O que se percebe é que toda vez que a vontade popular se choca com os direitos individuais ocorre um contínuo processo de desmantelamento entre as partes integrantes da democracia liberal, o que demonstra que não há uma combinação necessária entre liberalismo e democracia como muitos cidadãos e estudiosos sempre acreditaram.

É com esse entendimento que se torna importante considerar as pesquisas empíricas, as quais testam os pressupostos mais otimistas usados até então. Os resultados apontaram para o fato de que a confiança nas instituições é muito baixa, tanto nos Estados Unidos quanto nos países europeus, e o apego à democracia é mais forte em pessoas mais velhas, sendo que os jovens são cada vez menos envolvidos em política, demonstrando dar menos importância ao fato de viver numa democracia.

Mounk (2019) cita como exemplo a Polônia, onde a desaprovação da democracia existe há mais tempo do que em seus vizinhos e do que nos Estados

Unidos. Segundo o autor, enquanto no mundo a média de desaprovação da democracia é em torno de um para cada dez entrevistados, na Polônia um em cada seis já pensa desse modo há muito tempo. O governo eleito em 2015, representado pelo partido Lei e Justiça, de direita e conservador, restringiu diversos direitos de forma que “uma vez no comando, passou a subverter as regras básicas da democracia polonesa” (MOUNK, 2019, p. 155). Nas eleições de 2020 o governo foi reeleito.

Uma consideração feita pelo autor esclarece que os motivos que têm levado a essa perda de credibilidade da democracia por grande parte da população é o fato de que esta não vê a realização de suas promessas diante do crescente empobrecimento das pessoas. A democracia liberal só gozou de tanto prestígio enquanto os cidadãos tinham dinheiro e podiam fazer escolhas. Na verdade, o apego popular à democracia é mais superficial e frágil do que seus defensores acreditam.

Nessa perspectiva, torna-se interessante destacar a contribuição dos debates promovidos pelos estudos culturais sobre a relação entre cultura e a democracia. Para esta corrente os valores culturais são mais importantes do que as instituições para a estabilização da democracia, sendo que a cultura é responsável por manter um alto índice de confiança entre as pessoas e as instituições, o que é fundamental para a estabilidade democrática.

Segundo Inglehart, um dos autores desta teoria citado por Mounk (2019), o desenvolvimento econômico é responsável por proporcionar alterações culturais em relação à tolerância, autonomia e autoexpressão, valores chamados de pós materialistas, que levam a uma maior predisposição para a participação na tomada de decisões políticas. A ideia defendida é de que, quanto mais aumentasse a riqueza do país, mais as pessoas poderiam se dedicar a pensar em questões como as ambientais, a liberdade de expressão e outras que não fossem as de subsistência como salário e emprego.

O autor sugere que esta visão foi bastante otimista, pois previa que o desenvolvimento econômico seria contínuo e infinito o que manteria a estabilidade do regime democrático. No entanto, o que se observa é que, como o crescimento econômico não é interminável e quando diminui provoca o aumento da competição, cresce a desigualdade e a população passa a se preocupar com os seus problemas e sua autorrealização, deixando de lado os valores necessários à consolidação da democracia.

Desse modo, a intolerância à multietnicidade é reforçada diante da preocupação do próprio sustento dos brancos que vêem nos imigrantes uma ameaça a sua sobrevivência diante do crescente desemprego. Essas ameaças provocam atitudes revertidas em intolerância com minorias étnicas e religiosas e apoio aos políticos e partidos autocratas e populistas que dão respostas fáceis para a solução desses problemas. Assim fica evidenciado que o apego das massas à democracia não se dá em função do desenvolvimento de convicções democráticas, mas de cálculos utilitaristas. Ou seja, a democracia não é defendida como um valor, mas apenas em função dos resultados econômicos que consegue – ou não – oferecer à população.

Na sequência, [Levitsky](#) e Ziblatt (2018) afirmam que já pesquisam sobre formas de autoritarismo e o processo de morte da democracia no mundo todo há alguns anos, mas que pela primeira vez estão preocupados com a democracia no país onde vivem, os Estados Unidos da América. Segundo esses autores, as democracias são sempre frágeis, mas no seu país, com altos índices de saúde e educação, classe média forte, um setor privado diversificado e uma Constituição fundamentada na liberdade e igualdade, é mais difícil entender essa realidade.

Na análise que esses autores fazem sobre a democracia em seu país, argumentam que a erosão das normas democráticas começou nos anos de 1980, tendo acelerado nos anos 2000, e foi produzida pela polarização sectária que ocorreu não em relação às diferenças políticas, mas em relação a conflitos de raça e cultura.

Segundo os autores, a eleição de Donald Trump foi um processo ainda não presenciado na democracia norte americana, pois mesmo tendo demonstrado suas características antidemocráticas, acusando o processo eleitoral existente de ser fraudulento, deslegitimando seus oponentes e estimulando a violência contra todos que lhe faziam críticas, ele foi eleito.

Levitsky e Ziblatt (2018) apontam para quatro características que definem um autocrata e que precisam ser observadas: i) a falta de compromisso com as regras do jogo democrático, demonstrado quando o candidato faz questionamentos sobre a legitimidade do próprio processo eleitoral; ii) a negação da legitimidade dos seus oponentes, tratando-os como criminosos, impatrióticos, subversivos, afirmando que estes representam uma ameaça à segurança nacional; iii) o estímulo à violência de forma a avalizar uma ruptura radical com as normas de civilidade, e; iv) a tendência a

restringir liberdades civis para impedir críticas ao governo e o elogio à atitudes arbitrárias tomadas por governantes no passado.

Todavia, os autores destacam que a indicação de candidatos à presidência pelo Partido Republicano sempre foi uma atribuição dos líderes partidários. Era a opinião deles que contava e não a opinião pública. Desse modo os candidatáveis que não representassem a defesa do *establishment* não conseguiam ter a sua indicação aprovada. Além de que, os políticos apoiados pelos líderes contavam com o reconhecimento nacional por meio da divulgação dos canais de comunicação que favoreciam estes candidatos.

A facilidade de conseguir dinheiro por campanhas via internet e a explosão da mídia alternativa, tanto de TV a cabo como de redes sociais, foram elementos importantes para que ocorresse uma mudança nesse processo, abrindo as portas para que *outsiders*, ou candidatos sem reconhecimento político, rompessem com essa barreira, pois “o novo ambiente midiático facilita que celebridades alcancem o reconhecimento dos seus nomes – e apoio público – praticamente da noite para o dia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 61).

Os autores apontam para outros elementos importantes que têm contribuído para a degradação da democracia, como a erosão da tolerância mútua e o desrespeito à reserva institucional que ocorre quando autoridades eleitas tratam seus adversários políticos como inimigos e desrespeitam as normas constitucionais. No entanto, esse processo não iniciou com a eleição de Trump em 2016. Em muitas décadas anteriores ocorreram manifestações de que havia um afastamento das regras de tolerância mútua e da reserva institucional nos Estados Unidos da América. Foi assim quando Barak Obama se elegeu presidente do país, sob a acusação de não ser um autêntico americano pelos partidários da oposição, o que teria provocado o aumento da polarização sectária e a intolerância partidária, promovendo o aumento da erosão da reserva institucional.

Por trás da desintegração das normas de tolerância e reserva mútuas jaz uma síndrome de intensa polarização partidária. Embora ela tenha começado com a radicalização do Partido Republicano, suas consequências estão sendo sentidas em todo o sistema político norte americano. Paralisação de governos, sequestros legislativos, redesenho distrital em meio de década e recusa de até mesmo considerar uma indicação à Suprema Corte não são momentos berrantes. Ao longo dos últimos 25 anos, democratas e republicanos se tornaram muito mais do que apenas dois partidos competidores, separados em campos liberal e conservador. Seus eleitores

encontram-se hoje profundamente divididos por raça, religião, geografia e mesmo “modo de vida” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 161).

Atualmente, a polarização partidária não se dá apenas por divergências ideológicas, sendo que a nova configuração partidária está baseada em diferenças sociais, étnicas e culturais. A análise realizada pelos autores propõe que a fragilização da democracia liberal é possibilitada basicamente pelo abandono de regras procedimentais e normas institucionais que conduziram a resolução de divergências partidárias e políticas, as quais sempre foram capazes de manter a estabilidade democrática.

Com efeito, as iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade. Elas são aprovadas pelo Parlamento ou julgadas constitucionais por supremas cortes. Muitas são adotadas sob o pretexto de diligenciar algum objetivo público legítimo – e mesmo elogiável -, como combater a corrupção, “limpar” as eleições, aperfeiçoar a qualidade da democracia ou aumentar a segurança nacional (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 81).

Os autores ressaltam que para subverter a democracia os autocratas precisam “capturar” os árbitros. Em democracias os árbitros são as instituições que têm como papel fundamental investigar e punir delitos de funcionários, governantes ou cidadãos comuns. O sistema judiciário, as instituições policiais, os serviços de inteligência e as agências reguladoras e tributárias, se permanecerem independentes, podem impedir ou atrapalhar abusos como a infração à lei e a violação constitucional.

De acordo com os autores, se essas instituições deixarem de cumprir com seu papel, o governo autoritário pode se proteger de qualquer denúncia referente às arbitrariedades. Para realizar a captura dos árbitros basta que se substitua discretamente servidores civis por membros aliados partidários. A lei passa a ser cumprida de forma seletiva, de forma que os oponentes são atacados e os aliados favorecidos. A polícia reprime duramente manifestações de oposição, autoridades fazendárias apontam políticos, empresas e meios de comunicação e agências de inteligência são usadas para chantagear críticos ao governo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Todavia, uma vez que os árbitros estejam dominados, a maioria das autocracias contemporâneas voltam-se aos seus oponentes, não eliminando todos, apenas os mais importantes, aqueles com capacidade para prejudicar os governos autocráticos. Uma forma de eliminar a possibilidade de opositores se constituírem em

ameaça é a sua compra, seja por cargos públicos ou apoio nos seus negócios. O silenciamento de opositores por meio de cooptação ou intimidação desestimula a participação e produz o desalento daqueles que lutam ativamente, o que leva a um esvaziamento da oposição. O governo “ganha” sem quebrar as regras (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 90).

Contudo, para garantir a continuidade no poder os governos autoritários realizam reformas na Constituição, mudando o sistema eleitoral e outras instituições para que, de alguma maneira, enfraqueçam a oposição. “Essas reformas são muitas vezes levadas a cabo sob pretexto de algum benefício público, mas, na realidade, estão marcando as cartas do baralho em favor dos poderes estabelecidos” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 90). Dessa forma, por serem legais e constitucionais, as mudanças possibilitam vantagens aos autocratas por muitos anos.

Os autores citam um exemplo marcante da tentativa de reescrever as regras para consolidar uma vantagem autoritária nos Estados Unidos. Quando os negros conquistaram o direito de voto, sob a lei da Reconstrução de 1867, e a Quinta Emenda, que proibiram limitações do sufrágio em função da raça, os afro-americanos tornaram-se a maioria dos eleitores no Mississippi, na Carolina do Sul e na Louisiana, e a quase maioria no Alabama, na Flórida, na Geórgia e na Carolina do Norte.

A conquista do direito de votar empoderou os afro-americanos: mais de dois mil homens libertos sulistas conquistaram cargos eletivos na década de 1870, incluindo catorze congressistas e dois senadores dos Estados Unidos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 92).

Com quase metade de deputados negros nas câmaras baixas da Louisiana e Carolina do Sul, ligados ao Partido Republicano, o Partido Democrata perdeu o poder na Carolina do Norte, no Tennessee e na Virgínia, nos anos de 1880 e 1890 e, se as eleições democráticas continuassem, os brancos perderiam o poder em toda a região. Dessa forma, os democratas decidiram mudar as regras, e acabaram com a democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Entre os anos de 1885 e 1908 os onze estados confederados reformaram suas constituições para restringir o direito de voto aos afro-americanos. Como não podiam mencionar a raça para limitar os direitos de votação, eles criaram um imposto de votação, exigiram propriedades, testes de alfabetização e introduziram complexas cédulas escritas de votação. O objetivo proposto era o de garantir a maioria de votos

aos democratas, mas principalmente aos brancos. A drástica redução da participação dos negros nas eleições no sul dos Estados Unidos deixou o Partido Republicano fora da Câmara dos representantes por um século.

Ao dar aparência de legalidade às medidas que são usadas para manter o poder, dificulta-se a percepção, por parte dos cidadãos, de que a democracia está sendo desmantelada. A defesa da democracia torna-se uma ironia à medida em que ela é usada para promover o seu processo de morte (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Outra forma de matar a democracia na superfície é utilizar-se de crises para promover mudanças nas constituições, pois há uma propensão entre o eleitorado quanto a aceitação de medidas autoritárias em períodos de crises de segurança. Mesmo que a maioria das constituições permitam a expansão do poder executivo mediante crises, os autoritários aproveitam-se para ampliar ainda mais o poder e por mais tempo. Algumas crises podem ser criadas exatamente para justificar a concentração do poder. “Para um demagogo que se sente sitiado por críticos e de mãos atadas pelas instituições democráticas, as crises abrem janelas de oportunidade para silenciar e enfraquecer rivais” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 96).

Para os autores, as constituições não conseguem ser completas, pois por mais bem projetadas que sejam, elas não conseguem garantir por si só a democracia. Sempre existem lacunas e ambiguidades como todo conjunto de regras, além de existir a possibilidade de interpretações conflitantes.

Nessa perspectiva, os autores acreditam que o que garante o sucesso da democracia é o desenvolvimento de normas democráticas fortes. Ou seja, as regras que, mesmo não estando escritas nas constituições, são significativas, conhecidas e respeitadas, sendo que “essas regras ou normas servem como grades flexíveis de proteção da democracia, impedindo que o dia a dia da competição política se transforme em luta livre” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.103).

A tolerância mútua está relacionada a ideia de jogar dentro das regras institucionais. Reconhece-se os adversários, não porque se goste deles, mas, sobretudo, porque eles também são cidadãos cumpridores da lei, que respeitam a Constituição. A tolerância mútua permite que o rival político discorde e não seja visto como um inimigo. A fragilização da tolerância mútua torna difícil a sustentação da democracia, pois se os adversários são vistos como uma ameaça perigosa, então eles precisam ser derrotados, mesmo que sejam necessárias medidas autoritárias e

violentas. Mais do que a derrota eleitoral dos adversários, o que se busca é sua eliminação do cenário político.

Para os autores de *Como as democracias morrem*, a reserva institucional é, da mesma forma, crucial para a sobrevivência da democracia. Ela pode ser compreendida como o ato de evitar ações que, mesmo respeitando a lei, violam o seu espírito. De acordo com esse princípio, mesmo podendo, os políticos não usam suas prerrogativas institucionais até ao limite por considerarem que podem colocar em risco o sistema existente. Afinal, não haverá mais jogo se não houver um adversário.

Entretanto, existe o oposto da reserva institucional. Quando se leva as prerrogativas institucionais ao extremo com o objetivo de derrotar permanentemente os rivais partidários, sem se preocupar com a continuidade do jogo democrático. Utilizando-se de certa ambiguidade, legal ou não, o jogo duro é feito de forma a impedir de qualquer modo toda possível ameaça aos interesses da autoridade instituída, seja o Poder Executivo, o Legislativo ou o Judiciário.

Os autores citam como exemplo o que ocorreu no Paraguai com o Presidente Fernando Lugo, eleito em 2008, o qual enfrentou tentativas de impeachment ao longo da sua presidência, sendo que este acabou por ocorrer em 2012. Foi acusado de mau desempenho de suas funções após ter ocorrido um conflito violento entre a polícia e os camponeses que ocupavam terras, com o resultado de morte de 17 pessoas. Embora violências semelhantes tenham ocorrido em governos anteriores, a oposição usou o incidente para derrubar Lugo, com base no argumento de “mau desempenho das funções” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 111). O presidente foi afastado do cargo pelo Senado, um dia após ter tido somente duas horas para apresentar sua defesa, e foi um processo considerado legal.

Em meio a outros exemplos onde o jogo duro constitucional serviu para resolver impasses políticos, mascarando de legalidade ações profundamente antidemocráticas, os autores ressaltam a Décima Quinta Emenda da Constituição americana que, sem afirmar isso claramente em sua letra, retirou o direito dos negros de participarem das eleições, com a instituição de impostos e testes de alfabetização, de forma adequada à Constituição, mas claramente contrariando seu espírito.

Desse modo, ao desconsiderar a reserva institucional ocorre o desgaste da tolerância mútua, o que faz com que os adversários passem a ser vistos como inimigos e a política passa a existir sem suas grades de proteção.

A degradação das normas básicas provocou grandes colapsos democráticos caracterizados como trágicos pela história, a exemplo do Chile, que antes do golpe de 1973 era uma das mais antigas e bem-sucedidas democracias da América Latina. Quando a intolerância mútua chega à polarização social e política, esta destrói as normas democráticas. Diferenças sociais, econômicas, raciais e religiosas dão lugar ao sectarismo, a sociedade se divide de tal forma que os partidos se vinculam a visões de mundo incompatíveis. Os políticos abandonam a reserva institucional e tentam vencer a qualquer custo, estimulando a ascensão de grupos antissistema com rejeição total às regras democráticas e, assim, as grades de proteção da democracia são destruídas.

Entretanto, a tolerância mútua só se estabeleceu no país considerado modelo de democracia liberal depois que a questão da igualdade racial foi retirada da agenda política.

Paradoxalmente, portanto, as normas que mais tarde serviram como fundação para a democracia norte-americana emergiram de um arranjo profundamente antidemocrático: a exclusão racial e a consolidação da predominância de um partido único no Sul (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.123).

A partir daí as regras não escritas funcionaram muito bem e, no século XX, as normas de tolerância mútua e reserva institucional estavam bem estabelecidas. Mesmo que tenham sido desafiadas em alguns momentos e até mesmo violadas, as grades de proteção as contiveram. Porém, o fato de que a democracia norte-americana nasceu num contexto de exclusão racial, que deixou aberta uma importante agenda política, esta pode ter-se tornado uma dificuldade para a manutenção das grades de proteção.

A exclusão racial contribuiu diretamente para a civilidade e a cooperação partidárias que passaram a caracterizar a política norte-americana no século XX. O “sólido Sul” surgiu como uma força conservadora poderosa dentro do Partido Democrata, ao mesmo tempo vetando direitos civis e servindo de ponte com os republicanos conservadores reduziu a polarização e facilitou a concertação bipartidária, mas ao grande custo de manter os direitos civis - a democratização plena do país – fora da agenda política (LEVITZKY; ZIBLAT, 2018, p.140).

Nesse sentido, Levitsky e Ziblatt (2018) destacam que após a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma retomada da agenda de inclusão racial que culminou com a aprovação da lei dos Direitos Civis de 1964 e a Lei do Direito ao Voto de 1965, ocorrendo então a democratização plena da nação. Porém, esse processo retomou a

polarização e colocou o maior desafio às formas de tolerância e reserva mútuas já ocorrido no país.

Desde então, segundo os autores, ocorreu um realinhamento partidário cujas consequências são vistas hoje. O Partido democrata, ao abraçar a luta pelos direitos civis, deixou o Partido republicano como o partido do *status quo* racial. E assim como os sulistas democratas aderiram ao Partido Republicano, os negros sulistas, aptos a votar pela primeira vez em um século, e os republicanos liberais, afluíram para o Partido Democrata. Com a demarcação ideológica entre democratas liberais e republicanos conservadores, acaba o espaço de negociações que existia entre os liberais de ambos os partidos ou vice-versa. Os campos ficam homogêneos e as diferenças ideológicas mais acirradas.

No entanto, o que mais demarcou a mudança na configuração partidária foram as bases sociais, étnicas e culturais que passaram a definir os partidos por sua identidade com comunidades, culturas e valores diferentes. Registrando que, além da integração dos negros, a partir dos anos 1960 houve intensa onda de imigração proveniente da América latina e Ásia. Segundo dados do mapa demográfico do país, em 1950 os não brancos mal chegavam aos 10% da população e, em 2014 chegaram a 38%. Na mesma proporção subiram os votos dos democratas, de 7% em 1950 para 44%, em 2012. Enquanto os democratas diversificam suas bases e tornam-se cada vez mais seculares, os republicanos constituem-se como partido essencialmente branco e evangélico, sendo que em 2016, 76% dos evangélicos brancos votaram no Partido Republicano. Assim, a polarização atualmente divide os dois partidos por raça e religião (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

No entendimento dos autores a polarização vivida hoje nos Estados Unidos da América é mais profunda, por incitar uma quebra de normas jamais vista, desafiando profundamente a democracia naquele país. Para eles, embora as democracias europeias estejam enfrentando muitos problemas, o nível de corrosão de normas não se compara ao país que sempre foi considerado um promotor da democracia.

Atualmente, os Estados Unidos não são mais um modelo de democracia. Segundo a previsão dos autores, a restauração de sua reputação poderia advir com a derrota eleitoral do presidente Trump, porém eles advertem que, como o enfraquecimento das grades de proteção vêm ocorrendo há anos, esse fracasso pouco contaria para diminuir a divisão entre os partidos ou reverter o declínio da tolerância e da reserva mútuas. A polarização partidária continua sendo a grande

ameaça à democracia norte-americana, baseada na questão racial e religiosa e na desigualdade econômica.

O desafio que se coloca é saber como romper com a polarização partidária, à medida que esta tem refletido não somente o crescimento da diversidade étnica, mas também a desaceleração do crescimento econômico, a estagnação salarial entre a população mais pobre e a desigualdade econômica crescente. As mudanças econômicas das últimas décadas reduziram a estabilidade no emprego, aumentaram as horas de trabalho, diminuindo a perspectiva de mobilidade social e fazendo crescer um ressentimento social entre os pobres brancos, o qual alimenta a polarização (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Outra linha de análise, porém não muito divergente, é considerada pelo autor Manuel Castells (2018), o qual faz uma crítica à democracia liberal e diz que o surgimento de líderes como Trump é justificado pelo temor ocasionado pela globalização, pois o multiculturalismo, a imigração, a desconfiança dos partidos e instituições levam o medo para a sociedade como um todo. Ele destaca que o forte sentimento nacionalista que ajudou a eleger Trump deve-se também a uma reação, principalmente dos homens brancos que se sentiram excluídos pelo forte movimento de lutas pelo reconhecimento de direitos e de identidades de diversos grupos étnico-culturais. A contestação da identidade supostamente dominante abriu espaço para o florescimento de grupos racistas, neonazistas e antisemitas.

Para o autor, o cidadão comum é levado à sensação de desproteção que é ocasionada pelo desmonte do papel do Estado e pelo solapamento dos direitos sociais, os quais são levados a sentir medo do futuro diante dessa situação. Além disso, Castells considera que alguns elementos intrínsecos ao neoliberalismo, como o individualismo, a ideologia do consumo como valor e do dinheiro como medida do sucesso, dificultam a relação dos cidadãos e do Estado com as questões coletivas.

Na avaliação de Castells (2018), o desmoronamento da confiança dos cidadãos com os representantes políticos leva à uma crise na legitimidade da representação que é demonstrada por um desencanto em relação a forma como se vive a democracia e não uma rejeição à democracia em si. Os setores sociais mais vulneráveis reagem pelo medo e se mobilizam em torno daqueles que dizem o que o discurso das elites não lhes permite dizer. Assim, a xenofobia e o racismo são articulados em discursos que apelam para a força do Estado como forma de resolver as ameaças, simplificando os problemas como uma oposição entre os que estão em posição superior e os de

situação inferior. Denunciam a corrupção em todos os lugares, mesmo que também façam parte dela.

Nesse sentido, o processo de deslegitimação é instrumentalizado pela comunicação midiática, a qual facilita a formação de opinião que pode levar a destruição da confiança por meio da personalização da política. A nova legitimidade funciona por oposição, a qual afirma-se pela figura de um líder ou uma causa que surge em contradição com as instituições deslegitimadas, projetando uma rejeição geral ao estado das coisas, sendo que a salvação que se apresenta será pela ruptura com a ordem das instituições e com a cultura das elites cosmopolitas (CASTELLS, 2018).

Mais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos. Na percepção quase unânime dos cidadãos, a pior profissão que existe é a de político [...] esse sentimento amplamente majoritário de rejeição à política varia segundo países e regiões, mas se verifica em todas as partes (CASTELLS, 2018, p. 14).

Para Castells (2018), a raiz da crise da legitimidade política encontra-se na crise econômica provocada pelo capitalismo financeiro global. Para salvar o capitalismo, na crise de 2008, os governantes usaram o dinheiro do povo. O Estado protetor priorizou a proteção dos especuladores e fraudadores em detrimento das necessidades dos cidadãos atingidos pela crise e pelo desemprego.

Diante disso, o processo de recorrentes frustrações das esperanças que são depositadas pelos cidadãos a cada nova eleição, provoca uma erosão contínua na legitimidade e a resignação passa a ser substituída pela indignação. O modelo de representação desmorona diante da subjetividade das pessoas, enfraquecendo a estabilidade das instituições, pois “[...] a força e a estabilidade das instituições dependem da sua vigência na mente das pessoas” (CASTELLS, 2018, p. 12).

Para Castells (2018), a crise da democracia liberal é a mãe de todas as crises, não se constituindo em uma questão de opções políticas de esquerda ou direita. Trata-se do colapso de um modelo político que se consolidou nos últimos dois séculos à custa de suor, sangue e lágrimas contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional.

Entretanto, apesar de ser uma grande conquista da humanidade contra o arbítrio, as considerações feitas pelos autores analisados sobre os motivos que estariam levando a um processo contínuo de desconsolidação da democracia demonstram que as instituições da democracia liberal foram criadas e moldadas de forma que o poder não fosse exercido efetivamente pelo povo. As elites econômicas sempre mantiveram sobre seu controle as instituições da representação, garantindo mais privilégios do que direitos. A democracia liberal negligenciou o reconhecimento de cidadania aos negros, aos imigrantes, às mulheres e a todas as identidades que não fossem integrantes do grupo racial branco. Talvez este se constitua em um ingrediente fundamental para tamanha fragilização das instituições da democracia liberal.

Diante dessas análises que caracterizam a crise vivenciada atualmente pela democracia liberal, percebe-se que os aspectos destacados em alguns países podem ter nuances diferenciadas em outros. No entanto, constitui-se em um processo de desconsolidação das instituições da democracia no âmbito da globalização, que coloca em risco os direitos e o processo de desenvolvimento social, já vivido por algumas nações economicamente mais desenvolvidas e almejado por grande parte da população historicamente excluída da cidadania.

Embora os autores apresentados refiram-se especialmente aos países desenvolvidos, temos vivenciado processos similares em países de regiões como a América latina, onde destaca-se o Brasil. Em pesquisas realizadas ainda na década passada, Moisés (2008) demonstra que está ocorrendo um forte processo de descrédito nas instituições da democracia brasileira, com grande índice de desconfiança nos partidos políticos e no parlamento. O autor demonstra também que tem crescido o índice de ambiguidade em relação ao regime democrático e diminuído o número de democratas.

Para compreender o processo de desgaste da democracia no Brasil, o próximo capítulo fará uma caracterização da democracia brasileira destacando elementos históricos, sociais, políticos e culturais que possam demonstrar a influência destes na qualidade da democracia brasileira.

4 ELEMENTOS PARA ANALISAR A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Com o propósito de analisar a democracia brasileira para compreender sua crise no cenário atual iniciei esta dissertação tratando do conceito de democracia a partir dos princípios e fundamentos teóricos que o constituíram, tais como: a soberania popular, a liberdade e a igualdade. Apontei discussões que foram realizadas ainda no século XIX, e que definiram a democracia ancorada nos princípios do liberalismo. Também destaquei as características da democracia contemporânea e as críticas sobre o esvaziamento dos valores e a perda da substância democrática ocorrida em razão da substituição da participação pela representação, e do consequente distanciamento dos cidadãos em relação à política.

Cabe esclarecer que nessa análise não poderia considerar a crise da democracia brasileira como um fator isolado do contexto que envolve a crise vivenciada pelos países capitalistas, que viveram processos democráticos considerados consolidados, como os Estados Unidos e os países da Europa ocidental. Considerando este contexto, no capítulo terceiro fiz uma análise a partir dos autores Levitsky e Ziblatt, Mounk e Castells, que apontam as principais características vivenciadas pela erosão democrática no mundo, destacando a crescente fragilização das instituições políticas, entre elas a perda da legitimidade da representação, a ascensão de movimentos antidemocráticos e a eleição de governantes autoritários.

Pesquisas têm demonstrado a ocorrência de uma queda nos índices que avaliam a qualidade democrática no Brasil. O relatório *Variações da Democracia (V-Dem)*⁵, da universidade de Gotemburgo, na Suécia, aponta que o Brasil é o quarto país que mais se afastou da democracia em 2020, num ranking de 202 países analisados. Sendo que, de acordo com o índice, no qual 0 (zero) representa um regime ditatorial completo e 1 (um) a democracia plena, o Brasil hoje registra pontuação de 0,51, uma queda de 0,28 em relação à medição de 2010, que ficou em 0,79.

O Instituto Variações da Democracia destaca que quase todos os indicadores mostram uma drástica queda do Brasil a partir de 2015, sendo que o único ponto em

⁵ Varieties of democracy (V-dem) é uma nova abordagem para conceituar e medir a democracia. Por meio de um conjunto de dados multidimensional e desagregado que reflete a complexidade do conceito de democracia como um sistema de governo que vai além da simples presença de eleições. O projeto V-Dem distingue cinco princípios de democracia de alto nível: eleitoral, liberal, participativo e igualitário e a coleta para medir esses princípios (V-DEM Varieties of democracy, 2021).

que o país não perdeu, desde então, foi em liberdade de associação. O índice é formulado a partir da contribuição de 3,5 mil pesquisadores e analistas, 85% deles vinculados a universidades de diversos países e o resultado de cada país decorre da agregação estatística dos dados para 450 indicadores diferentes, que medem aspectos como o grau de liberdade do Judiciário e do Legislativo em relação ao Executivo, a liberdade de expressão da população, a disseminação de informações falsas por fontes oficiais, a repressão a manifestações da sociedade civil, a liberdade e independência de imprensa e a liberdade de oposição política (SANCHES, 2021).

Assim, para fazer a análise da crise da democracia brasileira elejo dois acontecimentos que reconheço como marcadores de uma ruptura em relação à trajetória de democratização do país, quais sejam: a deposição de uma Presidenta eleita em 2016 e, logo após, em 2018, a eleição de um candidato antidemocrático, defensor da ditadura militar. Partindo do pressuposto de que, tanto um *impeachment* quanto uma eleição são elementos que compõem a organização democrática de um país, meu interesse é analisar como esses processos representam a fragilidade da democracia brasileira. Assim, entendi ser necessário fazer uma análise sobre a constituição da democracia brasileira, a fim de buscar as razões da crise estabelecida logo após o período de mais de uma década de governos de esquerda, protagonizados por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), que desenvolveram políticas de inclusão social e de estímulo à participação.

Dito isso, este capítulo faz uma análise acerca de elementos históricos e sociológicos que contribuíram para a formação da cultura política brasileira, culminando no *impeachment* (2016) e nas eleições presidenciais (2018). Teoricamente sustentada por uma pesquisa bibliográfica, encontrei alguns dados apontados por pesquisas empíricas que demonstram a existência de uma tendência em relação à fragilização dos valores democráticos desde os anos que marcam o início do século XXI. Nesse sentido, discuto também se essa fragilização integra um movimento recente e próprio da cultura política brasileira ou se está relacionada ao estado mundial de fragilização da democracia.

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS QUE CONTRIBUÍRAM NA CULTURA POLÍTICA

Para analisar a atual crise da democracia no Brasil, destaco dois aspectos que considero relevantes para compreender sua emergência: i) a formação histórica da sociedade brasileira estruturada na escravidão; e ii) a desigualdade social. Busco elementos do processo histórico brasileiro, como as relações sociais e a forma como se estabeleceram as relações de poder no Brasil, assim como o conjunto de ideias que justificam a organização social, para entender a sua cultura política e como ela interfere na democracia.

Para desenvolver este ponto da dissertação, abordo as causas da permanência da desigualdade social no Brasil, considerando sua relação com o longo período da escravidão, sendo este o sistema que estruturou a formação da sociedade brasileira por mais de três séculos. Busquei na literatura as obras de Jessé Souza, (2018, 2019) porque este autor aponta em suas análises os elementos históricos e sociológicos da sociedade brasileira capazes de explicar a convivência dessa realidade com a democracia, e a forma como esses aspectos interferem na qualidade democrática brasileira e na crise da democracia atualmente.

Destaco alguns critérios que são fundamentais para a existência de uma democracia representativa, como a brasileira: o sufrágio adulto universal; eleições justas, competitivas, recorrentes e livres; mais de um partido político; e mais de uma fonte, livre, de informação (MORLINOS, 2015). Além destes critérios procedimentais mínimos, uma democracia de boa qualidade necessita de estabilidade e satisfação por parte dos cidadãos quanto aos resultados do regime. A análise da qualidade de uma democracia pode basear-se em três eixos:

- 1) quando a população está plenamente satisfeita com os resultados propiciados pelas instituições políticas;
- 2) quando a população está satisfeita com o conteúdo das instituições democráticas, ou seja, consegue comparar melhoras visíveis em relação a igualdade e liberdade caso estivesse em um regime autoritário;
- e 3) quando a população está satisfeita com os procedimentos de seleção dos governantes e o respeito as normas vigentes (MORLINOS, 2015, p. 178).

Para Morlinos (2015), um eixo não exclui o outro, sendo que o esperado para uma democracia de qualidade seria que fossem alcançados elevados níveis de

qualidade em todos eles. Ele destaca que se pode tratar de qualidades da democracia no plural, ao abordar uma definição geral de democracia de qualidade.

Em sociedades que passaram por regimes autoritários, a exemplo do Brasil, o processo de democratização não é linear e apresenta múltiplas diferenças entre os países. Não há, por isso, um padrão em relação ao processo de democratização entre os regimes democráticos, porém, não se pode abdicar que no início do processo da democratização sejam consolidadas as instituições com objetivos de assegurar a igualdade dos cidadãos perante a lei e seus direitos de participação e representação. Todavia, também é relevante observar que tanto as instituições quanto os procedimentos são os meios de realização de princípios e valores adotados pela sociedade que, por serem parte do processo político, resultam de disputas por interesses e preferências (MOISÉS, 2008).

Apesar de demonstrar que o antigo regime terminou e que, doravante, a escolha de governos está submetida ao princípio da soberania popular, a vigência de eleições não impediu, em alguns casos, que, mesmo evoluindo no sentido da ampliação dos direitos civis e políticos, democracias eleitorais não atendessem necessariamente a todos os critérios segundo os quais um sistema político autoritário se transforma em democrático. No Leste Europeu, na Ásia e na América Latina, países que consolidaram processos eleitorais competitivos convivem com a existência de governos que violam os princípios de igualdade perante a lei, usam a corrupção e a malversação de fundos públicos para realizar seus objetivos e impedem ou dificultam o funcionamento dos mecanismos de *accountability* vertical, social e horizontal. Nesses casos, o que está em questão não é se a democracia existe, mas a sua qualidade (MOISÉS, 2008, p.13).

Nessa perspectiva, o problema da qualidade da democracia pode estar relacionado ao formato inadequado das instituições ou à distorção de seus objetivos para o andamento do processo político como, por exemplo, o desrespeito aos princípios do primado da lei e na prestação de contas por parte dos governantes, o *accountability*. Como resultado do mau funcionamento das instituições as relações entre os cidadãos e o sistema político se expressa em insatisfação política e desconfiança com as instituições, pois o apoio e o reconhecimento da população são fundamentais para que a democracia se consolide. Como a cultura política é resultante de um processo de socialização, mesmo que a preferência pela democracia tenha se mantido pelas últimas quatro décadas, não significa que ela seja de apoio incondicional a todos os elementos do novo regime implementado pelo processo de democratização.

Sem que os cidadãos compreendam e entendam a importância de estarem em um regime democrático, dificilmente irão apoiá-lo e aperfeiçoá-lo. A experiência que os cidadãos têm com o funcionamento das instituições e a capacidade dessas como mecanismos de mediação política, para efetivar os interesses da sociedade perante o Estado, é que vão proporcionar o apoio ao regime e melhorar a qualidade da democracia. É, portanto, do julgamento decorrente dessa experiência, sob influência de orientações da cultura política, que se formam as atitudes de adesão democrática e satisfação com o regime e confiança em suas instituições (MOISÉS, 2008).

Os estudos apontados por Moisés (2008) são importantes para compreendermos que a qualidade da democracia brasileira é afetada porque existem algumas limitações no funcionamento das instituições representativas, principalmente na relação entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo. O presidencialismo de coalizão dificulta o compartilhamento de agenda entre os dois poderes, afetando a função do *accountability* horizontal.

As atitudes dos cidadãos e mesmo a forma de funcionamento das instituições, como o parlamento, os partidos políticos, a justiça e a polícia, estão relacionadas à cultura da sociedade, sendo que é de fundamental importância a combinação entre a cultura política e as estruturas institucionais dos sistemas políticos para a manutenção dos regimes democráticos (MOISÉS, 2008).

Além disso, outras limitações institucionais que comprometem a qualidade da democracia brasileira estão relacionadas à violação de direitos fundamentais de setores mais pobres da população, entre os quais os mais atingidos são os afrodescendentes, de modo ainda mais acentuado aqueles dos estratos economicamente inferiores. Destaca-se também a falta de acesso a direitos civis a exemplo do devido processo legal ou do direito a um tratamento justo e equânime por parte dos Tribunais de Justiça. A violência policial também é um elemento que compromete a qualidade da democracia brasileira, sendo que, muitas vezes, opera articulados, por parte de alguns de seus agentes, com organizações criminosas (MOISÉS, 2008).

Dessa forma, assevera Moisés (2008) que, mesmo analistas que reconhecem os avanços do país no terreno da competição e da participação políticas, classificam o Estado brasileiro como incapaz de fazer cumprir plenamente a lei e as exigências do regime constitucional vigente, sendo que, também o distanciamento entre os

representantes e os representados é apontado como limitação da democracia no Brasil.

Ao não garantir efetivamente igualdade social e os direitos humanos, as instituições não cumprem com seus objetivos democratizantes da sociedade. Mesmo que os procedimentos estejam dentro dos parâmetros democráticos, a cidadania permanece um privilégio para as classes sociais que compõem a elite. Retomando Morlinos (2015), para se ter uma boa democracia é necessário que haja um conjunto de instituições estáveis e mecanismos que realizem os fundamentos da democracia: a liberdade e a igualdade.

Nos dados analisados pela pesquisa realizada por Moisés (2008) (Figura1), a insatisfação com a democracia e a desconfiança de suas instituições têm crescido, não só no Brasil, mas também na América Latina. No entanto, no Brasil a pesquisa demonstra aumento na opção por democracia sem Congresso Nacional e sem partidos. Segundo o autor, com as dificuldades que o Parlamento tem de desempenhar suas funções há pesquisas que mostram que existe a tendência de descartar as instituições que possuem esta função.

Tabela1 – Insatisfação e desconfiança em relação à democracia e às instituições democráticas

Democratas, Ambivalentes e Autoritários por Insatisfação com a Democracia e Desconfiança de Instituições Democráticas (América Latina e Países Selecionados: 2002, 2003 e 2004)

Países	Insatisfação com a democracia					Desconfiança de Instituições Democráticas				
	Dem.	Amb.	Aut.	Total	N	Dem.	Amb.	Aut.	Total	N
A. Latina	59,0	** 75,8	** 84,3	** 67,6	48.054	44,3	** 50,7	** 56,8	** 47,8	46.722
Argentina	66,6	** 83,0	** 92,7	** 73,5	3.319	60,8	** 58,5	** 66,2	** 60,7	3.201
Bolívia	71,9	** 81,6	** 77,8	** 76,7	3.120	60,6	60,1	64,2	60,7	3.027
Brasil	63,1	** 78,4	** 92,9	** 73,2	2.650	33,2	** 37,2	** 48,2	** 36,3	2.634
Chile	43,3	** 77,0	** 89,8	** 59,3	3.136	25,9	** 33,1	** 34,9	** 29,2	3.066
Colômbia	66,7	** 80,7	** 73,4	** 73,3	2.738	34,6	** 42,2	** 44,3	** 38,6	2.671
Costa Rica	32,9	** 54,8	** 72,4	** 39,4	2.611	32,8	* 38,7	* 36,2	* 34,4	2.528
Equador	74,9	** 83,6	** 83,8	** 80,5	3.350	68,0	68,3	71,2	68,6	3.295
México	80,3	** 83,4	** 92,2	** 82,4	3.404	61,7	60,0	58,0	60,7	3.345
Paraguai	84,7	** 90,5	** 98,9	** 90,4	1.723	51,7	** 57,1	** 67,7	** 57,6	1.659
Peru	82,5	** 91,6	** 92,8	** 87,7	3.099	51,6	** 58,8	** 63,3	** 56,2	3.029
Uruguai	48,7	** 60,9	** 79,3	** 51,9	3.276	28,4	* 33,9	* 33,7	* 29,6	3.098
Venezuela	56,3	** 63,6	** 61,5	** 58,9	3.288	44,0	45,8	46,5	44,7	3.158

** p < 0,01; * p<0,05

Fonte: Latinobarômetro (2002, 2003, 2004), em *site* www.latinobarometro.org.

Fonte: MOISÉS, 2008, p. 31.

Ressalta-se que os dados que o autor analisou são de 2002 a 2004. Eles revelaram que jovens que cresceram no regime democrático, com menos de 39 anos, preferiam modelo de democracia sem congresso e sem partidos e apresentaram

características autoritárias, ambivalentes, insatisfeitos com o regime democrático, desconfiados de suas instituições e não acreditavam que o mecanismo eleitoral estivesse cumprindo sua missão. Ou seja, jovens que não possuem em suas experiências de vida a realidade de um regime autoritário demonstraram pouco apreço à democracia.

Temos, assim, uma população que verbaliza apoio à democracia, mas de forma difusa, não nos termos de uma defesa convicta da democracia como valor político em si. Defende-se a democracia, mas não suas instituições. Como se a democracia pudesse “funcionar” sem as instituições, ou mesmo assumindo que as instituições, como Congresso, partidos políticos e judiciário, fossem mesmo um empecilho para a consolidação da democracia. Esses são elementos que, por si só, indicam que algo de muito complexo e profundo há na cultura política do país, que precisa ser compreendido com urgência.

Portanto, para alcançar o objetivo de buscar as causas da crise da democracia brasileira, na sequência apresento dois aspectos necessários para esse entendimento: i) a formação histórica da sociedade brasileira estruturada pela escravidão e na luta entre as classes sociais, e; ii) a desigualdade social. Certamente há outros aspectos que contribuem para a referida crise, no entanto, vou me ater a estes por entender que há uma cultura política resultante do contexto histórico brasileiro marcado por uma profunda desigualdade social.

Em que pese a importância da análise sobre a qualidade do regime democrático e da existência de critérios que podem ser usados para ajudar a elucidar se uma democracia é de boa qualidade ou não, o fundamental é procurar entender por que essa realidade ocorre dessa forma, pois sem conhecer as causas que a produzem, torna-se impossível pensar na sua superação.

Embora a literatura brasileira conte com importantes análises sobre a difícil caminhada histórica realizada pelo povo brasileiro para alcançar as mínimas condições de cidadania e dignidade, como Florestan Fernandes e outros, foi na obra de Jessé Souza que encontrei os elementos que considero necessários para ajudar na compreensão das origens da desigualdade e a sua manutenção histórica na sociedade brasileira.

Segundo este autor, é necessário romper com a concepção que fundamentou a produção da sociologia brasileira e constituiu uma identidade nacional do ser brasileiro, baseada no paradigma que influenciou toda a produção intelectual que

ainda vigora na academia e na mídia brasileira e, que, contribuem para a manutenção de ideias que acabam por reproduzir preconceitos em relação à identidade dos brasileiros e brasileiras enquanto nação. Mesmo reconhecendo a grande contribuição de intelectuais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto Da Mata, Jessé Souza destaca que eles basearam a sua interpretação no paradigma do culturalismo que justifica a singularidade da cultura brasileira pela herança cultural ibérica.

No entanto, essas ideias são responsáveis pela invisibilidade das reais causas da grande desigualdade social que existe no país e desconsideram que o que estrutura a hierarquia social moderna em todos os países capitalistas, sejam centrais ou periféricos, é o capital econômico e o capital cultural. A luta social por recursos escassos em qualquer lugar é decidida pelo acesso diferencial a esses capitais impessoais, ou seja, “não há diferença essencial acerca do modo como se estruturam as classes sociais em luta, no Brasil ou na Alemanha. Tanto no Brasil quanto na Alemanha, a naturalização da desigualdade é possível pela sutil violência da ideologia da meritocracia” (SOUZA, 2019, p. 35).

Nesse sentido, continua o autor, para conhecer uma sociedade é necessário reconstruir os meandros do processo que permite a reprodução do poder social real, que garante o acesso a todos os privilégios, para reconhecer o que legitima o exercício deste poder, sendo que, no mundo moderno, quem cria a legitimação do poder social são os intelectuais.

Esta argumentação do autor tem como objetivo esclarecer que a estruturação da hierarquia social ocorre a partir dos mesmos princípios e valores em qualquer país capitalista, sendo um equívoco afirmar que nos países periféricos, como o Brasil, existem elementos únicos ou singulares. O princípio da ideologia do desempenho ajuda na compreensão da dimensão simbólica do capitalismo e de sua eficácia na legitimação de desigualdades no mundo contemporâneo, pois este pressupõe pensar que existe um consenso acerca do valor diferencial dos seres humanos que definem o reconhecimento social e a dignidade fundamentada na tríade meritocrática baseada na qualificação, posição e salário, sendo que a qualificação condiciona os demais. É a combinação da tríade com a ideologia do desempenho o fator responsável por fazer do indivíduo um cidadão completo, tornando o desempenho diferencial de responsabilidade do próprio indivíduo. “A tríade torna também compreensível por que

apenas através da categoria trabalho é possível se assegurar de identidade, autoestima e reconhecimento social” (SOUZA, 2018, p.242).

A ideologia do desempenho funciona como uma força subpolítica presente no cotidiano e reflete a eficácia dos princípios que funcionam em instituições pouco claras, como o mercado e o Estado, como se fossem efeitos de princípios universais e neutros. A internalização generalizada deste princípio faz com que todos aqueles que não se adaptam sejam marginalizados e vistos, tanto pela sociedade como por eles mesmos, como um fracasso pessoal. Por não exercer um trabalho útil o indivíduo está condenado ao desprezo geral, haja vista que os mecanismos que produzem prestígio social ou indignidade independem de cada indivíduo, pois estão internalizados nas práticas sociais e institucionais.

Desse modo, a constituição de uma rede invisível formada por esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, ainda que imperceptíveis, irrefletidos e inconscientes, guia a nossa ação e comportamento efetivo de forma naturalizada. Esta rede funcionaria como um acordo não verbalizado, podendo levar para além da eficácia jurídica julgamentos de pessoas e classes que estariam acima da lei e outras abaixo. Como exemplo pode ser citada uma rede de intencionalidades individuais formadas por policiais, advogados, promotores, jornalistas testemunhas que baseiam suas práticas na institucionalidade do valor diferencial entre os seres humanos e instrumentalizam as instituições que representam, por acordos e consensos sociais silenciosos e subliminares, que articulam por fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis (SOUZA, 2018).

Essa rede que se institui baseada nos preconceitos nos ajuda a entender como se opera, de certa forma, o racismo institucional, que faz com que existam tratamentos diferenciados pelas próprias instituições, as quais se dão por ações e práticas ou omissões de seus agentes que ignoram o princípio da igualdade. Isso afeta a autoestima e o reconhecimento social das pessoas, fundamental para a própria noção de cidadania. Para o autor, as feridas causadas pela falta de reconhecimento social são profundas e uma delas pode se manifestar pela aceitação da situação de precariedade como merecida e justa, fazendo com que se feche o círculo de naturalização da desigualdade.

O resultado de uma hierarquização moral que, em última instância, é definida pela hierarquia econômica, é que o princípio da igualdade, pilar da democracia liberal, só se institucionalizou de forma mais efetiva em sociedades nas quais as condições

de vida mais homogêneas permitiram que também as classes populares tivessem reconhecimento social. Contudo, sem perceber essa “dominação simbólica subpolítica” que está ancorada de forma institucional no Estado e no mercado, que se manifesta por meio de prêmios ou castigos como salários, lucro, emprego, repressão policial e impõe uma concepção de mundo mascarada pela neutralidade e rigorosa objetividade, não é possível entender a causa da imensa massa de excluídos que chegam a viver abaixo da linha da humanidade e da dignidade, na sociedade brasileira.

Essa hierarquia valorativa implícita e ancorada institucionalmente de forma invisível enquanto tal é quem define quem é gente ou não é gente, sempre segundo seus critérios contingentes e culturalmente determinados, e, por consequência, quem é ou não cidadão, na medida em que, como vimos, a eficácia da regra da igualdade que constitui a noção de cidadania precisa estar efetivamente internalizada e incorporada pré-reflexivamente, também nessa dimensão subpolítica da opacidade cotidiana para ter validade efetiva (SOUZA, 2019, p. 259).

Souza usa o termo subcidadania para explicar a condição daqueles indivíduos que, por não terem acesso ao processo de aprendizagem necessária para a incorporação dos conhecimentos e pressupostos psicossociais necessários para o desenvolvimento do trabalho útil, como disciplina, autocontrole e cálculo prospectivo, devido a extrema precariedade em que vivem, não conseguem inserção produtiva no mercado de trabalho capitalista competitivo. Estando, portanto, condenados à marginalidade e à exclusão social, formando assim a subcidadania permanente.

Sem uma percepção sociológica nem política da realidade simbólica invisível que permite a permanência da pobreza material visível,

combatem-se moinhos de vento construídos a partir da percepção fragmentada da realidade social: a percepção da violência criminosa tornada espetáculo televisivo (que esconde a violência cotidiana mais importante e menos visível); a tendência mundial de tornar a pobreza novamente questão de polícia e retirá-la da dimensão política; a tendência geral de culpar a vítima por sua própria exclusão etc. (SOUZA, 2003, p. 49).

A intenção do autor com sua análise é mostrar que a diferença entre a forma como se deu a legitimação das relações hierárquicas e desiguais entre os países centrais do capitalismo e os periféricos está na concepção de mundo que se instituiu a partir das práticas institucionais e as dimensões de sociabilidade. Enquanto na história dos países capitalistas centrais e nas grandes civilizações orientais o contexto

tradicional das práticas institucionais e dimensões de sociabilidade foi legitimado por uma concepção de mundo fundada na religião com grande capacidade de articulação e abstração, em países periféricos como o Brasil essa visão de mundo era inexistente.

Como a cultura material e simbólica forjada no racionalismo ocidental entrou de cima para baixo no Brasil, por meio do padrão de modernização, não se constituiu um comprometimento dos indivíduos com ela. Nesse processo, a legitimação das relações hierárquicas e desiguais foi imposta pela violência física ou violência psíquica implícita na relação de dependência pessoal. Portanto, as práticas institucionais se impõem sem a garantia dos ideais e valores que poderiam permitir sua articulação, reflexividade e consciência sobre os seus dilemas e contradições.

Enquanto nas sociedades centrais do capitalismo o processo de homogeneização do tipo humano necessário para servir de base à economia burguesa foi estimulado por um arcabouço de ideias capazes de se generalizar também para as classes trabalhadoras, no Brasil o burguês já surge como uma realidade especializada e não como uma criação espiritual cuja prática ocasional o transforma em agente econômico, como na Europa. Aqui o agente econômico do capitalismo não passou por um processo revolucionário e, por isso, não possui uma visão de mundo que envolva todas as dimensões da vida social; ele é forjado como um produto estritamente econômico.

No Brasil não ocorreu o processo revolucionário que ascende a burguesia industrial ao poder em detrimento da burguesia rural; por aqui a própria elite rural que, utilizando-se do Estado, migra para o setor urbano-industrial, perpetuando-se no centro do poder político e econômico. Muda a natureza da sustentação da classe dominante enquanto tal, mas não há alternância dos grupos que correspondem a essa classe, caracterizando-se como um processo conservador que mantém o poder nas mãos da mesma classe.

Foi assim que o ideário do liberalismo que fundamentou o processo de implementação da democracia liberal em solo brasileiro, foi o de um liberalismo conservador que se limitou a contornar um compromisso intralites. Dessa forma, a abolição da escravidão tornou-se apenas uma mudança social que atendeu aos interesses dos brancos, pois a massa de libertos foi abandonada à própria sorte, despreparada para enfrentar as novas condições socioeconômicas. A generalização de um modo privilegiado de ser, capaz de identificar como cidadão somente aqueles sujeitos europeizados, foi a consequência da institucionalização do processo de

modernização capitalista que colocou a resolução dos conflitos e contradições apenas no progresso econômico, “inclusive de aspectos sociais fundamentais como a generalização do tipo humano adequado aos imperativos do mercado e Estado” (SOUZA, 2003, p. 152).

Nessa perspectiva, enquanto teóricos da modernização projetavam por meio do culturalismo racista a superioridade cultural dos norte-americanos, que teriam como características objetividade, pragmatismo, valores antitradicionais, universalistas e produtivos, os pensadores brasileiros construía a imagem do brasileiro como pré-moderno, tradicional, particularista, afetivo e com uma forte tendência para a desonestidade.

O autor afirma que o tema da corrupção, que é sempre presente nas crises da democracia brasileira, é explicado pelos intelectuais a partir do conceito de patrimonialismo e que este conceito criado por Max Weber foi mal interpretado pelos autores brasileiros que difundiram a ideia de que o Estado é o lugar da corrupção porque os governantes confundem o que é público e o que é privado. Nessa perspectiva, passa-se a entender que a corrupção somente existe nos espaços estatais de forma personalizada, enquanto o mercado é visto como lugar da honestidade e da ética. Fazendo uso deste conceito junto com o personalismo e a ideia de homem cordial, se produziu a ideologia do vira-lata que serve para a legitimação do liberalismo conservador brasileiro e dos interesses oligárquicos. São essas ideias que “possibilitam a criminalização seletiva do Estado e da política toda vez que o sufrágio universal põe alguém com alguma ligação com as classes populares, além de tornar invisível a verdadeira corrupção dos donos do mercado que capturam o Estado [...]” (SOUZA, 2018, p. 17).

Para o autor, sem romper com estas ideias fica muito difícil fazer um diagnóstico mais convincente à realidade brasileira até a atualidade. Ele destaca a experiência da escravidão e não a herança cultural dos colonizadores como sendo a semente da sociabilidade brasileira. Sendo a instituição que moldou todas as outras instituições no Brasil, a escravidão mantém seus efeitos reais sobre a sociedade brasileira de forma secundarizada e invisibilizada, como se tudo fosse [...] “uma fantasia que servirá maravilhosamente não para conhecer o país e seus conflitos reais, mas sim para reproduzir todo tipo de privilégio escravista, ainda que sob condições modernas” (SOUZA, 2019, p. 42).

Definindo a instituição da escravidão como o fio condutor na análise sobre a sociedade brasileira, Jessé Souza considera que o sistema escravocrata permeou e se estabeleceu como uma sombra em todas as relações sociais, pois como primeira instituição totalizante a existir no Brasil, a escravidão englobava todas as outras instituições, como a forma de família, de economia, de política e de justiça. O autor considera ponto essencial para se obter uma explicação sobre a situação social, política e econômica do Brasil, entender que a classe social a qual ele denomina de ralé é fruto do abandono, pois o Estado relegou ao abandono uma classe que passou por um processo geracional de humilhação e progressiva destruição de sua humanidade, ao negar-lhe o direito ao reconhecimento e autoestima, da possibilidade de constituir família e planejar a própria vida, “ao libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna” (SOUZA, 2019, p. 80).

A ânsia pela modernização, além da exclusão do mundo do trabalho, também contribuiu para o desajustamento social que até hoje está presente, pelo cerceamento das manifestações culturais consideradas toscas e primitivas. O medo das rebeliões escravistas da época colonial deu lugar à imagem do negro como o inimigo da ordem e, por isso, tornou-se prática recorrente do Estado o uso da polícia para intimidar e humilhar os setores mais pobres da população. A continuidade deste preconceito manifesta-se nas constantes chacinas realizadas pela polícia, como parte das políticas públicas de segurança, sejam elas realizadas nos presídios onde se matam pretos e brancos pobres ou nas ruas das periferias das grandes cidades do país, e são avalizadas de forma implícita ou explícita pelas classes média e alta.

Para Souza, em países como o Brasil não há como separar o preconceito de raça do preconceito de classe. Dessa forma, ele afirma que também é importante para entender a sociedade brasileira perceber como a luta das classes por privilégios e distinções construiu alianças e preconceitos que esclarecem melhor que outra coisa o padrão histórico que se repete nas lutas políticas do Brasil moderno.

No entanto, para entender as diferenças entre as classes faz-se necessário superar a visão economicista que define as classes sociais pelo capital econômico e a renda. É fundamental conceber as influências emocionais e afetivas da socialização familiar, pois é a partir da reinterpretação da herança de classe de cada um que se pode chegar às razões do comportamento e condutas do cotidiano. A dinâmica das classes, seus interesses e lutas é a chave para a compreensão de tudo o que é importante na sociedade. Sem se compreender que é o pertencimento de classe que

predetermina todas as chances que um indivíduo terá na vida, nega-se todas as formas de produção de injustiças que este fato produz desde o berço.

A grande contribuição desta análise é que ela possibilita a percepção da origem das desigualdades sociais e desnuda uma questão que joga para o indivíduo a responsabilidade de sua condição social. Ela abre a janela para que se olhe para o ponto de partida de cada um, deslegitimando assim os argumentos da meritocracia rompendo com a naturalização da desigualdade existente.

Enquanto na sociedade escravocrata era fácil identificar os senhores, a hierarquia social no mundo capitalista moderno é invisível e impessoal, não se percebendo claramente quem são os senhores como nas formas anteriores de sociedade, porque existem outros capitais, além do econômico, que são menos visíveis e que justificam a dominação econômica, como o capital cultural, exercido pelas elites intelectuais e jurídicas.

O capital cultural é tão importante para a reprodução do capitalismo como o capital econômico. Ele representa toda a incorporação de conhecimento útil ou de prestígio que fornece aos indivíduos as chances de obter sucesso, produzindo assim, a luta incessante que os indivíduos e as classes sociais realizam para ter acesso a eles, mas mais do que ter acesso, a luta é por seu monopólio, pois somente monopolizando os capitais econômico e cultural é que uma classe pode reproduzir seus privilégios de modo permanente. O autor afirma ainda que o grau de desenvolvimento político e moral de uma sociedade deveria ser avaliado pelo modo como essa sociedade impede a monopolização desses capitais para garantir um acesso democrático a eles.

Nessa perspectiva, as classes sociais são antes de tudo um fenômeno sociocultural, pois é o aprendizado transmitido pelas vivências familiares que possibilitarão o sucesso ou o fracasso dos indivíduos. Pela imitação e incorporação inconsciente os privilégios ou as carências são reproduzidas a cada geração. Visto que, por isso, a sociedade deve se responsabilizar pelas classes que foram esquecidas e abandonadas.

Foi isso que fizeram, sem exceção, todas as nações que lograram desenvolver sociedades minimamente igualitárias. No nosso caso, as classes populares não foram simplesmente abandonadas. Elas foram humilhadas, enganadas, tiveram sua formação familiar conscientemente prejudicada e foram vítimas de todo tipo de preconceito, seja na escravidão, seja hoje em dia. Essa é a nossa diferença real em relação à Europa que admiramos. A

principal diferença é que a Europa tornou as condições sociais de todas as classes muito mais homogêneas. Ainda que exista desigualdade, ela não é abissal como aqui (SOUZA, 2019, p. 95).

Ao garantir a homogeneização das classes sociais, os países europeus possibilitaram que o ponto de partida de cada cidadão fosse o mais parecido possível, implementando políticas sociais para garantir o bem-estar, a dignidade e a cidadania para a maioria da população. Ou seja, nestes países o Estado assumiu o papel de garantir que a desigualdade social fosse a mínima possível, dentro das possibilidades que o capitalismo permitia, embora nos tempos atuais, como apontou a análise feita no capítulo três, o capitalismo, por meio da globalização e da financeirização, está agilizando a corrosão dos valores e da cultura democrática até então construída na Europa.

No Brasil, por outro lado, a atuação do Estado em relação às classes sociais, foi o abandono daqueles que não estavam inseridos no mercado, o que gerou uma classe que não consegue se adaptar à competição social em todos os níveis, em razão das extremas carências cognitiva, afetiva e de oportunidades pelas quais têm vivido desde longe os descendentes de escravos libertos e os mestiços e pobres brancos, que também sempre foram abandonados à própria sorte. Mesmo que agora a dominação seja de classe e não de raça, o preconceito racial continua contando, e o ódio e o desprezo que antes era pelo negro tornou-se uma herança de todos os pobres.

O autor destaca que a principal herança da escravidão para o Brasil moderno é a falta de culpa pela violência material e simbólica contra os mais frágeis porque estes são considerados indignos de serem tratados e reconhecidos como humanos. Considerando o que afirmam estudiosos do processo civilizatório, como Norbert Elias, para quem a percepção da alteridade faz com que culpa tenha sido o valor moral que deu base para o processo de desenvolvimento da democracia, Souza traz um importante questionamento sobre a democracia brasileira. Ele afirma que a grande questão brasileira do momento é entender como a naturalização de um ódio tão grande tenha continuidade e se reproduza, fazendo da nossa uma sociedade sem aprendizado moral e sem culpa.

A explicação pode ser vislumbrada ao considerar que se o desenvolvimento de uma sensibilidade em relação ao sofrimento alheio ocorreu nos países europeus por meio de processo de aprendizado coletivo que universalizou os pressupostos

psicossociais que dão sentido à dignidade do produtor útil, homogeneizando os seres humanos, mesmo que em classes separadas, no Brasil esse processo jamais ocorreu. Pelo contrário, produziu-se o ódio aos mais frágeis e a culpabilização da própria vítima do infortúnio construído socialmente, ao que se considera que no Brasil foi constituída uma categoria de subclasse, que não há na Europa. Sendo assim, é “a ausência de processos de aprendizado coletivo e a sua institucionalização social e política que explica nossa abissal desigualdade e indiferença ao sofrimento” (SOUZA, 2019, p.161).

Nessa perspectiva, Sílvia Almeida (2018) contribui nesta análise destacando que as formas contemporâneas do racismo não devem ser entendidas apenas como um resquício da escravidão, mas como um “produto do capitalismo avançado e da racionalidade moderna” (ALMEIDA, 2018, p.144).

O racismo [...]é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma, para se *renovar*, o capitalismo precisa, muitas vezes *renovar* o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em relação a desigualdade racial sob o manto da democracia (ALMEIDA, 2018, p. 144).

Dessa forma, é importante compreender que diante de tamanhas diferenças históricas e sociológicas com os países analisados pelos autores destacados no capítulo três, sobre a crise da democracia, existem elementos que se destacam, como o preconceito racial. A democracia norte-americana que era considerada consolidada manteve a harmonia política e social sob o controle de diversas instituições que foram usadas para parecer que tudo era muito tranquilo por lá. No entanto, quando os direitos civis e a igualdade política entre brancos e negros entram na agenda dos debates políticos começa a ocorrer uma polarização que não é ideológica, mas marcada pela questão racial e cultural, que tem provocado forte desgaste no processo da democracia norte-americana, conforme já abordado no terceiro capítulo.

Em relação aos países europeus o grande problema que tem provocado a desconsolidação da democracia tem sido o crescimento do ódio e do ressentimento aos imigrantes e aos negros, mesmo que a população destes países tenha passado por um processo de aprendizagem coletiva dos pressupostos psicossociais

necessários à instituição de um regime democrático, que não ocorreu no processo histórico brasileiro.

Nesse sentido, pode-se dizer que, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos, a democracia consolidou-se mais no sentido formal, pois sua estabilidade demonstrou que depende da realização dos interesses do capitalismo que, de forma invisibilizada, exerce o controle sobre a soberania popular.

Diante das crises econômicas torna-se mais difícil manter a estabilidade democrática, pois o poder econômico explicita seus interesses em torno do lucro incessante e os direitos antes concedidos às classes populares passam a ser suprimidos, aumentando a pobreza, o desemprego e a insegurança alimentar dos mais pobres, mesmo nos países onde o Estado foi provedor e conseguiu mitigar as desigualdades sociais por algum tempo.

Como afirma Castells (2018), a democracia era uma promessa que não se cumpriu nem onde o capitalismo se desenvolveu, ao contrário, o capitalismo financeiro, ao mercantilizar as instituições da democracia, substituindo a política pelo tecnicismo, tem gerado um desgaste na representatividade levando os eleitores a não se verem mais representados por seus representantes.

Se na Europa e nos Estados Unidos a democracia não cumpriu a promessa de garantir dignidade e cidadania para todos os cidadãos e cidadãs de forma permanente, no Brasil ela sempre foi algo muito distante da grande maioria da população, devido ao processo de dominação exercido sobre as classes populares, que tem como resultado a imensa exclusão social que coloca na condição de extrema pobreza milhões de brasileiros.

Por outro lado, a história da democracia brasileira revela que esta é marcada por momentos de maior aproximação dos princípios democráticos e por outros em que ocorre um distanciamento em relação à experiência democrática. Para Avritzer (2018), o que viabiliza a manifestação das vias antidemocráticas no país é a fragilidade das estruturas de defesa de direitos, que

[...] são frágeis e vinculadas não às garantias institucionais, mas a um arranjo intraelites que trocou uma estrutura de direitos por uma ideia de cordialidade que implodiu na crise atual. No início de 2018, no momento em que este artigo foi finalizado, a quebra de direitos passou a se expressar em intolerância até mesmo em relação às obras de arte, na violação aberta do direito de livre manifestação, na intervenção em relação à liberdade acadêmica e na defesa aberta por membros do Poder Judiciário de limitações nos direitos de defesa e nas garantias individuais (AVRITZER, 2018, p. 277).

A crise atual apontada pelo autor é marcada por uma ruptura da democracia em 2016, com o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, que foi acompanhada pelo crescimento de atitudes autoritárias e de intolerâncias, sendo que, em 2018, os eleitores brasileiros escolheram um presidente antidemocrático. Na seção a seguir faço uma análise sobre estes dois acontecimentos, destacando elementos que contribuíram para o agravamento dos conflitos políticos, como o poder da grande mídia, o papel da classe média e das instituições políticas. Também trato de questões que tem contribuído para a fragilização da democracia no contexto contemporâneo como o neoliberalismo, o neoconservadorismo e a nova direita.

4.2. ACONTECIMENTOS QUE EVIDENCIAM A CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Para Avritzer (2018), desde 1946 até hoje a democracia brasileira vive processos pendulares⁶. Para este autor, o reconhecimento desta oscilação pendular é importante para o entendimento político como também para a realização de estudos e pesquisas relacionadas à democracia no país.

Nesse sentido, destaca-se que no período compreendido como a Nova República, a partir de 1988, ocorre o processo de reversão pendular em direção à democratização. No entanto, este não é um processo constante, pois muitos conflitos e tensões são motivados pela luta em defesa da vigência de direitos, pela questão da determinação das políticas públicas e o problema da privatização do Estado (AVRITZER, 2018).

Com a crise econômica do final da década de 1970 e 1980 e o enfraquecimento do regime militar, esgotou-se o modelo de Estado desenvolvimentista que vigorou no país desde a Era Vargas. No processo de elaboração da nova Constituição, as forças democráticas travaram embates com os liberais no sentido de garantir uma Constituição democrática com ampliação da cidadania no país. No entanto, as forças liberais defensoras do livre mercado venceram as eleições com a eleição de Fernando

⁶ O argumento do pêndulo democrático baseia-se na ideia de que a democracia brasileira envolve tanto períodos democráticos como períodos de regressão democrática. Avritzer entende por períodos de ampliação democrática aqueles momentos nos quais ocorrem eleições sem contestação de resultados e nos quais as instituições da contrademocracia aceitam seu papel subordinado em relação à soberania popular. Desse modo, podemos entender o período de 1945 a 1964 como um período de expansão do pêndulo democrático, assim como o período entre 1994 e 2014.

Collor de Mello, em 1989. Desse modo, grande parte das conquistas constitucionais são esquecidas diante dos interesses das elites econômicas, que vêm nas políticas neoliberais uma forma de ampliar a acumulação capitalista e recuperar o que haviam perdido com a crise econômica.

Denúncias comprovadas de corrupção levaram ao *impeachment* de Collor em 1992. No entanto, as políticas liberalizantes baseadas no ideário neoliberal tiveram continuidade com seu sucessor eleito em 1994, Fernando Henrique Cardoso, representando o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Em dissonância às políticas de bem-estar social definidas pela nova Constituição Federal de 1988, as políticas públicas adotadas são no sentido de reduzir a atuação do Estado, promovendo a privatização de empresas, a reforma administrativa e os ajustes fiscais dentro das diretrizes emanadas pelo Consenso de Washington⁷.

Diante dos efeitos destas políticas, as quais aumentaram o desemprego, a pobreza e promoveram a estagnação do processo de industrialização do país, em 2002, depois de concorrer em três eleições, Luís Inácio Lula da Silva, representando o Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito presidente do país. Defendendo um projeto de Estado desenvolvimentista, em 2003 ele deu início a um governo comprometido com as demandas populares, estabelecendo um conjunto de políticas de inclusão social e de fortalecimento dos mecanismos de participação popular, tais como os conselhos e as conferências públicas⁸.

A continuidade destas políticas foi definida pela soberania popular nas eleições que ocorreram em 2010, com a eleição de Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT). A primeira mulher que governou o país teve interrompido seu

⁷ O Consenso de Washington foi um conjunto de políticas preconizadas pelas instituições de Washington (BANCO MUNDIAL e FMI), para atender as novas necessidades do capitalismo. Seus objetivos pretendem mudar o papel do Estado na administração da economia nacional, principalmente nos países da periferia. As diretrizes são divididas em 10 áreas distintas: 1. Disciplina fiscal, 2. Reforma tributária, 3. Liberalização financeira, 4. Reforma cambial, 5. Abertura comercial, 6. Supressão de restrições aos investimentos estrangeiros diretos, 7. Privatização, 8. Desregulamentação, 9. Respeito à propriedade intelectual. Essas diretrizes foram implementadas ao longo dos anos 1990, na América Latina (PIRES, 2006).

⁸ No Brasil, partir de 2003, iniciou-se um modelo político de desenvolvimento que reforçou o seu papel econômico e político no cenário internacional – através do multilateralismo e do fortalecimento das relações Sul-Sul – e implementaram-se políticas públicas que levaram à incorporação de milhões de brasileiros no campo da cidadania social. Em menos de treze anos o país saiu, pela primeira vez na sua história, do Mapa da Fome da FAO, retirou mais de 36 milhões de pessoas da miséria absoluta, incorporou ao mercado de consumo de massas mais de 50 milhões de indivíduos, ampliou o acesso aos bens e serviços da sociedade contemporânea, inaugurou inúmeras universidades públicas abrindo os seus espaços para população pobre, negra e indígena, investiu intensamente na saúde pública e em programas de inclusão social e ampliação de direitos (DORNELES, 2019).

segundo mandato, em 2016. Vários foram os fatores que poderiam ser analisados como fortes elementos que produziram a crise que culminou com o seu *impeachment*, entre elas as questões relacionadas à crise econômica e as controversas medidas tomadas pelo governo na tentativa de redirecionar os níveis de crescimento econômico do país. De acordo com a análise de Avritzer (2018), pode-se caracterizar a atual crise da democracia no país como um momento pendular, em que ocorre um afastamento do pêndulo democrático.

Nessa perspectiva, para analisar a crise atual da democracia no Brasil, destaco a participação da classe média neste processo, fazendo a relação com as ideias desenvolvidas por Souza (2019) que analisa a luta desta classe para manter seus privilégios e aos preconceitos que demonstram terem sido importantes para a culminância do evento sob análise. Da mesma forma, destaco a manipulação da grande mídia, que, ao lado da classe média, foi o principal meio pelo qual se viabilizou a perda do apoio popular em relação ao governo e ao partido que esteve no Poder Executivo nesse período que antecedeu a ruptura política.

Também, não poderia deixar de analisar a relação entre as instituições responsáveis pela operacionalização do regime de governo a partir da Constituição Federal de 1988. Além disso, considero importante destacar os movimentos neoconservadores e a atuação da nova direita que estão presentes no contexto da crise da democracia contemporânea e que se manifestam com mais força no Brasil na conjuntura que segue ao *impeachment* e culmina com as eleições de 2018.

Desse modo, na sequência, inicialmente faço a análise do *impeachment*, destacando a influência da classe média, a decisiva participação da grande mídia e a atipicidade da atuação das instituições políticas. Logo após, em decorrência ao processo do *impeachment*, faço uma análise do contexto em que ocorreram as eleições de 2018, destacando emergência das forças antidemocráticas representadas pela nova direita e polo neoconservadorismo.

4.2.1. O impeachment de 2016

4.2.1.1 A classe média e a grande mídia

Para Souza (2019), a classe média é estratégica para a efetivação do padrão de dominação social, pois para manter seus privilégios ela junta-se aos interesses da elite econômica contra as classes populares. Os privilégios são difusos, na medida em que ocorrem pela reprodução da socialização familiar que esconde toda uma

situação vivida anterior a sua condição de vencedores. Desse modo, a classe média legitima seus privilégios pela meritocracia e se considera moralmente superior em relação às outras classes.

Em relação à reação da classe média às políticas públicas desenvolvidas, entre os anos de 2003 e 2015, destaca-se que houve mudanças na estrutura social brasileira, haja vista a queda acentuada da pobreza “que tirou mais de vinte milhões de pessoas dessa condição entre 2003-2012; os programas de transferência de renda, que criaram o sistema de proteção social que abrange quase quarenta milhões de pessoas; e os aumentos reais do salário-mínimo” (AVRITZER, 2015, p. 102).

Diante das imensas desigualdades sociais que historicamente existiram no país, estas políticas produziram resultados transformadores na vida de muitas pessoas. Sendo que, ao mesmo tempo em que estes programas elevaram ao patamar de consumidores de bens duráveis e não duráveis expressivo contingente da população, também se ampliou o segmento de consumidores de cultura e lazer, os quais passaram a frequentar lugares antes impensáveis para o padrão de vida que viviam.

Os estudos feitos por Avritzer demonstram que, para a classe média, os resultados destas políticas tiveram um impacto muito importante. A chamada classe média tradicional ou classe média alta, como sempre fora consumidora de serviços domésticos, foi afetada pela inflação que ocorreu no preço destes serviços, com a ocorrência das mudanças no mercado de trabalho, que beneficiaram os profissionais desta área, “a inflação do setor de serviços subiu 104% entre 2004 e 2014, causando danos a este setor da classe média” (AVRITZER, 2015, p. 103).

Além disso, a classe média também sentiu o impacto no *status* social que sempre teve, por meio do acesso privilegiado aos lugares de convívio social e aos serviços privados de saúde e de educação até o Ensino Médio e aos serviços públicos de Ensino Superior. Enquanto nos serviços privados de saúde viu aumentar seus custos, no Ensino Superior viu aumentar a competitividade com as classes populares, promovidas por programas de ações afirmativas que possibilitaram acesso à educação a um contingente de pobres, negros e indígenas, excluídos historicamente. Estas alterações redefiniram o papel e o lugar social da classe média e resultaram em um novo posicionamento desta em relação ao sistema político do país, entre os quais a crescente polarização social.

Com a heterogeneidade da classe média, torna-se claro que o apoio à democracia nunca foi da classe como um todo. O que parece é que aquela fração mais democrática passou também por um processo de grande frustração por sentir-se, de certa forma, traída no momento em que teve seus privilégios atingidos, trazendo à tona os resquícios da sociedade escravocrata, o preconceito, o ódio e o ressentimento.

Grande parte da frustração da classe média deve-se ao aspecto moral, relacionado às denúncias de corrupção. As imagens veiculadas, diariamente, pelos grandes veículos da imprensa nacional, mostrando membros do governo envolvidos com a corrupção, serviram muito para gerar um sentimento de frustração e raiva contra o governo e o Partido dos Trabalhadores (PT), que estava no governo, mesmo que grande parte dos denunciados fossem ligados a outros partidos políticos (AVRITZER, 2015).

Na mesma direção, Miguel (2022) destaca que se havia este consenso na classe média em torno da construção de um país com mais justiça social, ele foi demolido pelo trabalho ideológico da direita. Com a utilização das mídias e redes sociais, o debate público passou a ser marcado com um alto grau de irracionalidade, e por um discurso contrário à solidariedade social. Com as mobilizações políticas contrárias ao governo, significativa parcela da classe média assumiu publicamente que não estava concordando com a redução das desigualdades sociais. “As grandes manifestações pelo *impeachment*, em 2015 e 2016, tiveram entre seus eixos discursivos a defesa da “meritocracia”, a denúncia dos “vagabundos” e o saudosismo manifestado em frases como “eu quero meu país de volta” (MIGUEL, 2022, p. 235).

Diante disso, é inegável a contribuição da grande mídia no processo que levou à crise da democracia brasileira e disseminou a intolerância política. Basta considerar que as manifestações que ocorreram aos domingos contavam sempre com as chamadas da Rede Globo desde as primeiras horas da manhã. Ou seja, as manifestações protagonizadas principalmente pela classe média, contra o governo e pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, entravam dentro das casas dos brasileiros como se fossem grandes eventos a demonstrar a força da cidadania.

A história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e da imprensa conservadora. É a grande mídia que irá assumir a função dos antigos exércitos de cangaceiros, que é assegurar e aprofundar a dominação da elite

dos proprietários sobre o restante da população. A grilagem agora não assumirá mais a forma de roubo violento da terra dos posseiros pobres, mas também a forma da colonização das consciências com o fito de possibilitar, no entanto, a mesma expropriação pela elite. Substituiu-se a violência física, como elemento principal da dominação social, pela violência simbólica, mais sutil, mas não menos cruel (SOUZA, 2019, p. 226).

Foi por meio da manipulação social que a grande imprensa ajudou a impedir a continuidade de um processo de ascensão social dos pobres que estava se realizando, pois com o impeachment de 2016 “a reação conservadora veio primeiro de cima, da alta classe média nas ruas, da sistemática corrosão de valores democráticos diariamente perpetrada pela imprensa, do cooptação do STF e, por consequência, da destruição da ordem constitucional” (SOUZA, 2019, p. 254).

Nesse sentido, ao contextualizar a crise da democracia que se instalou no país a partir de 2014, é importante considerar que a consolidação da democracia também depende do entendimento de que a soberania das eleições não está somente no fato de se eleger um governante, mas de que pelo voto pode-se decidir o tipo de políticas públicas que os cidadãos e as cidadãs entendem ser necessárias para a efetivação de um projeto de desenvolvimento para o país.

Diante disso, pode-se dizer que o período mais longo de determinação democrática sobre as políticas públicas no Brasil ocorreu entre 1994 e 2014. Porém, em 2014 reapareceram atores econômicos e políticos que começaram a questionar a relação entre a eleição e as políticas públicas, pois são as políticas públicas que provocam a reação em defesa dos privilégios, o que se encontra registrado na história do país. Avritzer (2018) lembra que foram políticas públicas que provocaram reações contrárias por parte das elites que desestabilizaram o governo nos anos de 1950 e início dos anos 1960, entre elas o aumento do salário-mínimo e as reformas de base.

No governo Lula, podemos fazer o mesmo raciocínio. Ele instituiu mudanças importantes nas políticas públicas sancionadas pelo voto. A grande ampliação das políticas de proteção social e o novo papel da educação superior com o Reuni e as políticas de ação afirmativa apontam nessa direção. Mas sempre esteve presente o espectro da reação das elites às mudanças nessas políticas, como na reação às chamadas reformas de base no início dos anos 1960. Quando analisamos a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, percebemos a presença do mesmo questionamento por parte das elites às políticas públicas se manifestando mais uma vez no pós-impeachment (AVRITZER, 2018, p. 282).

Há que considerar que um dos elementos fundamentais para a democracia é a existência do debate de ideias na sociedade, porque é por meio da troca de ideias e argumentos racionais entre os indivíduos que se constitui uma cultura democrática. Por isso, a esfera pública é de extrema importância para o processo democrático, sendo que, de acordo com seu princípio originário, esta deveria envolver as pessoas de forma igualitária, em fóruns para o debate público, proporcionando a formação de opiniões para uma efetiva participação democrática (HABERMANS, 1984).

No entanto, com o avanço do capitalismo e o desenvolvimento da indústria cultural, o mercado passou a sufocar o debate democrático. A opinião pública passou a ser formada por meio da manipulação e do controle pelos veículos da mídia de massa, nos quais predominam os interesses financeiros realizados por meio da publicidade e o incentivo ao consumo.

Para Souza (2019), a colonização da esfera pública pelos interesses econômicos tem como consequência a privatização da opinião pública. Segundo o autor, com a veiculação da grande imprensa e da mídia diária, o ideário do liberalismo conservador brasileiro conseguiu juntar, pelo discurso moralista, a demonização da política, de suas instituições e do próprio Estado e a estigmatização das classes populares, cativando, principalmente, a classe média.

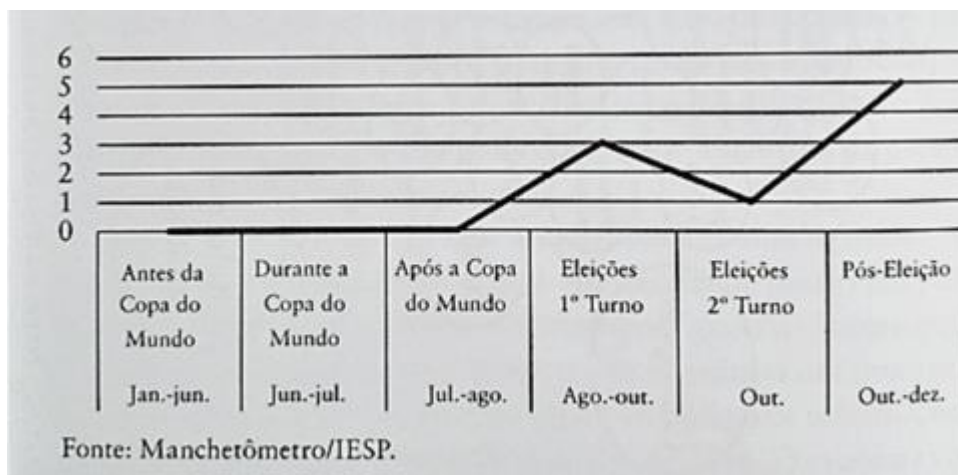
Como resultado da colonização da classe média e da grande imprensa pela elite econômica, retirou-se a capacidade de reflexão de toda a população. Souza destaca que, diante da necessidade de se fazer um contraponto a este poder da imprensa, principalmente da televisão, países europeus criaram um modelo público de imprensa televisiva, modelo que foi seguido também pelos norte-americanos. Este processo fez parte da caminhada pela consolidação da democracia e da cidadania no período pós-guerra, contando inclusive com a participação das sociedades na gestão das emissoras e criação de conselhos para efetivar o controle público.

No entanto, Avritzer chama a atenção para o papel desempenhado pelas mídias alternativas que tiveram forte influência nos movimentos que antecederam as eleições de 2014. As manifestações de rua, ocorridas em 2013, demarcaram mudanças significativas no padrão de participação social e nas formas como foram sendo criadas as pautas seletivas promovidas por canais e sites conservadores. A esquerda perdeu o monopólio da participação popular e as manifestações que, inicialmente, reivindicavam redução de preços das passagens no transporte público, após a configuração da aliança entre as mídias alternativas e a grande mídia

televisiva, estes passaram a divulgar que os protestos eram contra o governo Dilma Roussef (AVRITZER, 2016).

Da mesma forma como foi apontado por Levitsky e Ziblatt (2018) as novas mídias e redes sociais se destacaram como fortes elementos que possibilitaram o crescimento do apoio às pautas autoritárias representadas pela direita. Desse modo, o que poderia ter representado a ampliação da pluralidade de informações e opiniões com as mídias alternativas, tornou-se a mesma narrativa com uma agenda ofensiva em relação ao governo e com forte tom conservador, com grande pluralização de geradores de notícias na internet. “A partir daí ocorre um divisor de águas na política brasileira, que cria um novo momento na democratização. Rompe-se uma interdição das manifestações de fundo conservador, que não ocorriam desde 1964” (AVRITZER, 2016, p. 81).

Gráfico 1 – Número de manchetes ou chamadas na grande imprensa ligando o PT à corrupção.



Fonte: AVRITZER, 2016, p. 94

O gráfico acima, apresentado por Avritzer, corrobora as afirmações de Souza (2019) em relação à amplificação das manchetes veiculadas no sentido de atribuir a um único partido a prática de corrupção: “o que interessa destacar é que essas notícias sobre PT e corrupção, independentemente de serem amplificadas, criaram uma percepção de propensão à corrupção na opinião pública” (AVRITZER, 2015, p. 94).

Diante do processo de seletividade da informação que ocorreu em todo o período que antecedeu às eleições de 2014, e teve continuidade após as eleições,

culminando com o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, em 2016, o poder da imprensa/mídias manifesta-se não somente como ilimitado, mas também, decisivo ao exercer um papel que é fatal para a democracia, atacando especialmente a soberania popular.

Desse modo, a agenda da corrupção a partir de um corte conservador torna-se a pauta dos setores conservadores do país. Com a deslegitimação das instituições democráticas, por meio da criminalização da política⁹, e de forma seletiva os políticos da esquerda que defendem políticas de promoção da igualdade social, a mídia impede que a população mais pobre entenda os reais motivos da situação vivida. Assim, ao retirar a possibilidade de uma expressão política racional, abre-se espaço para os sentimentos e a raiva, abrindo caminho para a violência de cunho fascista que se manifestou nos movimentos que prosseguiram a partir do *impeachment* de 2016.

Para Souza (2019), o “neofascismo contemporâneo”, violento e irracional, se expande entre os pobres como reflexo de uma luta de classes mascarada, percebida de forma intrincada por meio da manipulação de emoções com objetivos políticos, as quais acabam por gerar, além da agressividade, o medo, a raiva, ressentimentos e ansiedade sem direção.

Portanto, a falta de pluralidade nos meios de comunicação social no país, elemento necessário para a concretização dos valores democráticos, impede o debate público, na medida em que os grandes veículos dos meios de comunicação como “Veja, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e as redes de televisão, repercutem uns aos outros, gerando uma pauta comum” (MIGUEL, 2022, p. 140). Além disso, é necessário considerar a forte influência nesse processo de bloqueio do debate público, efetivado pelas mídias da comunicação produzidas com as novas tecnologias da informação, como as mídias sociais e principalmente o WhatsApp. Informações vazadas por policiais, procuradores ou juízes eram repercutidas com forte alarde no noticiário nacional criando um clima favorável para que organizações de extrema-direita produzissem seus próprios materiais, sempre de forma exagerada

⁹A novidade na prática política contemporânea é mobilizar a opinião pública numa “cruzada”, identificando o mal na figura dos políticos em geral e na própria ação política. Na verdade, o foco da “cruzada” mira os políticos progressistas, em especial os de esquerda. Como o sistema é seletivo, a “cruzada” contra o mal e os maus – no caso a luta contra a corrupção e os corruptos – não atinge a todos. A lógica penal da seletividade, onde apenas alguns são criminalizados, penalizados e estigmatizados como os perigosos sociais passa para o terreno da luta política (DORNELLES, 2019).

e mistificada, porém ancorados na credibilidade dos funcionários públicos e profissionais do jornalismo (MIGUEL, 2022).

4.2.1.2 A influência das instituições

Na sequência da análise sobre a crise da democracia ocorrida por meio do *impeachment* presidencial em 2016, faço algumas considerações sobre a atuação das instituições, pois o processo que rompeu com a soberania popular e colocou em risco a democracia no Brasil não ocorreu apenas pela forte intervenção da grande mídia, mas também pela atuação das instituições, principalmente nas relações conflituosas entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Do ponto de vista do institucionalismo, são as instituições que possibilitam que um regime democrático seja de boa qualidade ou não, sendo que, as instituições representam um papel relevante no processo de concretização do regime democrático. São elas que definem o arranjo de fundo sobre o qual a democracia é colocada em curso, criando incentivos e constrangimentos, dando, definindo procedimentos, criando, enfim, a moldura dentro da qual os procedimentos que materializam o regime democrático devem se dar.

Para Barry Ames (2003), ao se fazer uma análise da democracia sob o enfoque institucional, o que se revela no Brasil é que as instituições políticas são responsáveis pela não efetivação das políticas públicas necessárias para garantir maior dignidade aos cidadãos e cidadãs brasileiros. Este fato seria evidenciado pela permanente crise de governabilidade que ocorre no país, marcada, especialmente, pela desvinculação entre a esfera eleitoral e a esfera de atuação dos representantes eleitos. O arranjo institucional da democracia brasileira incentiva a atuação individualista, focada nos interesses dos representantes, marcadamente a reeleição, e não na representação dos interesses dos eleitores (AMES, 2003).

Sob este ponto de vista, são as instituições que amplificam essa crise porque funcionam muito mal. No entanto, esse mau funcionamento não estaria no fato de o sistema beneficiar as elites, mas sim de que as instituições beneficiam, acima de tudo, a elas mesmas e aos agentes políticos que as ocupam, “isto é, os políticos e os funcionários públicos que o administram” (AMES, 2003, p. 18), podendo-se considerar que essa seria a causa das dificuldades enfrentadas para que os governos efetivem mudanças que possam apresentar resultados mais positivos do ponto de vista do *accountability*..

Para Ames, embora existam muitos políticos e funcionários públicos que efetivamente cumpram suas jornadas de trabalho e sejam comprometidos com as funções de seu cargo, as instituições políticas no Brasil criam benefícios e incentivos para os políticos.

Dessa forma esses incentivos geram muitas ações, as quais levam, em muitos casos, a atrapalhar a adoção de políticas públicas voltadas ao bem-estar e a melhoria da vida do povo. No caso brasileiro, as instituições políticas criam incentivos que estimulam os políticos a maximizar seus ganhos pessoais e a se concentrar em cavar projetos de obras públicas para eleitorados localizados ou para seus próprios patrocinadores políticos (AMES, 2015, p. 18).

O que o autor aponta é que a governabilidade exige tanto do poder Executivo quanto do Legislativo que ajam de forma eficiente na elaboração de programas e políticas públicas, estando assim relacionada com a capacidade de execução destes programas pelo governo. Porém, a realidade que se apresenta é bem outra, pois até mesmo quando o Poder Executivo tem apoio da opinião pública enfrenta muitas dificuldades para a aprovação de seus projetos.

No Brasil, o Poder Executivo muitas vezes não conta sequer com maiorias parlamentares nominais e depende de deputados que só se preocupam com sua própria sorte, com benefícios paroquiais de retorno eleitoral garantido ou em defender interesses estreitos. Além de tudo isso, os presidentes lidam com públicos extremamente insatisfeitos com o desempenho do governo em todas as esferas (AMES, 2003, p. 17).

É irrefutável a importância das instituições, e o seu funcionamento adequado e eficiente possibilita a operacionalização das políticas públicas que garantem os direitos que dignificam as pessoas que vivem sob esse regime e o desenvolvimento do país. No entanto, elas existem e são criadas dentro de um contexto histórico e cultural que precisa ser considerado porque o seu funcionamento é também o efeito das relações socioculturais e políticas de uma determinada conjuntura social, política e econômica.

Nesse sentido, a permanência de elementos que caracterizaram todo o processo histórico do país na sua cultura política, como o autoritarismo e os preconceitos e a desigualdade social, traz elementos que comprometem o processo de consolidação da democracia. A Constituição Federal de 1988, que foi elaborada a partir de fortes mobilizações sociais e tem como grande contribuição ao país o retorno

à democracia depois de vinte um ano de ditadura militar (1964 a 1985), apesar de estabelecer um conjunto de instituições que têm como objetivo possibilitar a efetivação da cidadania no país, não promoveu uma ruptura completa com o passado autoritário. A transição para a democracia foi realizada por uma transação por consenso, com negociação entre as Forças Armadas e a oposição. Esse processo possibilitou que a Constituição Federal de 1988 não alterasse de modo significativo a frágil relação entre eleições e soberania política.

Dessa forma, o próprio processo de transição para a democracia já se constitui em um fator de sua limitação, pois a elite econômica somente aceitou a diluição de seu poder político e a ampliação da cidadania mediante a troca pelo compromisso de que não houvesse “investigação dos crimes políticos da ditadura e nem mudanças estruturais nos padrões de exclusão e nem distribuição significativa de recursos econômicos” (SAAD FILHO, 2018, p. 246).

O processo de transição democrática se esgotou [...] sem ter democratizado o poder econômico no Brasil. Não se democratizou o sistema bancário, nem os meios de comunicação, nem a propriedade da terra, nem as grandes estruturas industriais e comerciais. O fim da ditadura não representou a democratização da sociedade brasileira” (SADER, 2013, p. 137).

A redemocratização da sociedade brasileira é um processo ainda em andamento, com avanços e retrocessos, e como a democracia é princípio constitucional, todas as instituições dela decorrentes devem ser instrumentos responsáveis pela operacionalização do regime democrático. Dentre as novas instituições que a atual Constituição trouxe estão mecanismos para a ampliação da participação social, a garantia da operacionalidade da governabilidade na divisão dos poderes e a autonomia do Poder Judiciário.

Entretanto, de forma contraditória, foram mantidas algumas distorções que haviam sido implementadas pela ditadura militar, dentre estas a proporcionalidade das representações estaduais, o aumento do número de membros no Congresso Nacional e a implantação de critérios políticos na divisão de recursos do Orçamento da União que geram uma série de problemas relacionados ao financiamento do sistema político e ao presidencialismo de coalizão (AVRITZER, 2015).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 criou um sistema político disfuncional ao prever uma descentralização significativa do poder para os estados e municípios sem, no entanto, a garantia dos recursos necessários para oferecer os

programas sociais, saúde e educação, que foram descentralizados. A eleição da Presidência em dois turnos lhe garante grande legitimidade, mas na prática seus poderes são limitados, pois ao instituir um Congresso bicameral com eleição de representação proporcional dos deputados, os setores oligárquicos, aliando-se às forças conservadoras, sempre conseguem impor suas posições. Por sua vez, a proliferação de partidos sem princípios ou ideologia tornam impossível ao poder Executivo “comandar uma maioria no Congresso sem estabelecer coalizões tão complexas quanto instáveis” (SAAD FILHO, 2019, p. 81).

Na mesma direção, Anderson (2020) afirma que, como o país saiu da ditadura militar com a mesma classe política criada naquele sistema, esta optou por anular qualquer possibilidade de que a democracia pudesse expressar a vontade popular capaz de ameaçar a imensa desigualdade brasileira, pois a sua continuidade serve para alimentar as disputas políticas por interesses em vantagens pessoais. Ao destacar o viés conservador do sistema político brasileiro, ele afirma que a democratização o acentuou, pois a cada eleição surgem mais partidos, sendo que a maioria não tem nenhuma coerência e nem disciplina.

O Brasil foi o único país latino-americano a sair do domínio militar nos anos de 1980 onde nenhum partido significativo que existia antes do regime sobreviveu. Em vez disso, o palco político foi inicialmente ocupado por dois partidos criados pelos generais: o partido da oposição nominal, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e o partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) – ridicularizados por serem vistos como os partidos do “sim” e do “sim, senhor”. O primeiro acabou alterando seu nome para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e boa parte do segundo se transformou no Partido da Frente Liberal (PFL) (ANDERSON, P. 2020, p.99).

Para Avritzer, a consolidação da governabilidade que ocorreu no Brasil entre 1994 e 2014 foi assegurada por meio da preservação da relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo para garantir a maioria no Congresso e assim conseguir a aprovação de Projetos de Leis importantes. Foi dessa forma que se conseguiu aprovar a estabilização da moeda e a criação de programas como o Bolsa família e a permissão para os aumentos reais do salário-mínimo.

Contudo, a forma de funcionamento do presidencialismo de coalizão, por exigir um alto custo, chegou ao seu limite, e quando a situação chega ao limite acaba por desorganizar o Poder Executivo e provocar a deslegitimação do sistema político.

Existem três limites principais instituídos pelo presidencialismo de coalizão, que parecem incomodar cada vez mais os cidadãos e a opinião pública: os custos crescentes da fragmentação partidária; a desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo; e a propensão à corrupção gerada pela distribuição destes cargos (AVRITZER, 2015, p. 10).

Os custos a que se refere o autor estão relacionados aos acordos e barganhas que os membros do Legislativo fazem em troca do seu voto no Congresso Nacional. No entanto, além da governabilidade, os problemas decorrentes do presidencialismo de coalizão envolvem a questão da legitimidade do processo decisório em relação à opinião pública. Todavia, quando o Poder Executivo consegue manter a convergência entre a base do governo e a sua agenda em patamares mais elevados, os problemas que advém da coalizão como a má gestão e a corrupção são aceitos pela base do governo e ignorados pelo Ministério Público e pela grande imprensa.

Desse modo, quando os governantes, principalmente de esquerda ou com propensão à realização de políticas públicas populares, precisam fazer concessões ao definir uma coalizão com partidos ou parlamentares que não primam por elementos ideológicos ou programáticos, acabam por perder a confiança de sua base de sustentação política. As alianças que são definidas baseadas na cessão de importantes cargos públicos provocam casos de corrupção, impedindo que o programa político que foi escolhido pela soberania popular seja implementado. Em grande medida, esta foi a dificuldade enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores, desde o primeiro mandato do Presidente Lula, e que culminou com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (AVRITZER, 2015).

Portanto, apesar da grande importância da Constituição em vigência, para a democratização da sociedade brasileira, em relação às instituições políticas, mantiveram-se as práticas fisiológicas, com novas formas de corrupção e de defesa de privilégios. Para Saad Filho, a óbvia fragilidade intrínseca da democracia brasileira não é obra do acaso, mas foi “deliberadamente construída” (SAAD FILHO, 2018, p. 81).

No capítulo três desta dissertação, na análise feita a partir dos autores de *Como as democracias morrem*, encontra-se uma referência muito significativa sobre o papel das instituições no processo de corrosão democrática nos Estados Unidos. Levitsky e Ziblatt afirmam que a reserva institucional é crucial para a sobrevivência da democracia. Ela pode ser compreendida como o ato de evitar ações que, mesmo respeitando a lei, violam o seu espírito. É uma regra não escrita que, junto com a

tolerância mútua, asseguram a estabilidade da democracia, pois de acordo com esse princípio, mesmo podendo, os políticos não usam suas prerrogativas institucionais até o limite por considerarem que podem colocar em risco o sistema democrático existente (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Os autores também ressaltam que existe o oposto, ou seja, quando se levam as prerrogativas institucionais ao extremo, com o objetivo de derrotar permanentemente os adversários políticos, sem se preocupar com a continuidade do jogo democrático. Utilizando-se de certa ambiguidade, legal ou não, o jogo duro é feito de forma a impedir de qualquer modo toda possível ameaça aos interesses da autoridade instituída, seja o Poder Executivo, o Legislativo ou o Judiciário.

No processo do *impeachment* de 2016, o jogo duro foi realizado contra a autoridade instituída no Poder Executivo e abalou o equilíbrio entre os poderes que foi construído nos últimos trinta anos. Além de uma grande crise econômica, o *impeachment* provocou uma crise institucional sem precedentes. O Poder Judiciário que, pelo texto constitucional de 1988 teve seu poder fortalecido, invadiu as competências do Poder Executivo e do Poder Legislativo, além da perda da representatividade de políticos eleitos de todos os partidos, colocados todos na mesma condição de corruptos (AVRITZER, 2016).

Nesse sentido, constata-se que a crise esteve relacionada ao funcionamento atípico de todas as instituições. Especialmente no que tange à relação entre o poder Executivo e o poder Legislativo que colocou em risco a governabilidade diante da postura contrária da presidenta às práticas de acordos e barganhas que sempre garantiam a maioria para a aprovação dos projetos do governo (AVRITZER, 2016).

O Poder Legislativo interrompeu a governabilidade ao adotar a política da intolerância com as chamadas “pautas bombas” que tinham como objetivo impedir que fossem votadas as medidas enviadas pelo Poder Executivo que tratavam da resolução dos problemas relacionados à crise econômica e ao funcionamento das políticas públicas. Este foi um jogo duro, que inviabilizou a governabilidade.

Na perspectiva de Souza (2016) o *impeachment* foi um golpe viabilizado pela articulação da mídia, do Congresso Nacional e da fração mais moralista e corporativa do Judiciário;

O golpe não teria acontecido sem a politização do judiciário. Ninguém guardou ou defendeu efetivamente a Constituição. Foi na realidade um golpe jurídico, um golpe que articula capitalismo selvagem e enfraquecimento das garantias democráticas” (SOUZA, 2016, p. 131).

Portanto, a crise de representatividade que decorre de todo esse processo foi inicialmente direcionada aos membros do Parlamento, estendendo-se ao Executivo e ao Judiciário à medida que as cortes se politizavam cada vez mais, decidindo sistematicamente em prejuízo ao governo Dilma, tendo como resultado desta politização a invasão da competência de outros poderes, a quebra da independência entre eles. Segundo Saad Filho (2018), a crise de representatividade foi além dos três poderes, chegando até as regras que os elegem ou indicam, fato que se constata pelo crescimento da rejeição à institucionalidade eleitoral e partidária.

Apesar da pressão implacável, nenhuma acusação foi feita contra Dilma Roussef. Tampouco isso importava: a ausência de culpa e de provas não impediu sua liquidação política. Alegações foram convenientemente inventadas, e Dilma Roussef foi injetada da Presidência por uma maioria da Câmara de Deputados e, mais tarde, pelo Senado, constituído como um tribunal político (SAAD FILHO, 2019, p. 218).

Entretanto, fica claro que a crise enfrentada pela democracia brasileira é muito maior do que uma disputa de grupos com interesses pelo controle do Estado, pois se trata do esforço das elites neoliberais em reduzir o equilíbrio constitucional entre a expansão da cidadania e a reprodução do privilégio, assim como representa a tentativa de transformar o frágil equilíbrio entre democracia e neoliberalismo que marcou a política brasileira desde o final da ditadura militar (SAAD FILHO, 2019).

Nesse sentido, com a implementação de políticas públicas promotoras de inclusão social, ocorreu um choque com os interesses capitalistas, pois suas ações dificultavam a expansão do neoliberalismo, “poderosas frações do capital passaram a atacar o edifício da democracia a fim de depor o governo e afastar ameaças a esse sistema de acumulação” (SAAD FILHO, 2018, p. 246).

Isso ficou evidenciado quando o vice-presidente Michel Temer assumiu o governo com uma agenda totalmente diferente daquela que vinha sendo desenvolvida para cumprir o programa da chapa eleita para a gestão de 2014 a 2018. Após o *impeachment*, ao assumir o Poder Executivo, Temer eliminou qualquer resquício do programa político que estava em andamento ao editar a Medida Provisória nº

726/2016¹⁰, com o objetivo de negar a existência de relações entre o novo governo e uma pauta de direitos sociais que continuasse a tradição de ampliação de direitos instituídos pela Constituição Federal de 1988 e, que, estava sendo conduzida pelo governo até então (AVRITZER, 2018).

Assim, no governo que assumiu em 2016, a hegemonia da condução econômica passa a ser feita pelos representantes do mercado financeiro, impondo austeridade e culpando a política desenvolvimentista do governo anterior pela crise enfrentada (AVRITZER, 2018).

Dessa forma, provoca-se um movimento de grande desorganização da economia e do Estado, com a ruptura completa entre eleições, representação política e políticas públicas. Esse fato se manifesta quando são realizados cortes nos recursos destinados à implementação de políticas sociais por meio da Emenda Constitucional Nº 95¹¹, que institui novo regime fiscal com duração prevista para 20 anos. Alterações que afetam o desenvolvimento de áreas importantes como a educação, a saúde, a ciência, a tecnologia e a previdência social, sem que tenham sido aprovadas pela via eleitoral.

Esse direcionamento político do governo brasileiro a partir de 2016 está alinhado à reforma gerencial da ação pública de forma a atender ao direcionamento e aos interesses da expansão do neoliberalismo, que se contrapõe aos princípios da democracia e reforça a lógica da exclusão social e do individualismo. Desse modo a elite brasileira retoma o direcionamento das políticas que visam manter seus interesses alinhados ao capital internacional, impedindo que o projeto de desenvolvimento do país, que vinha se implementando desde 2003, continuasse a promover políticas de combate às desigualdades e de desenvolvimento social.

¹⁰ Esta Medida Provisória altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Trata-se de órgãos que, no início dos anos 2000, haviam sido criados para conferir relevância e prioridade às políticas voltadas ao combate às desigualdades sociais e à garantia de direitos da população, previstos na Constituição de 1988 (IPEA, 2016).

¹¹ As regras do novo regime não permitem o crescimento das despesas totais e reais do governo acima da inflação, nem mesmo se a economia estiver bem, o que diferencia o caso brasileiro de outras experiências estrangeiras que adotaram o teto de gastos públicos. Somente será possível aumentar os investimentos em uma área desde que sejam feitos cortes em outras. As novas regras desconsideram, portanto, as taxas de crescimento econômico, como também as demográficas pelos próximos 20 (vinte anos), o que poderá levar ao sucateamento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, pondo em risco por completo a qualidade de vida da população brasileira (MARIANO, 2017).

4.2.2 Eleições de 2018:

4.2.2.1 O antipetismo e a emergência da nova direita e do neoconservadorismo na cultura política brasileira

Considerando o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff como ilegítimo, Miguel (2022) afirma que este é o emblema de um processo de rompimento do pacto constitucional, o qual havia permitido a vigência da ordem democrática no Brasil. E que, à exemplo do golpe militar de 1964, mais uma vez foi efetivado por iniciativa daqueles que sentiam ameaçada a ordem desigual que lhes concede vantagens e privilégios.

Para Miguel, nas eleições de 2018 a presidência foi concedida, em eleições formalmente competitivas, para um candidato que não escondia que seu projeto era desfazer o trabalho da transição democrática que até então vinha em andamento no país.

Anderson (2019) compara a eleição de Bolsonaro, em 2018, e a colonização de seu governo pelas Forças Armadas, meio século depois da tomada do poder pelos militares, com uma parábola:

Em 1964, os militares tomaram o poder para remover um presidente disposto demais, na visão deles, a aceitar mudanças radicais na ordem social. Em 2018, eles intervieram para garantir que um presidente ainda popular demais, na visão deles, após realizar mudanças bem menos radicais, não fosse reeleito, colocando no poder alguém que tivesse uma origem e um modo de pensar semelhante ao deles. A curva de uma parábola não precisa ser simétrica. A derrubada de Jango e o bloqueio de Lula foram operações distintas, a primeira exigindo o exercício da violência, a segunda, apenas a ameaça dela (ANDERSON, 2019, p. 178).

Assim, colocaram no governo alguém que pensasse como eles, sem a necessidade do uso da violência, evidenciando que “a democracia se tornara segura para o capital havia muito tempo e, dentro dos limites da ordem social estabelecida, a combatividade popular estava em baixa” (ANDERSON, 2019, p. 178).

Partindo das considerações acima, busco entender o contexto que possibilitou a eleição de um presidente mais comprometido com as Forças Armadas e a ditadura militar do que com a democracia.

Inicialmente, destaco alguns elementos que possibilitaram a deflagração de uma campanha contra a esquerda e o Partido dos Trabalhadores (PT), que passaram a ser demonstrados a partir de 2015 nos movimentos de rua e pelos meios alternativos

de mídias via internet. Em seguida, busco entender se os movimentos antidemocráticos que ocorreram nesse período no Brasil estão relacionados com o contexto da crise da democracia liberal nos países conforme analisado no capítulo três.

A intolerância política que passou a se evidenciar nas manifestações de rua, em 2015, apresenta a existência e a configuração de uma nova direita no país:

A nova direita, que surge na última década, tem um perfil que mistura elementos clássicos aos contemporâneos. Sua pauta é a defesa da agenda econômica liberal e da propriedade privada, bem como o foco na corrupção, elemento que esteve na agenda dos setores conservadores brasileiros antes de 1964 e desapareceu depois disso. A partir de março de 2015, esses grupos reunidos em torno do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem Pra Rua adquiriram forte visibilidade e, até mesmo, capacidade de pautar a conjuntura (AVRITZER, 2016, p.115).

Para Avritzer, a luta anticorrupção, desencadeada pela operação Lava jato¹² e a grande mídia, estabeleceu no país o que ele chama de antipolítica. Com a deslegitimação das instituições políticas, o poder judiciário passou a agir como única instituição capaz de acabar com a corrupção no país. “Com a lava-jato, o direito no Brasil seguiu o molde das experiências totalitárias, renunciando à ideia de que a lei deveria ser a única fonte para determinar o que é legal ou ilegal” (AVRITZER, 2020, p. 26).

Assim, constituída pelo punitivismo jurídico e pela substituição do governo por uma concepção moral de política é que a antipolítica abre espaços para a campanha de Bolsonaro. A aliança entre as elites empresariais, da grande mídia e judiciárias impediu que o ex-presidente Lula, que estava à frente nas pesquisas eleitorais em 2018, pudesse concorrer à presidência da República, com a execução de sua prisão, que mais tarde foi reconhecida como ilegal pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

A nova direita e a extrema direita encontraram em Bolsonaro ressonância às suas aspirações como forma de impedir a continuidade das políticas democráticas que foram implementadas a partir de 2003, com os governos populares. Bolsonaro

¹² A operação Lava jato foi deflagrada em 2014 manifestava-se como uma coprodução entre os setores repressivos do Estado e os conglomerados de mídia. Tinha como objetivos declarados o combate à corrupção de forma seletiva com a clara intenção de retirar o Partido dos Trabalhadores do governo (MIGUEL, 2022). O juiz que conduziu a operação tornou-se Ministro da Justiça no governo Bolsonaro, sendo que dois anos depois, o STF julgou a sua incompetência para julgar o ex-presidente Lula e anulou todos os processos com sentenças proferidas pelo então juiz Sergio Moro em relação às denúncias contra o ex-presidente Lula.

incorporou as pautas da extrema-direita, tais como: a defesa da ditadura, a luta contra o comunismo e a esquerda, e os temas conservadores relacionado à moral e à religião. Esta postura aglutinou uma parcela da população que, de alguma forma, sentia-se abandonada ou traída, ou moralmente ressentida pelas perdas que vinha sofrendo nos últimos anos devido à crise política e econômica vivida pelo país naquele momento.

Assim como o *outsider* Donald Trump utilizou-se das mídias sociais e das *fake news*, disseminando mentiras sobre seu adversário na eleição, Bolsonaro seguiu essa estratégia manipulando massivamente a população, por meio do *whatsapp* e demais redes sociais. No entanto, aquele chegou ao governo no Estados Unidos após conquistar um grande partido político, o Partido Republicano; ao contrário, Jair Bolsonaro ascende ao poder no vácuo deixado pelas principais legendas do país, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Utilizando um novo partido – Partido Social Liberal (PSL) –, ele conseguiu eleger grande número de deputados alinhados com a pauta da moral e dos costumes.

Com discursos semelhantes aos do presidente norte-americano, ganhou visibilidade no país por defender pautas antidemocráticas, como a defesa do armamento da população, por ataques ao feminismo, aos homossexuais, ao comunismo, ao ateísmo, além de homenagens à torturadores da ditadura militar (1964-1985), conquistando também o apoio de frações conservadoras ligadas às igrejas, principalmente às evangélicas e pentecostais em ascensão.

Nesse contexto, o conjunto de elementos que passou a dar sustentação ao bolsonarismo é formado pelas Forças Armadas, associadas ao aparato compreendido pela segurança pública, a nova direita formada pelas novas frações da classe média, segmentos majoritários das forças de segurança e do agronegócio, a tradicional e conservadora classe média, os capitalistas neoliberais, grupos ligados ao setor religioso e frações do capital comprometidas com soluções mercantilizadas, reunindo assim o ideário que é representado pelo neoconservadorismo (ROTTA E.; ROTTA D.; LAGO, 2020).

Emergindo na segunda metade do sec. XX, nos Estados Unidos, como reação ao Estado do bem-estar social, ao movimento da contracultura e à nova esquerda, o neoconservadorismo é um movimento que considera a crise econômica do final dos anos 1960 como uma crise moral que surge como decorrência do abandono dos valores tradicionais presentes nas diferenças de classe, sexo, raça, que sempre

estiveram na base da formação da sociedade ocidental (ROTTA E.; ROTTA D.; LAGO, 2020). Este movimento vai além da reação às políticas do Estado de bem-estar social, pois é também uma reação ao avanço dos movimentos feministas e LGBTQIA+ que lutam por direitos civis (LACERDA, 2018).

Para os neoconservadores, a ruptura com as bases que permitiram a consolidação da sociedade ocidental fez com que fossem apagadas as diferenças naturais existentes entre os indivíduos. Diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social; abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória “sociedade sem classes” levaria a uma degradação cultural sem precedentes. A prova disso estaria, segundo o pensamento neoconservador, na “infestação” de hippies, sindicalistas, estudantes, comunistas, negros e feministas, grupos que ganharam força em razão da permissividade e do assistencialismo estatal. Assim, a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa (ALMEIDA, 2018, p. 28).

Almeida (2018) esclarece por que nos tempos atuais tem-se ouvido tanto o brado de grupos extremistas contra o comunismo, tema muito comum no período da guerra fria e, que, portanto, não teria mais sentido nos tempos atuais. No entanto, segundo o autor, o que está sendo combatido é a ideia do igualitarismo, a qual representa a quebra das bases sociais em que se ancora o pensamento neoconservador, pois as diferenças naturais são exatamente o cerne do pensamento conservador, que defende a necessidade de conservação das diferenças naturais responsáveis por manter a ordem natural da sociedade.

Considerando que o neoconservadorismo existe há mais tempo no contexto brasileiro, em reação às medidas adotadas pelo Poder Executivo que institucionalizou políticas públicas, a exemplo do programa “Brasil Sem Homofobia”, em 2004, para combater a violência e a discriminação contra homossexuais, e do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2009, as pautas conservadoras no Parlamento começaram a emergir com muita intensidade.

No ano de 2009 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e de propostas aprovadas nas mais de 50 conferências nacionais temáticas promovidas desde 2003, tratou do direito à memória, verdade e justiça, de direitos LGBT, de reforma agrária, de aborto, dentre outros temas que causaram reação de setores conservadores (LACERDA, 2018, p. 79).

Em 2011, as reações também vieram de encontro às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o qual julgou ser constitucional a união estável entre pessoas do mesmo sexo, e da regulamentação do casamento homoafetivo pelo Conselho Nacional de Justiça. Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação lançou o “Programa Escola sem Homofobia”. O material era composto por um caderno e alguns vídeos educativos que tinham como objetivo esclarecer conceitos de gênero, de diversidade sexual, de homofobia, entre outros (LACERDA, 2018).

Este material destinado ao combate da homofobia foi apelidado por parlamentares como “[...]o *kit gay*, conforme batizado pelo deputado Jair Bolsonaro. O *kit gay* foi objeto de 47 discursos no ano de 2011. Os argumentos contra o *kit* eram vários. Ele ensinaria a homossexualidade, a promiscuidade e a pedofilia” (LACERDA, 2018, p. 80). Com o movimento levantado pela Frente Parlamentar Evangélica, que decidiu radicalizar contra o governo, a Presidenta Dilma recuou e o material não chegou a ser enviados para as escolas.

No entanto, este fato foi amplamente utilizado pela campanha nas eleições de 2018 pelo candidato Jair Bolsonaro, que acusava o candidato da esquerda, Fernando Haddad, por ter sido o Ministro da Educação na época da criação do programa, de ter enviado para as escolas públicas do país o referido *kit gay*, levando muitos eleitores a acreditarem neste tipo de *fake news*.

Em 2013 começam os discursos de parlamentares em defesa do “Programa Escola Sem Partido”, tendo como fundamento a pauta da “ideologia de gênero”, a qual sintetiza vários elementos defendidos pelos parlamentares neoconservadores: a defesa da família tradicional, contra o aborto, em defesa dos papéis tradicionais de homem e mulher, combate as identidades de gênero e as orientações sexuais que não sejam hetero e defesa dos valores cristãos. Este programa tinha como objetivo tratar das questões da moral nas escolas sob a perspectiva jurídica, alegando que estes temas não poderiam ser tratados pelos professores porque seriam uma afronta ao texto do Pacto de São José da Costa Rica, pelo qual os pais têm direito de dar aos filhos orientação religiosa e moral de acordo com suas convicções (LACERDA, 2018).

Dessa forma, constata-se que foi em reação às políticas governamentais do Poder Executivo que estes temas relacionados aos valores morais defendidos pelos neoconservadores entram na pauta do Legislativo e são, juntamente com a corrupção, amplamente usadas para combater o Governo Federal representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), dando início a um grande movimento antipetista. Este movimento

cresceu e se estendeu à campanha eleitoral de 2018, e conseguiu eleger muitos parlamentares comprometidos com a pauta da moral e dos costumes na perspectiva do neoconservadorismo.

Nesse sentido, os valores representados pela democracia liberal também são corroídos pelas forças que combatem esta forma de organização do Estado e da sociedade, por considerar que ela substituiu os valores religiosos, a hierarquia, a família patriarcal e a tradição pelo igualitarismo criado de forma artificial pela intervenção do Estado. Segundo eles, “essa ilusória igualdade teve no Estado um dos principais fundamentos, na medida em que criou instrumentos legais e políticas públicas que geraram permissividade, assistencialismo e direitos em excesso” (ROTTA E.; ROTTA D.; LAGO, 2020, p. 4).

No discurso neoconservador, os valores religiosos e a defesa da “família natural” devem ser a centralidade da vida social, sendo que aqueles que não se ajustam devem ser punidos pelo sistema criminal. Tendo como atores principais a direita cristã, as diferentes tradições políticas se aproximam da linguagem evangélica da luta entre o bem e o mal, a qual se comunica muito bem com o militarismo e o anticomunismo. Assim, a pauta principal do neoconservadorismo é a defesa da família patriarcal, o sionismo, o militarismo anticomunista, o idealismo punitivista e o neoliberalismo (LACERDA, 2018).

Para Miguel (2022), o chamado fundamentalismo religioso, mesmo que não represente um comprometimento verdadeiro por parte de lideranças religiosas brasileiras, sendo mais um fundamentalismo oportunista, substituiu o debate político criando o que o autor chama de pânico moral, mobilizado principalmente pela denúncia da desordem sexual promovida pelo embaralhamento dos papéis de gênero. O autor destaca também, que a visibilidade das conquistas efetivadas, principalmente pelo movimento feminista, não foi capaz de angariar forças sociais porque foram capturadas pelo neoliberalismo progressista¹³.

¹³ Neoliberalismo progressista é um termo apresentado pela filósofa norte americana Nancy Fraser e se refere à uma aliança entre as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e ativismo pelos direitos LGBTQ+), com os setores mais dinâmicos, de ponta “simbólicos” e financeiros da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). Este bloco exerceu a hegemonia antes da eleição de Trump, combinando um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. Visava diversificar a hierarquia social com o empoderamento de mulheres talentosas, negros e minorias sexuais para que chegassem ao topo. (FRASER, 2021, p.39, 40, 42).

Desse modo, a aproximação das direitas, a conservadora e a liberal ocorrem de forma muito pragmática e não ideológica, sendo que a atuação política da nova direita é aproximada pelas duas racionalidades representadas pelo neoconservadorismo e o neoliberalismo que, embora tenham diferentes fontes e propósitos, convergem para a geração de uma cidadania antidemocrática, pois elas “se misturaram para produzir forças obscuras de desdemocratização” (BROWN, 2021, p. 112). O processo de desdemocratização, caracteriza-se por ser global ao refletir mudanças mundiais tanto na economia quanto na política e no campo ideológico apresentando como resultado a redução da capacidade de mobilização da classe trabalhadora de pressionar para ser ouvida no processo de tomada de decisões. A fragilidade da mobilização popular, a relativa impotência das instituições e a presença de uma base extremista insensível aos apelos da razão tem caracterizado a fase final deste processo, que para Miguel (2022), é muito mais avassalador nos países periféricos, como o Brasil.

Desse modo, a desdemocratização ao reduzir o espaço de decisões, que por princípio democrático seriam destinadas à soberania popular impõe a ortodoxia neoliberal com as políticas de austeridade associadas a ela, as quais dificilmente seriam sustentadas pela preferência majoritária da população, pois estas consistem em transferir renda de trabalhadores para especuladores e rentistas.

Nesse sentido, cabe retomar a discussão acerca da relação entre o liberalismo e a democracia que foi abordada no terceiro capítulo desta dissertação. Mounk (2018) aponta que o processo de desconsolidação democrática está colocando em evidência regimes marcados pelo que ele chama de liberalismo antidemocrático, ou de direitos sem democracia. Ou seja, o liberalismo exige que o Estado governe o mínimo possível para a ampliação da cidadania e que garanta o máximo de liberdade para o capital, para que os lucros incessantes continuem e que o rentismo enriqueça mais ainda o sistema financeiro. Bobbio (2017) havia alertado para o contraste existente entre a democracia e o liberalismo, destacando a necessidade de se compreender que ambos defendem tipos de liberdades antagônicas não sendo possível haver uma solução sem que haja o controle de uma em relação a outra, o que fez com que o liberalismo e a democracia se aliassem por necessidade de sobrevivência.

Sob esta perspectiva, entende-se que o processo de desdemocratização concretiza o rompimento entre o liberalismo e a democracia, pois enquanto a

democracia foi um instrumento que ofereceu garantias para que a liberdade econômica pudesse ser realizada por meio das políticas vinculadas ao processo democrático existia certa harmonia. No entanto, quando o processo de democratização ampliou a participação da cidadania, esta passou a exigir cada vez mais espaços para a tomada de decisões fazendo com que a democracia se tornasse um risco para o liberalismo, ou seja, tornou-se democracia em demasia.

Enquanto nos países do norte o neoliberalismo destruiu as políticas do bem-estar social, nos países do sul ele destrói os esforços que são realizados por aqueles que lutam para manter a soberania econômica e a autodeterminação, mas tanto num como no outro contribuiu para o aumento das desigualdades (BROWN, 2021). Desse modo, continua a autora, a ascensão da política antidemocrática é movida por uma variedade de fatores, mas uma força que a provoca de forma muito significativa é a substituição da sociedade e da política democrática pela valorização da moralidade tradicional e dos mercados, o que ocorre como consequência da governamentalidade¹⁴ neoliberal. Segundo a autora, para entender:

[...] as raízes e as forças da situação atual requerem avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberais e não somente as condições econômicas e os racismos persistentes que a geraram. Significa avaliar que a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade (BROWN, 2021, p. 17).

É, pois, na formulação neoliberal da liberdade que a direita e a extrema direita se inspiram e se mobilizam para reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã e não apenas para expandir o poder do capital. Ao mesmo tempo, a formulação neoliberal da liberdade acusa a esquerda de ser contra a liberdade por sua preocupação com a igualdade social, responsabilizando-a também pela destruição da moralidade, pois premia quem não tem merecimento.

Sociedade é um termo pejorativo para a direita hoje, que denuncia os “guerreiros da justiça social” [...] por minar a liberdade com uma agenda

¹⁴ Brown faz uso do termo governamentalidade desenvolvido por Foucault. Este define o conceito de governamentalidade sob três perspectivas, sendo uma delas relacionada “ao conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2006, p. 291).

tirânica de igualdade social, de direitos civis, de ação afirmativa e até mesmo de educação pública. O neoliberalismo tinha o franco objetivo de dismantlar o Estado social, seja privatizando-o (revolução Reagan-Thatcher), seja delegando suas tarefas (a “Grande sociedade” do reino Unido e os “mil pontos de luz” de Bush), seja eliminando completamente tudo o que resta de bem-estar social ou “desconstruindo o Estado administrativo” (objetivo de Steve Bannon para a presidência de Trump). Em cada caso, não é apenas a regulação e a redistribuição sociais que são rejeitadas como interferência inapropriada nos mercados ou como assaltos à liberdade. A dependência da democracia em relação à igualdade política também é alijada” (BROWN, 2021, p. 39).

Apesar de ser a base da democracia, a igualdade política nunca foi plenamente realizada pelas democracias liberais, sendo que nas últimas décadas esta tornou-se ainda mais enfraquecida. Cada vez mais os mercados e seus representantes precisam ser contidos para que o fundamento da democracia possa se realizar. Porém, o ataque ao social, promovido pelo neoliberalismo, fomentou uma cultura antidemocrática que tem legitimado as formas antidemocráticas de governo. O que se vê então é a derrota da compreensão democrática e, assim, a política se torna um campo de intransigências e de extremismos. E o pior é que a liberdade se torna um direito de até mesmo destruir o que é social (BROWN, 2021).

Para a autora do livro “Nas ruínas do neoliberalismo”, à medida em que a deliberação, a contestação e a partilha democrática do poder foram sendo substituídos pela gestão, pela lei e pela tecnocracia, seguindo as políticas do neoliberalismo, ocorreu a geração de populações desorientadas quanto ao valor da democracia e, por isso, o crescimento do apoio aos governos autoritários que se manifesta na crise atual da democracia mundial (BROWN, 2021) e brasileira.

Isso ocorreu como um processo à medida em que a política democrática foi sendo desvalorizada, as energias e os poderes antidemocráticos foram crescendo. Portanto, ao mesmo tempo em que aumentavam os efeitos das políticas neoliberais como a desigualdade e a insegurança, estes “geraram populismos de direita enraivecidos e políticos demagogos no poder” (BROWN, 2021, p. 71).

Nesse sentido, a crise da democracia brasileira ocorre também como resultado desse processo de desdemocratização (BROWN, 2021) que o neoliberalismo promoveu em todos os países capitalistas ocidentais desde a década de 1980. No entanto, o que se intensificou com a crise econômico-financeira de 2008 nos países do norte, promovendo grande onda de desemprego, migrações e empobrecimento da população, chegou ao Brasil quando, de forma tardia, estavam sendo implementadas

políticas públicas para realizar o bem-estar social, com a garantia de direitos, a inclusão dos mais pobres e o estímulo à participação no processo de desenvolvimento do país.

Desse modo, além da crise econômica que provocou grandes dificuldades ao governo brasileiro para impedir maiores problemas sociais e conseguir implementar as políticas públicas que estavam em andamento, foi realizada forte campanha promovida pelas forças defensoras das políticas neoliberais e pelos neoconservadores, representados pela nova direita cristã que no Congresso Nacional, nas grandes mídias e nas ruas, conseguiram desestabilizar as forças democráticas do país. Isso desencadeia um contexto de instabilidades sociais, políticas e jurídicas devido à configuração do governo com atores dispostos a atacar as instituições responsáveis pelas garantias institucionais de um Estado democrático de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há tempos que a crise da democracia liberal é tema de debates, estudos e publicações. Ao eleger este tema para produzir a minha dissertação busquei responder a perguntas que me inquietavam, quais sejam: será que a crise da democracia brasileira é resultante do mesmo processo que tem caracterizado a crise nos países capitalistas do Norte? Quais são as possíveis explicações para a crise da democracia no Brasil? Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a democracia brasileira a partir dos elementos gerais que a caracterizam, para então compreender a atual crise da democracia no cenário atual.

Partindo da análise sobre os elementos teóricos que fundamentam a democracia liberal constatou-se que não é possível fazer uma análise sobre esta, de forma desvinculada do sistema capitalista. Os fundamentos da democracia que tinham como base a igualdade, a liberdade e a soberania popular foram adaptadas pela democracia liberal para ser o regime político que garantiu a estabilidade necessária à expansão do capitalismo. Ao se definir a liberdade econômica como a centralidade de seus objetivos, a democracia liberal reduziu a soberania popular à participação no processo eleitoral e a igualdade apenas à sua forma jurídica. Desse modo a instituição da representação promoveu o distanciamento dos eleitores da participação política e permitiu que o controle político sempre se mantivesse sob a liderança das forças econômicas.

Entende-se então que o discurso fundador da democracia baseado na igualdade é ainda o grande desafio para que se efetive tal ideal uma vez que na forma real em que se efetiva a democracia liberal não se considera que a vontade de todos tenha o mesmo valor. Haja vista as imensas desigualdades nas condições de vida da população, principalmente nas sociedades periféricas do capitalismo, onde o Estado capitalista historicamente tem se restringido a garantir apenas a igualdade formal, agindo como se todos realmente fossem iguais, o que produz como resultado o ocultamento ou a naturalização das desigualdades sociais.

A constituição de uma sociedade que parte do princípio de que a igualdade entre as pessoas não existe e se organiza a partir de uma ordem social escravocrata, gera um inconsciente ou um simbólico processo cultural de intolerância à igualdade e ódio aos seres humanos considerados inferiores. A sociedade brasileira se constituiu

estruturada no racismo e apresenta como característica das classes sociais dominantes uma insensibilidade em relação à desigualdade social que impede o desenvolvimento de uma cultura democrática. Preconceitos, privilégios, autoritarismo e reprodução das hierarquias sociais são parte de todo o processo de constituição da democracia brasileira, o que faz com este regime político seja considerado muito frágil e instável em nosso país, marcado por um grande hiato entre a democracia política e a igualdade social.

As elites econômicas brasileiras sempre garantiram sua competitividade pela superexploração da força dos trabalhadores, mantendo assim a necessidade de que exista uma realidade onde a vulnerabilidade social lhes permita continuar a manter seu padrão de acumulação capitalista. E por ser periférica prefere estabelecer relações de parceria com o capital internacional em detrimento de um projeto de desenvolvimento nacional, com inclusão social e solidariedade.

É preciso entender isso para compreender que a crise política enfrentada no país nesta última década é resultante de um processo histórico amplamente estruturado na desigualdade social, mas também é o resultado de um processo de reorganização do capitalismo representado pelo neoliberalismo em curso nas últimas quatro décadas. A exacerbação das relações mercantilizadas e da financeirização da economia tem promovido, além do desemprego, o crescente individualismo que é estimulado pelas ideias neoliberais do empreendedorismo, da competição e da meritocracia.

Enquanto nos países periféricos a crise econômica aprofunda as desigualdades sociais e aumenta a pobreza, nos países capitalistas centrais as políticas neoliberais promoveram o crescimento de uma realidade inversa ao que a democracia liberal havia prometido e vinha mantendo até o início deste século.

O processo de desdemocratização em curso é assustador, tendo em vista que é resultante de um processo de exacerbação de valores contrários à igualdade de qualquer tipo, seja social, de gênero, de raça e etnia promovido pelas forças neoconservadoras, que aliadas às políticas neoliberais enfraquecem a coletividade, combatem o reconhecimento de direitos e defendem a liberdade individual e econômica acima de tudo. Este processo rompeu o equilíbrio que existia entre o liberalismo e a democracia e as formas atuais do capitalismo passaram a descartar os laços que, mesmo frágeis os mantinham unidos.

No Brasil, o crescimento da extrema direita, que tem se dado por meio da dominação religiosa, principalmente dos evangélicos no Congresso Nacional, a violência dos órgãos de segurança pública contra os negros e pobres e as ameaças ao Supremo tribunal Federal tem colocado em risco as instituições democráticas e os direitos humanos.

Importante destacar que todo esse processo se intensificou com a deslegitimação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seus representantes políticos quando implementavam as políticas públicas de enfrentamento e de não mais ocultamento do racismo e dos privilégios responsáveis por manter a imensa desigualdade no país. O *Impeachment* de 2016, além de ter sido um golpe político, foi também uma manifestação misógina contra a primeira mulher Presidenta da República. A partir dele todas as políticas implementadas pelo governo interino foram para desmontar com toda a organização administrativa que garantia estrutura para as políticas democratizantes e inclusivas desenvolvidas até então, assim como foram realizados os desmontes da legislação trabalhista para adequar tudo aos interesses do capitalismo neoliberal, fragilizando ainda mais a situação e os instrumentos de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do país.

O que se seguiu foi o crescimento cada vez maior das forças antidemocráticas que haviam sido amplamente alimentadas pela crescente exposição nos grandes veículos de comunicação social aliadas ao crescente poder das mídias alternativas dominadas por representantes da nova direita neoconservadora e um grande recuo das forças da esquerda. O resultado desse processo foi a eleição de um político que não tem nenhum apreço pelos valores democráticos.

Conclui-se que, sim, a crise da democracia brasileira está inserida nesse processo de desdemocratização, que tem por objetivo abrir caminho para que o capitalismo se reestruture sem romper o processo de lucratividade incessante. Para isso se faz necessário absolutizar a liberdade econômica retirando todos os empecilhos que a democracia proporciona.

A diferença entre o processo de crise democrática que ocorre no Brasil e nos países do norte capitalista é que, enquanto aqueles viviam no auge da democracia, nosso país estava mergulhado na pobreza, exclusão social e autoritarismo. No entanto, o processo se inverteu no sentido que, enquanto a democracia se desconsolidava naqueles países, o Brasil estava realizando seu processo de

democratização, ao mesmo tempo em que as políticas neoliberais foram sendo introduzidas e implementadas no país.

O Estado democrático de direito, promotor da cidadania que foi instituído pela Constituição Federal de 1988, apesar de representar avanços significativos para a cidadania, foi fragilizado porque os direitos que nela foram consignados sempre tiveram dificuldades para saírem do papel. A democracia brasileira ainda tinha muito que andar para chegar à todas as periferias do país. No entanto, a desestruturação constitucional que ocorreu com as constantes alterações a exemplo da Emenda Constitucional nº95/2016 que congela por 20 anos investimentos de recursos em áreas prioritárias para o bem-estar da população como a saúde e educação, requer que se pense urgentemente em formas de retomada da democratização.

Além disso, é urgente que se realize um processo de enfrentamento à extrema-direita violenta, representada pelo bolsonarismo, que tem por objetivo retirar direitos, intimidar adversários políticos e impedir o debate público e, por fim eliminar qualquer resquício do campo popular. Esta derrota irá se impor à medida que os espaços de discussões e da concorrência política sejam ocupados pelas forças democráticas.

Faz-se necessário que as forças que representam o campo democrático sejam capazes de se unir com todos os movimentos que de alguma forma têm lutado pela igualdade e a dignidade humana para juntos reescrever uma nova história de democratização da sociedade brasileira. Combater o racismo, a destruição ambiental, os privilégios, a violência policial e a fome é tão necessário para que se possa avançar com a institucionalização de novos arranjos democráticos quanto a democratização da mídia. Além disso é fundamental que se reafirme a laicidade do Estado, pois não há qualquer possibilidade de avanços democráticos se a soberania popular é substituída por crenças e valores divinos.

Há que se repensar em formas de estimular a participação política para que a luta na defesa dos interesses coletivos desenvolva uma cultura política capaz de qualificar a representação política institucional e colocar o campo popular de forma ativa no jogo político. Esses são alguns elementos que aponto como necessários para impedir que o retrocesso dos princípios e valores democráticos coloquem em risco os avanços civilizatórios já alcançados pela sociedade brasileira e pela humanidade.

É com esta perspectiva que realizei esta dissertação, pois entendo que este Curso de Mestrado em desenvolvimento e políticas públicas de uma universidade pública como a Universidade Federal Fronteira Sul, se constitui em espaço importante

para este debate. Falar em desenvolvimento requer especialmente estabelecer um vínculo com o processo democrático. No entanto, não se trata de ver apenas a democracia como um regime político, mas como uma forma de organização social e econômica, que tenha também a preocupação com a educação para a prática da democracia. Formas de organização que rompam com o individualismo e tenham como valor maior a coletividade, baseadas na solidariedade e nos cuidados com o ambiente.

Importante também destacar que esta pesquisa me proporcionou um aprendizado capaz de elucidar os questionamentos que eu fazia e tinha dificuldades para encontrar respostas. Durante as aulas do curso fui me apropriando de conceitos, teorias e pesquisas que contribuíram para a escolha da temática e assim fui encontrando caminhos para buscar as respostas que encontrei. O mundo contemporâneo, é muito complexo, no entanto, tudo gira em torno do capitalismo. Assim, as crises vivenciadas sejam econômica, política ou moral é resultado das formas de organização e reorganização do capital. A pesquisa sobre a crise da democracia foi fundamental para que, a partir das leituras dos diversos autores pesquisados, eu conseguisse compreender a necessidade de se pensar o desenvolvimento como forma de superação dos entraves de um passado que continua a impedir o desenvolvimento do país de forma soberana e digna.

Certamente, muitos outros aspectos poderiam ter sido pesquisados e analisados ou mesmo aprofundados. Eu poderia ter aprofundado mais o estudo em relação ao funcionamento dos partidos políticos e sua importância para o enfrentamento deste processo de desdemocratização, também estudos sobre a influência da religião na política, as formas de organização da nova direita e outro tema muito importante a ser mais aprofundado seria a relação da democracia com o neoliberalismo. Estudos sobre estes assuntos podem contribuir para que este curso de mestrado possa contribuir efetivamente em relação ao processo de democratização da sociedade brasileira, o que se faz tão necessário nos tempos atuais. Fica a sugestão para outras pesquisas.

Enfim, espero ter contribuído para que outros estudos possam ser realizados por acadêmicos que, como eu entendem ser necessário a construção de alternativas na forma de organização social, política e econômica para se contrapor a este processo que amplia as desigualdades sociais, aumenta a pobreza e impede a

efetivação de um projeto de desenvolvimento social para nosso país, baseado na solidariedade e nos valores democráticos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sívio. Neoconservadorismo e Liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-33. E-Book. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf
- ALMEIDA, Sívio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza et al. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos**. CEBRAP. São Paulo. V. 37. nº02. p.273-289. mai.ago. 2018
- BERLIN, I. Herder e o Iluminismo. In: HARDY, H. e HAUSHEER, R. (orgs.) Isaiah Berlin: **Estudos sobre a Humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. **Medida Provisória no 726, de 12 de maio de 2016**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Presidência da República, Brasília, 2016a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106-publicacaooriginal-150375-pe.html> Acesso em: 21 set. 2022.
- BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Acessível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm#:~:text=E MENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2095%2C%20DE,do%20%20%20A7%203%C2%BA%20do%20art. Acesso em 13 de out. 2022.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: A crise da democracia liberal. Tradução Joana Angélica d' Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DORNELLES, João Ricardo W. “Estado de exceção”, populismo penal e a criminalização da política. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 141-151, jul.- dez. 2016. Criminalização da Política. Criminalization of Politics. Acessível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/25694>. Acesso em 24 set. 2022.

FERREIRA, Helder, *et al.* Reflexões sobre o Desenvolvimento. Reformas ministeriais recentes e impactos na agenda das políticas públicas brasileiras: breve relato a partir dos debates no observatório de direitos e políticas públicas. **Boletim de análise político-institucional**. Nº.10 jul. dez. 2016. Acessível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7654/1/BAPI_n10_reformas.pdf Acesso em 10 out.2022.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradução Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo, ed. Paz e Terra, 1974.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. RioJaneiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LACERDA, Marina. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Acessível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/12476/1/tese%20Marina%20Basso%20Lac%20erda.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

LEVITSKY; ZIBLATT. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARIANO, Cynara. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de investigações constitucionais**. Jan-abril 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrCwKDrp/?lang=pt> Acesso em: 15 out. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. A Democracia Domesticada: As Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciência Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 3, p. 483-511, 2002. Acessível em: dados.iesp.uerj.br/?msckid=f37e8625d08311ec819823a86f671242. Acesso em: 10 maio 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, nº 2, novembro, 2010, p. 269-309. Acessível em: [Microsoft Word - v16n02a01.doc \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrCwKDrp/?lang=pt) _ Acesso em: 10 maio 2022.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. V. 23, n. 66, fev. p. 11-43, 2008. Acessível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/SwtcNzKgzLJYNQsbYY63VQt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato Social**: princípios do direito político. Tradução Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015.
- ROTTA, Edegar; ROTTA, Diego G.; LAGO, Ivann C. Neoconservadorismo e políticas migratórias: o Brasil rumo ao retrocesso? **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-16, jul.-dez. 2020.
- SADER, Emir. Para outras democracias. *In*: SANTOS, B. Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Boaventura S. (org.) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SEN, Amartya. **Sobre ética e economia** – Tradução Laura Teixeira Mota. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, fev. p. 79-97, 2004. Acessível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100005>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- SOUZA, Jessé. **Radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

